



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

CAROLINE SIQUEIRA OLIVEIRA DE NEGREIROS

**POR UMA ARQUEOLOGIA DAS RELIGIÕES AFRODIASPÓRICAS: uma análise
bibliométrica da produção arqueológica brasileira a partir da Revista da
Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)**

SÃO RAIMUNDO NONATO – Piauí

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

CAROLINE SIQUEIRA OLIVEIRA DE NEGREIROS

**POR UMA ARQUEOLOGIA DAS RELIGIÕES AFRODIASPÓRICAS: uma análise
bibliométrica da produção arqueológica brasileira a partir da Revista da
Sociedade de Arqueologia Brasileira**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Serra da Capivara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Vanessa Linke

SÃO RAIMUNDO NONATO – PIAUÍ

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
Gabinete da Reitoria
Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI)
Av. José de Sá Maniçoba, s/n, Campus Universitário – Centro CEP 56304-917
Caixa Postal 252, Petrolina-PE, Fone: (87) 2101- 6760, biblioteca@univasf.edu.br

Negreiros, Caroline Siqueira Oliveira de

N385p

Por uma arqueologia das religiões afrodiáspóricas: uma análise bibliométrica da produção arqueológica brasileira a partir da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira / Caroline Siqueira Oliveira de Negreiros. – São Raimundo Nonato - PI, 2024.

146 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Linke Salvio.

1. Arqueologia das religiões. 2. Religiões afrobrasileiras. 3. Racismo religioso. I. Salvio, Vanessa Linke . II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

FOLHA DE APROVAÇÃO PARA DISSERTAÇÃO

CAROLINE SIQUEIRA OLIVEIRA DE NEGREIROS

**POR UMA ARQUEOLOGIA DAS RELIGIÕES AFRODIASPÓRICAS: uma análise
bibliométrica da produção arqueológica brasileira a partir da Revista da
Sociedade de Arqueologia Brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Serra da Capivara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Aprovada em: 26 de março de 2024.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **VANESSA LINKE SALVIO**
Data: 15/04/2024 09:18:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª Vanessa Linke Salvio - Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **LEANDRO ELIAS CANAAN MAGESTE**
Data: 11/04/2024 10:32:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste - (membro interno UNIVASF)

Documento assinado digitalmente
 **ALENCAR DE MIRANDA AMARAL**
Data: 11/04/2024 14:14:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral - (membro interno UNIVASF)

 **Jessica Cristina Aguiar ribeiro**
14.04.2024 17:05:26
GMT+01:00

Profª Drª Jéssica Cristina Aguiar Ribeiro - Università Degli Studi Uniroma3 - (membro externo)

Essa pesquisa é dedicada ao meu querido e estimado primo Salomão Ribeiro de Oliveira (mais uma vítima da pandemia do Covid-19). Salomão vive em cada um que conviveu com ele e testemunhou o grande ser humano que ele sempre foi.

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui o meu respeito as pessoas que praticam sua fé através da nossa herança cultural frente a todas as religiões de mat(ra)rizes africanas, que historicamente foram silenciadas pelo sistema opressor, e que resistiram desde o período da colonização do Brasil, sendo o resultado da diversidade étnica, cultural e histórica.

Meu agradecimento pelo acolhimento, ensinamento e por todas às vezes que a minha vulnerabilidade foi restituída nesses espaços invisibilizados e historicamente negados no meio social, que lutam e merecem o reconhecimento, bem como a devida reparação histórica do racismo estrutural da nossa sociedade.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dr^a. Vanessa Linke (mais uma mineira na minha história), pela sua paciência, companheirismo e por entender meus momentos, demonstrando toda a sua empatia e carinho, segurando minha mão, onde ultrapassamos todos os obstáculos que vivemos nessa jornada. Sem seu apoio, eu não conseguiria ter chegado até aqui.

Aos professores que integraram a banca examinadora: Prof. Dr. Leandro Mageste e Prof. Dr. Alencar Amaral, por todas as considerações apontadas nesta pesquisa, que contribuíram de forma ímpar para alcançar os objetivos traçados ao longo desse trabalho. Como membro externo da banca, agradeço à Profa. Dr^a. Jessica Aguiar, pelos ensinamentos, suas experiências e por sua maestria em ter me auxiliado, acolhido, sendo um exemplo enquanto mulher, cientista e ser humano.

Agradeço à Universidade Federal do Vale do São Francisco, onde me graduei em Arqueologia e Preservação Patrimonial e 10 anos depois tive o privilégio de fazer parte do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, incluo todo o corpo docente e funcionários que constituem essa instituição.

Dedico o meu sincero agradecimento à minha família, por compreender minhas ausências, meu humor intempestivo e cuidar-me de uma forma tão singular. Em especial à minha querida e inestimável mãe (Inocência), onde ofereço a ela essa conquista, por ser o horizonte e superação das tempestades, ser a calma e idealizar o que é a representação do amor em uma pessoa. Terminar esse trabalho distante dela, por vezes brotaram lágrimas, mas como diz Maria Bethânia: “[...]é para regar o capim...”. Ao meu doce, paciente, zeloso e amado pai (Juarez), que provavelmente nem deve saber o que é uma dissertação. Ao meu único e querido irmão (Wellington),

meus sobrinhos (Maria Eduarda, Maria Clara e Arthur) e minha eterna babá (Elza). Vivenciar esse momento e proporcionar aos meus familiares e amigos me traz muita alegria. Minha pequena e gigante avó, Mariana, com seus 98 anos, te dedico, me tornando a primeira mestre da nossa família. Tudo sempre foi por vocês, finalizar esse ciclo e poder dar orgulho foi o que me fez chegar até aqui, e não foi fácil. Houve dores, decepções, abandonos, mas consegui voltar e finalizar, mostrando que toda árvore, por maior que seja, só se mantém em pé se houver raízes fortes para que a sustente. Vocês são minhas raízes.

A minha pequena Nina, o amor da minha vida, que por vezes foi o motivo de me levantar, por me fazer ser responsável e saber que uma pequena vida precisava dos meus cuidados. A sua chegada foi uma virada de chave, onde toda minha dedicação, preocupação e amor foram transmitidos a ela.

A minha tia Carmem e meu tio Inailton, por ter a consciência de que sempre estarão comigo, nos melhores e piores momentos, me acolhendo e ajudando.

Aos meus amigos que desejo compartilhar esse momento, James, Pedro, Dani, Mariana, Marcelo, Silvana, Marcelo Ítalo, Adriana, Dimas, Acla, Annelise, em especial ao Igor (por participar dessa etapa final). A Claudia (Maria Claudia) por ser um encontro de almas e ser o meu acalento, mesmo no silêncio, a sua presença ser suave e amável (nem sempre, rsr).

A Sarah e Angélica por tornar meus dias mais leves, divertidos e me apresentar que o amor e a amizade independem de tempo, mas de conexão, reciprocidade, acolhimento e cuidado.

Minha gratidão ao Itelmar, por ser o exemplo (às vezes) da pessoa que busco ser, por estar comigo durante toda a vida (ou quando ele me pedir), me mostrar que obstáculos são para ser ultrapassados, ver que existem pessoas boas no nosso caminho, saber que eu nunca estarei sozinha e que nosso elo nos une todos os dias da nossa vida.

A família Arqueoproject, em especial ao Carlúcio, Lorena, Fernanda e Janderson.

A Sâmara, por mesmo longe, ser tão presente e me apoiar quando nem eu mesmo me entendia e em um momento que tanto precisei, ela se fez presente.

Ao Lucas Santana, por me dar suporte durante as aulas, por ter me acompanhado, de perto e à distância, e me impulsionando a não desistir, essa conquista não é só minha, mas também sua, minha gratidão por todo cuidado, companheirismo e carinho.

Finalizar esse ciclo não foi fácil, muitas turbulências aconteceram, tive que me (re)iniciar, me (re)inventar e ter a resiliência em seguir. Nem sempre foi doce, mas preciso exaltar que essa pesquisa nasceu ainda em 2016, quando a fé me salvou, e essa fé eu encontrei nos terreiros de comunidades afro-brasileiras.

Esse trabalho é sobre amor, gratidão, reconhecimento e respeito, por todas as religiões de mat(ra)rizes africanas e por todos os que as praticam.

Finalizo esperando que todas as manifestações religiosas sejam respeitadas e possamos construir um futuro melhor para todos e nisso eu espero que nossa sociedade entenda que somos múltiplos, diversos e que merecemos a liberdade de cultura e viver em harmonia, aceitando e entendendo que nosso país é formado por uma grande diversidade cultural e que merece respeito.

“Sou como uma haste fina, que qualquer brisa verga, mas nenhuma espada corta”. Maria Bethânia Viana Telles Veloso e Paulo Cesar Francisco Pinheiro

RESUMO

Este trabalho é fruto do interesse científico e pessoal pelas práticas de cultuar o sagrado de povos afrodiáspóricos, partindo da problemática: o quanto a Arqueologia produzida e publicada se dedica à compreensão e visibilidade das religiões de mat(r)iz¹ africanas? Como objetivos, formulou-se, o objetivo geral sobre o interesse e a visibilidade da Arqueologia pelas materialidades associadas às práticas religiosas afro-brasileiras. Já como objetivos específicos: discutir a (in)visibilidade da temática das religiões afro-brasileiras na Arqueologia; catalogar os trabalhos publicados que versavam sobre a temáticas das religiões afro-brasileiras na Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB; apontar caminhos para uma Arqueologia das religiões afro-brasileiras. A justificativa deste trabalho repousa na necessidade de se refletir sobre a produção da ciência arqueológica, seu papel e efetividade na luta antirracista e na luta contra a intolerância religiosa. Metodologicamente fez-se uso da análise de Conteúdo-AC e análise bibliométrica das publicações da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB. Esta dissertação aborda as publicações sobre a religiosidade de mat(r)iz africana dentro das publicações científicas que abordam as temáticas das experiências de povos afrodiáspóricos, notadamente, os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil, apontando sobre a necessidade da Arqueologia reconhecer suas expressões materiais nas vivências nos terreiros e na realização de seus cultos, bem como fomenta a discussão da urgência da Arqueologia, romper os silêncios epistemológicos e comprometer-se, ainda mais, com a luta antirracista. Como resultados, tem-se a constatação que a ciência arqueológica tem ainda um longo caminho para percorrer para romper com o racismo epistêmico e visibilizar as religiões afrodiáspóricas nas suas produções acadêmicas.

Palavras-chave: Arqueologia, Racismo epistêmico, Religiões afrodiáspóricas.

¹ Utilizamos a denominação de “mat(r)iz” africanas, por concordar com as pesquisas de Goldman (1990), que é utilizado pela noção de sincretismo religioso no âmbito das religiões de matriz e raiz africanas, sendo assim utilizado como uma junção das matrizes e raízes de cunho religioso praticadas pelas comunidades tradicionais de povos africanos em terreiros no Brasil.

ABSTRACT

This work is the result of scientific and personal interest in the practices of worshipping the sacred of Afro-diasporic peoples, which started from the following problem: how much is Archeology produced and published dedicated to the understanding and visibility of religions of African origin? As objectives, the general objective of reflecting on the interest and visibility of Archeology in the materialities associated with Afro-Brazilian religious practices was formulated. As specific objectives: discuss the (in)visibility of the theme of Afro-Brazilian religions in the area of Archeology; catalog the published works that dealt with the themes of Afro-Brazilian religions in the Magazine of the Brazilian Archeology Society -SAB; point out paths for an Archeology of Afro-Brazilian religions. The justification for this work rests on the need to reflect on the production of archaeological science, its role and effectiveness in the anti-racist fight and the fight against religious intolerance. Methodologically, Content-AC analysis and bibliometric analysis of publications from the Magazine of the Brazilian Archeology Society - SAB were used. This dissertation addresses publications on religiosity of African origin within scientific publications that address the themes of the experiences of Afro-diasporic peoples, notably, Traditional Peoples and Communities of African Origin and Terreiros Peoples in Brazil, pointing out the need of Archeology recognize its material expressions in the experiences in the terreiros and in the performance of its services, as well as promoting the discussion of the urgency of Archeology, breaking the epistemological silences and committing itself, even more, to the anti-racist fight. As a result, it is clear that archaeological science still has a long way to go to break with epistemic racism and make Afro-diasporic religions visible in its academic productions.

Keywords: Archaeology, Epistemic racism, Afro-diasporic religions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ritual de C no terecô de Codó.....	42
Figura 2 - Ritual de Tobossis no terecô de Codó.....	42
Figura 3 - Métrica da Revista da SAB.....	75
Figura 4 - Estatísticas de Submissão e Publicação da Revista da SAB entre os anos de 2020 e 2023.....	76
Figura 5 - Layout da Revista da SAB.....	81
Figura 6 - Capa do volume 19, n.1 da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira.....	92
Figura 7 - Métrica de downloads do Artigo “Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: Postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista.....	94
Figura 8 - Capa do volume 31, n.2 da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira.....	96
Figura 9 - Métrica de Downloads do Artigo “Fazer-se criança no candomblé.....	98
Figura 10 - Capa do Volume 34, n.3 da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira.....	102
Figura 11 - Métrica de Downloads do Artigo “A Tecnologia do Ebó: arqueologia de materiais orgânicos em contextos afroreligiosos.....	104
Figura 12 - Tipificações da Violações e as Religiões que Sofrem a Violência no Rio de Janeiro.....	111
Figura 13 - Capa do volume 37, n.1 da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira.....	113
Figura 14 - Métrica de downloads do Artigo “A importância da materialidade e dos fazeres na composição dos Barquinhos de Iemanjá no Rio Grande do Sul”.....	117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 AS INTERPRETAÇÕES SOCIAIS DAS RELIGIÕES DE MAT(RA)IZ AFRO-BRASILEIRA	25
2.1 A DIÁSPORA AFRICANA E AS FORMAS DE RESISTÊNCIAS	26
2.2 A RELIGIOSIDADE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA	32
3 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DAS RELIGIÕES DE MAT(RA)IZ AFRICANAS	44
3.1 A ARQUEOLOGIA PARA ALÉM DA MATERIALIDADE	46
4 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DO PERIÓDICO “SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA”: REFLEXÕES SOBRE AUSÊNCIAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUEOLÓGICA ACERCA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS	65
4.1 A REVISTA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA- SAB: APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO	67
4.1.1 Aplicabilidade Metodológica sobre os dados coletados na Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira- SAB	75
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS BIBLIOMÉTRICOS	81
5.1 AS PESQUISAS SOBRE AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NA REVISTA DA SAB	85
5.2 APRESENTANDO OS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA-SAB QUE TRATAM DA TEMÁTICA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS- FINALIZANDO O QUE AINDA PRECISA COMEÇAR...	125
REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

O interesse em estudar as religiosidades afro-brasileiras, surgiu a partir do momento que tive contato com locais de manifestações religiosas de origens africanas no município de São Raimundo Nonato – PI, por motivos pessoais.

Enquanto nativa de uma cidade com nome de santo, onde o catolicismo é imperante, criada em locais cristãos, pouco sabia do universo que é a religiosidade afro-brasileira, ou pouco havia atentado para esse assunto.

Ainda em 2016, por motivos particulares, fui convidada a ir em um “Terreiro”. O convite a princípio foi um espanto, seguido de medo, pois quando escutamos a vida inteira que um terreiro é um local onde são realizadas feitiçarias utilizadas para várias finalidades, desconhecemos suas práticas, as pessoas que frequentam e naturalmente ter esse sentimento, que se a desinformação. No entanto além de ter a curiosidade de conhecer, também tive a esperança, onde fosse ajudada de alguma forma.

Sai de São Raimundo Nonato e percorri aproximadamente 45 km, até o povoado de Moises, na zona rural da cidade. O povoado de Moises que é um dos grandes centros de comunidades afro-brasileiras dessa região. Formado ainda no processo de fuga dos escravizados das fazendas de gado, durante a colonização do sudeste Piauiense, pertencente atualmente ao Território Quilombola de Lagoas².

Ainda como uma expectadora, na tentativa de me tornar invisível naquele lugar, uma senhora (Mãe do Terreiro), com nome de D. Hermínia, começou a se aproximar de onde eu estava. Eu, naquela ânsia de medo e pavor, querendo sair daquele local, me mantive paralisada. A senhora então balbuciou: “– Não tenha medo, você é bem-vinda na minha casa!”. Tive a sensação de que meu espírito tivesse saído do meu corpo, por tamanho medo que senti naquele momento, com as pernas trémulas, ela me colocou sentada em uma cadeira e perguntou o que eu buscava ali. Nem eu sabia

² Ainda enquanto os indígenas trabalhavam nas fazendas de gado no sudeste Piauiense, iniciou o processo de colonização e conseqüentemente o tráfico humano de pessoas trazidas para o Brasil e escravizadas. Em conseqüência a todo processo histórico de luta e resistência dessas pessoas, surgiu o território Quilombola de Lagoas, que atualmente cadastrado pela Fundação Palmares, engloba os municípios de São Raimundo Nonato, Fartura do Piauí, Várzea Branca, São Lourenço do Piauí, Dirceu Arcoverde e Bonfim do Piauí. Atualmente se trata da 4ª maior área territorial de ocupação Quilombola, com mais de 100 famílias distribuídas nessa área que possui aproximadamente 62.365,8 hectares. E é a significar a maior representação sobre a resistência, luta e liberdade para as pessoas escravizadas, que durante a colonização do sudeste do Piauí, começou a ser a substituição da mão de obra indígenas nas fazendas existentes na região (FARIAS, 2016).

o que buscava, mas era a última “gota” de fé que me levou aquele local. Com meus olhos fechados, a Mãe de Santo e seu filho (Filho de Santo), começaram a rezar, passando a mão sobre meus cabelos e ombros. Vez ou outra eu abria os olhos para ver o que estava acontecendo. Estávamos em um cômodo separado da casa, era como um quarto, onde eles recebiam as pessoas com mais privacidade. A minha frente, um altar, repleto de imagens, umas eu conhecia, pois eram também imagens do catolicismo, outras, desconhecia. Tinham velas acesas e outros objetos que não me recordo. Ao final da oração, já com os olhos abertos, a mãe de santo e seu filho pediram para eu retornar em outro dia específico, mas no período da noite, levando comigo alguns “ingredientes”, como velas, pólvora, uma bacia de água virgem, cachaça, cigarro e um animal de penas.

Naquele momento pensei, que se era difícil chegar ali de dia, a noite seria pior. Mas fui levando todos os materiais que foram solicitados. O ritual, já não era mais no quarto, ficamos na sala da casa onde havia outras pessoas, entre elas, outros pais e mães de santo, e um rapaz para bater o tambor.

Não demorou muito, foi iniciada a preparação para o ritual acontecer. No chão, foi desenhado um círculo com o pó da pólvora, assim como foram distribuídas velas brancas. Fui posicionada em pé dentro do círculo. Logo, iniciou a batida do tambor, os pais e mães de santo começaram a cantar, cantigas até então que eu desconhecia.

Um Pai de Santo se dirigiu para uma garrafa de cachaça, encheu a boca, acendeu um cigarro e foi até a porta da casa e cuspiu ao vento. Entendi naquele momento que era uma forma de chamar a entidade, que rapidamente veio e se apossou do seu corpo, – “baixou o santo” –, como chamamos naturalmente. Logo, todos começaram a cantar e girar no meu entorno. Ao passo que em um primeiro momento eu senti um desespero, por desconhecer aquele ritual, aos poucos fui ficando mais calma. Alguém então, se dirigiu ao círculo com um animal vivo de penas pretas, começou a passá-lo em meu corpo e entonando uma canção. Demorou uns minutos, o Pai de Santo, com um fósforo, acendeu a pólvora que me circulava. Tive a sensação de que até os pelos dos meus braços queimaram, porque na hora senti um cheiro de cabelo queimado. Por fim, o animal de penas pretas foi levado para uma encruzilhada e oferecido ao “Santo”. Terminado o ritual, perguntei se o animal havia sido sacrificado, e me responderam: “– Aquele animal, recebeu todas as energias

negativas que havia em você, tudo de mal olhado, inveja e ira contra você passou para ele. Depois soltamos na natureza, não o matamos, dedicamos ao santo.”

Saindo de lá, senti uma paz, um alívio e o medo, já não existia mais. Desde então sempre que podia, visitava esse terreiro, dentro do meu imaginário comecei alimentar a ideia de conhecer mais sobre tudo aquilo que havia vivenciado naquele lugar.

Procurei não comentar com outras pessoas sobre isso, mas ao longo do tempo fui entendendo que não comentar era mais uma forma de invisibilizar uma expressão cultural, uma forma de cultuar o sagrado, uma prática, um povo.

Esta pesquisa nasceu, primeiramente, com o objetivo de compreender a materialidade, as relações sociais e políticas de um Terreiro de Candomblé, como elemento vinculado às dinâmicas de atividades religiosas de mat(r)riz africanas e suas relações enquanto agência em um sistema sociocultural. Tomar como objeto de estudo: os espaços, objetos sagrados e os rituais, dentro da esfera tangível e intangível do sistema religioso em questão.

Tinha a priori como intenção contribuir na produção de conhecimento sobre os sistemas religiosos de matriz africana e assim atuar na luta contra a intolerância religiosa e procurar ajudar no reconhecimento dos saberes dos praticantes de religiosidades afro-brasileiras.

No entanto, essa pesquisa foi reavaliada e decidi realizar uma análise bibliométrica da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira, para mensurar como a produção acadêmica arqueológica estava atuando para contribuir no reconhecimento das religiões afro-brasileiras.

Continuei com o interesse em entender as práticas de cultuar o sagrado de povos afrodiáspóricos, porém o enfoque foi alterado, para verificar como os estudos acadêmicos na área da arqueologia sobre essa temática estavam sendo produzidos, formulando um novo problema de pesquisa, a saber, o quanto a Arqueologia produzida e publicada se dedica à compreensão e visibilidade das religiões afro-brasileiras?

Com este problema em questão delineou-se o objetivo geral da pesquisa: refletir sobre o interesse e a visibilidade da Arqueologia pelas práticas religiosas afro-brasileiras. Enquanto objetivos específicos esbocei os seguintes pontos: catalogar os trabalhos publicados que versam sobre a temáticas das religiões afro-brasileiras na

Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB; discutir sobre a (in)visibilidade da temática das religiões afro-brasileiras na área da Arqueologia; apontar caminhos para uma Arqueologia das religiões afro-brasileiras.

A Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira foi escolhida para a realização da pesquisa bibliométrica, por ser um periódico importante e grande visibilidade no cenário da arqueologia no Brasil, sendo utilizada como um parâmetro para quantificar dados que versam sobre como essa temática vem sendo discutida dentro da arqueologia.

A justificativa deste trabalho repousa na necessidade de se refletir sobre a produção da ciência arqueológica, seu papel e efetividade na luta antirracista e a intolerância religiosa.

Pereira e Chervitaresse (2019), argumentam que a Arqueologia atua como uma interlocutora entre o que é pensado e realizado no plano material e o que é expresso em documentos, entrevistas e imagens sobre a cultura material afrodescendente, permitindo a análise de significados de lugares e a manutenção de suas crenças, com sua organização espacial, mítico-religiosa e os espaços utilizados pelos membros.

A arqueologia permite entender os mecanismos de agência, expressões de sensorialidade na construção da paisagem física e cultural das manifestações de religiões afro-brasileiras. Pereira e Chervitaresse (2019, p. 122) ainda argumentam que o material arqueológico não deve ser utilizado como elemento acrítico para a construção de uma identidade, nunca passíveis de crítica ou da constatação da capacidade agencial dos indivíduos em os criarem para um proveito que não seja o meramente cultural.

Portanto, a Arqueologia, enquanto ciência, pode fomentar não apenas o conhecimento acerca do passado, mas compreender as diferenças religiosas, étnicas ou qualquer outra característica que compõe a sociedade brasileira, elaborando políticas culturais e defendendo o patrimônio como um fator de identidade. Portanto, é um ato político e de resistência visibilizar nas produções acadêmicas da área todas as manifestações culturais afrodiaspóricas, lutar contra a intolerância, repressão, opressão de povos por séculos marginalizados, estigmatizados e invisibilizados.

A partir das produções acadêmicas, as publicações em periódicos, dissipação do conhecimento, permite propagar e possibilita minimizar o imaginário estrutural da sociedade, permitindo (re) conhecer a religiosidade de povos afrodiáspóricos como uma manifestação cultural que está presente na nossa sociedade e que faz parte da nossa história, do que somos hoje, uma cultura formada pela miscigenação étnica.

O levantamento bibliométrico realizado na “Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira”, é uma amostragem que pode ser utilizada como uma ferramenta analógica das publicações científicas referente a outros periódicos, e acima disso quantificar como essa temática está sendo publicizada através de pesquisas que gera dados possibilitando entender como a religiosidade afrodiáspórica ainda permanece incipiente no cenário brasileiro.

Metodologicamente, a dissertação debruçou-se sobre os seguintes procedimentos e técnicas: pesquisa bibliográfica acerca das temáticas – Diáspora Africana; Formas de resistência afrodiáspóricas; Religiões de mat(ra)iz africana; Arqueologia das “Religiões Negras”, “dos Candomblés”, “do Axé”; Arqueologia Histórica, Simétrica e do Presente.

Conforme o entendimento que Gilroy (2001), o que diferencia a Diáspora Africana enquanto uma experiência dos povos africanos em mover-se e a experiência catastrófica da Diáspora Africana a partir do processo de escravização.

A partir das pesquisas de Moura (2021), começamos entender as formas de resistências dos escravizados, contribuindo para o entendimento da historiografia nacional sobre os estudos de escravização no Brasil, ao afirmar em suas pesquisas que onde houve escravidão, houve também resistência, portanto, formas de mobilização em todo o território nacional. Ademais, em suas pesquisas evidenciou o fato de que os quilombos, foram não apenas expressões de resistência de escravizados, mas uma contraposição ao próprio processo de escravização. Posteriormente, foram apresentadas outras formas de resistências, entre elas, a elaboração e reelaboração de práticas de cultuar o sagrado dos africanos e afro-brasileiros.

É neste contexto, que aparecerem as religiões de povos afrodiáspóricos, decidiu-se usar nesta produção a categoria religiões de mat(ra)iz africanas, a partir do embasamento das pesquisas de Goldman (1990), que discute sobre os

desdobramentos da noção de sincretismo³ e de purismo religiosos no âmbito das religiões de matriz e raiz africanas.

E se esse verdadeiro horror pela novidade e pela diferença, manifesto em tantas apreciações acerca do Candomblé, é perfeitamente compreensível entre fiéis preocupados com discussões teológicas e legitimações políticas, ele é no mínimo estranho em pesquisadores movidos por um desejo, ao menos relativo, de objetividade (GOLDMAN, 1990, p. 2 - 3).

É verdade que essa perspectiva que poderia ser denominada de historicista foi substituída em parte — pois ainda é bastante corrente — a partir uma visão sociopolítica dos fenômenos implicados no Candomblé, visão que, colocando entre parênteses toda referência a origens, influências etc. Faz dessa religião o reflexo, direto ou invertido, de condições sociais atuais. Ou seja, abandona-se o primeiro e privilegia-se o segundo adjetivo da equívoca expressão “cultos afro-brasileiros”. Trata-se agora de indagar não mais sobre o caráter pretensamente puro ou impuro dessas diversas manifestações religiosas, mas acerca de sua inserção na sociedade abrangente: reforço ou inversão das relações sociais dominantes? E, nesse último caso, não se estaria ainda obedecendo a uma lógica das aparências e das falsas compensações?

Além do fato de que tal perspectiva abandona completamente a atenção nos aspectos estruturais do culto — que a visão historicista, por boas ou más razões, sempre manteve — pode-se perguntar se, mesmo de uma posição interessada exclusivamente no nível sociopolítico, não se estaria incorrendo em simplificações excessivas. Em primeiro lugar, dizer que aquilo “reflete” a “sociedade abrangente” é ratificar em demasia esta última que, se existe, só pode ser concebida como um produto de múltiplos níveis e instituições. O Candomblé certamente compõe a sociedade brasileira, e dizer que ele a reflete é, paradoxalmente, excluí-lo daí. Além disso, o Candomblé, como toda religião, como tudo aliás no mundo, é o locus de conflitos, de batalhas que não são apenas exteriores, mas que o permeiam e dilaceram por dentro. Roger Bastide já o havia percebido: uma religião pode ser objeto de uma estratégia de opressão e domínio e, simultaneamente, um ponto de apoio para o protesto e a revolta. O Candomblé sempre foi, e é, ambas as coisas. Mas esse elemento agonístico, tão claro mesmo para uma observação superficial do Candomblé, transparece também nos debates acerca da pureza e do sincretismo. Trata-se aí de desqualificar através desses

³ Sincretismo religioso é uma mistura de doutrinas sacras com concepções heterogêneas, como culto aos santos da doutrina católica – o catolicismo – e o culto aos orixás do Candomblé, por exemplo. Esse termo se relaciona as pessoas escravizadas no período da colonização por não poder cultuar a sua crença livremente, devido as represálias dos colonizadores que os obrigavam a ter o cristianismo com religião Assim o sincretismo foi utilizado como uma estratégia para perpetuar, espalhar e difundir sua religiosidade, mantendo assim viva suas práticas e seus cultos oriundos de sua terra nativa (CEGALLA, 2008 e VALMAN JESUS, 2018 *apud* SANTOS, 2022).

argumentos inimigos reais ou virtuais. Transparece igualmente nos trabalhos dos pesquisadores, excessivamente preocupados às vezes em estabelecer um código válido para todos os grupos de culto e que alguns se apressam em manipular em seu favor. Como se as relações entre os homens e com os deuses só pudessem obedecer a sistemas rígidos, determinando rigorosamente o permitido e o proibido. Ao contrário, o que encanta no Candomblé é essa possibilidade empiricamente verificável de manipulação, de reinterpretação, decisão, de não conformidade há um código pré-estabelecido que alguns não se cansam de tentar impor, revelando assim, paradoxalmente, uma fascinação com o modelo cristão. (GOLDMAN, 1990, p. 3-4).

Com essa perspectiva, Goldman (1990), rebate a obsessão que muitos pesquisadores sociais têm em encaixar o candomblé, além de outras formas afro religiosas, dentro de um sistema rígido, preocupados demasiadamente em definir ritos e simbologias em “puros” ou sincréticos”. Como alguns pesquisadores e grupos afroreligiosos têm consenso em definir a origem dos cultos a África, ainda que diferenciem sobre “pureza” africana e/ou “sincretismo” afro-brasileiro, no primeiro capítulo, preferiu-se usar a categoria religiões de mat(ra)iz africanas.

No que concerne à Arqueologia das “Religiões Negras”, “dos Candomblés”, “do Axé, partiu-se de duas referências iniciais.

Rodrigo Pereira e André Leonardo Chervitarese (2019) defendem uma Arqueologia dos Candomblés, entendendo-a como uma subárea da Arqueologia Histórica da Diáspora Africana, que não se limita a buscar apenas a África no Brasil, mas de refletir também sobre as formas de elaboração material que se dão em território nacional, portanto as agências dos povos afrodiaspóricos em elaborar e reelaborar suas formas de cultivar o sagrado.

Já Luciana de Castro Nunes Novaes (2022) defende uma Arqueologia do Axé e uma Arqueologia das Religiões Negras, situando-a como uma ruptura com a linhagem intelectual da arqueologia ocidental histórico-cultural, processual e pós-processual e colocando-a como uma ciência que se interessa pelas formas materiais de povos afrodiaspóricos e que contribua com os debates decoloniais e antirracistas.

Nesta produção fez-se uso das contribuições da Arqueologia Histórica e suas atualizações para que sejam inseridas as temáticas das religiões de mat(ra)iz africanas ao interno desta perspectiva, pois como salientara Harrison (2022) a Arqueologia Histórica e a Arqueologia do Presente compartilham de várias

intersecções temáticas e podem ampliar seus objetos, suas abordagens de maneira colaborativa, incluindo os estudos das religiões afro-brasileiras.

Além da pesquisa bibliográfica temática e teórica, foi também realizada uma análise bibliométrica aplicada às publicações da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB.

Por pesquisa bibliométrica, compreende-se

A bibliometria possibilita a observação do estado da ciência e tecnologia por meio de toda a produção científica registrada em um repositório de dados. É um método que permite situar um país em relação ao mundo, uma instituição em relação a um país, e cientistas individuais em relação às próprias comunidades científicas. Baseia-se na contagem de artigos científicos, patentes e citações. Dependendo da finalidade do estudo bibliométrico, os dados podem ser tanto o texto que compõe a publicação como os elementos presentes em registros sobre publicações extraídos de base de dados bibliográficos, como nome de autores, título, fonte, idioma, palavra-chave, classificação e citações (RAO, 1986; ZHU et al., 1999). A bibliometria pode auxiliar na identificação de tendências de crescimento do conhecimento em determinada disciplina, dispersão e obsolescências de campos científicos, autores e instituições mais produtivos, e periódicos mais utilizados na divulgação de pesquisas em determinada área do conhecimento. (SOARES; CARNEIRO; CALMON CASTRO, 2016. p.177).

Neste sentido, aplicou-se a análise bibliométrica para observar a produção científica da Revista da SAB, assim, bem como identificar as tendências do referido periódico, por isso, chegou-se na elaboração de um gráfico contendo as temáticas mais recorrentes no conjunto dos volumes da Revista durante os 40 anos de existência e, finalmente, catalogar as produções que tratavam da temática das religiões afro-brasileiras na Revista da SAB.

Usou-se uma leitura técnica⁴ para identificar as temáticas recorrentes na Revista da SAB e as produções que versavam sobre as religiões dos povos e comunidades tradicionais de mat(r)iz africanas e povos de terreiros no Brasil.

Segundo Bardin (1977), existem várias técnicas e Análise de Conteúdo (AC), que dependem sempre dos objetivos das pesquisas. Entre as mais conhecidas estão a Análise Categorical, Análise do Discurso, Análise de Avaliação, Análise de

⁴ A leitura técnica ou dinâmica corresponde a uma metodologia técnica que visa aumentar a velocidade da leitura, aumentando a capacidade de compreensão textual, sem reter informações. Esse método foi utilizado durante esta pesquisa, por isso a utilização do termo. Pode ser compreendida como leitura dinâmica ou técnica, que tem o mesmo objetivo e a utilização das mesmas técnicas.

Enunciação, Análise de Expressão, Análise das Relações (Co-ocorrências e Estrutural).

Neste trabalho, realizou-se uma Análise Categorial, que segundo Bardin (1977), organizam se em torno de três polos cronológicos: 1- a pré-análise - que consiste em escolher os documentos de análise, formular hipóteses e objetivos; 2- a análise do material - fase na qual trata-se o material já definido após ter bem delimitados as hipóteses e objetivos, é o momento onde se o material é transformado em dados passíveis de serem analisados, através de operações de codificação; 3- o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação - resultam da enumeração e na sistematização das características de seus elementos. Como resultado do processo de descrição é produzido um texto com as categorias escolhidas e realizada a análise dos significados.

Esclarece-se como fora realizada a leitura técnica e a análise bibliométrica nesta pesquisa:

a) Na fase de pré-análise foi definido, primeiramente, que a Revista da Sociedade Brasileira seria o documento a ser analisado; em um segundo momento, foi definido que os volumes da Revista da SAB seriam analisados manualmente, então, criou-se uma tabela Excel⁵ em que seriam posteriormente inseridos dados a partir da leitura de cada texto publicado nos volumes da referida Revista.

b) Na fase de análise do material, em primeiro lugar, abriu-se todos os arquivos publicados nos volumes da Revista da SAB e chegou-se a seguinte categorização: Artigos (divididos em artigos de dossiês temáticos e artigos de fluxo contínuo de temas diversos); Resenhas; Resumos de teses de doutorado ou dissertação de mestrado; Notas de pesquisas; Entrevistas. Em segundo lugar, fez-se uma leitura técnica de todos os textos publicados para verificar a presença de publicações sobre religiões afro-brasileiras. Finalmente, na tabela de Excel foi-se colocando em colunas o número, ano, nome de cada volume; quantitativo de textos publicados em cada volume divididos de acordo com as categorias acima citadas; temas recorrentes em cada volume publicado; presença de textos que versassem sobre religiões de mat(ra)iz africanas em volumes da Revista da SAB.

⁵ A tabela em Excel que foi elaborada a partir da análise dos volumes e textos publicados na Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) está em anexo.

c) Na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, elaborou-se gráficos a partir dos dados coletados e tabulados no Excel; posteriormente, analisou-se os dados dialogando com a literatura de referência, e, sobretudo com questões relacionadas à in(vi)sibilidade na Arqueologia de publicações sobre as religiões afro-brasileiras e os debates sobre tradição nas pesquisas arqueológicas, novos desdobramentos da Arqueologia Simétrica e do Presente, necessidade de uma Arqueologia dos Candomblés (PEREIRA; CHEVITARESE, 2019) e uma “Arqueologia do Axé/das Religiões Negras” (NOVAES, 2022).

Nesse percurso reflexivo, esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos:

O primeiro capítulo intitulado: Capítulo “1 AS INTERPRETAÇÕES SOCIAIS DAS RELIGIÕES DE MAT(RA)IZ AFRICANAS”, subdividido em “1.1 A DIÁSPORA AFRICANA E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA” e “1.2 A RELIGIOSIDADE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA”. Neste capítulo discute-se sobre as religiões de mat(ra)iz africanas dentro do processo diaspórico, suas formas de expressão, opressões e resistências em diversos períodos históricos, situando-as como formas culturais relevantes para o conjunto da sociedade brasileira, bem como para a área da Arqueologia.

No segundo capítulo intitulado “2. POSSIBILIDADES E DESAFIOS DOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DAS RELIGIÕES DE MAT(RA)IZ AFRICANAS” e “2.1 A ARQUEOLOGIA PARA ALÉM DA MATERIALIDADE”, são apresentadas discussões sobre como a arqueologia tem tratado as temáticas das religiões de mat(ra)iz africanas, e as contribuições da Arqueologia Histórica, Arqueologia Simétrica e Arqueologia do Presente para a ampliação de publicações com essas temáticas.

O terceiro capítulo intitulado “3 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DO PERIÓDICO ‘SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA’: REFLEXÕES SOBRE AUSÊNCIAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUEOLÓGICA ACERCA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS”, subdividido em: “3.1 APRESENTANDO A REVISTA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB: APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO” e “3.1.1 Aplicabilidade Metodológica sobre os dados coletados na Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB”. O capítulo apresenta a pesquisa bibliométrica realizada na Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira, inicia-se com uma apresentação sobre a

revista e suas origens; é apresentado o processo de avaliação para submissão das publicações e a aplicabilidade metodológica sobre os dados coletados na Revista da SAB, tratando da metodologia para mensurar os volumes publicados, identificação dos temas recorrentes, catalogação das publicações sobre a temática das religiões afro-brasileiras.

O quarto capítulo intitulado “4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS BIBLIOMÉTRICOS”, subdividido em: “4.1 AS PESQUISAS SOBRE AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NA REVISTA DA SAB” e “4.2 APRESENTANDO OS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB”, que tratam da temática das religiões afro-brasileiras”. O capítulo trata dos resultados e discussões sobre os dados bibliométricos, refletindo sobre as pesquisas identificadas, bem como os Grupos de Trabalhos (GT) existente na SAB, reflexão sobre a dedicação dos estudos sobre suas materialidades e finaliza com as discussões das produções que tratam da temática das religiões afro-brasileiras que foram publicadas na Revista da SAB entre os anos de 1983 e 2024.

Por fim, nas “CONSIDERAÇÕES FINAIS – FINALIZANDO O QUE AINDA PRECISA COMEÇAR...”, finalizo com a reflexão acerca da pesquisa realizada diante dos resultados obtidos e anseios para que a ciência arqueológica seja uma ferramenta que fomente discussões, possibilidade e cada vez mais seja uma ciência modificadora não só dentro da academia, mas para a sociedade.

2 AS INTERPRETAÇÕES SOCIAIS DAS RELIGIÕES DE MAT(RA)IZ AFRO-BRASILEIRA

Neste capítulo, apresento as análises e reflexões sobre a experiência diaspórica de africanos, suas interpretações ao longo de vários processos históricos, as opressões e processo de criminalização das formas de cultuar o sagrado de africanos e afro-brasileiros, bem como suas formas de elaboração de resistências.

Ainda desenvolvo as discussões sobre as pesquisas sobre as religiões que mat(ra)iz africanas, apontando as ponderações sobre “purismo” religioso e “sincretismo”, bem como contribuindo com os debates acerca da pluralidade de expressões religiosas de povos afrodiáspóricos.

Por fim apresento as possibilidades na área da Arqueologia dos estudos sobre as religiões de mat(ra)iz africanas, por entender a riqueza de suas materialidades e a ontologia da relação entre matéria, símbolos, humanidade e formas de expressões culturais e sociais.

2.1 A DIÁSPORA AFRICANA E AS FORMAS DE RESISTÊNCIAS

Quando se trata de Diáspora Africana e as formas de resistência cultural dos africanos costuma-se fazer referência ao período de escravização, mas como salienta Novaes (2022) embasando-se em Gilroy (2001), “A Diáspora Africana está para além da definição de dispersão catastrófica que possui um momento original identificável e avança para a elaboração de modelos de liberdade, flexibilidade de identidades e produção de vínculos territoriais a partir das bordas atlânticas”. (NOVAES, 2022, p.85).

Neste sentido, tomando como ponto de partida a Diáspora Africana forçada, Silva e Xavier (2018), abordam que o estudo sobre a Diáspora Africana no Brasil necessita de uma reflexão teórica metodológica. Esse evento pode ser entendido de múltiplos pontos de vista, sendo comumente conhecido e reconhecido como a dispersão forçada do povo africano para o hemisfério ocidental. Ainda, o conceito está ligado aos Estudos Africanos desde 1960.

De fato, existe uma historiografia e uma atenção aos estudos e pesquisas sobre a diáspora forçada dos povos e comunidades africanas, mas a História da África não começa e não se limita à escravidão. Porém, é importante delimitar que quando se trata de religiões mat(ra)iz de africanas no Brasil é inevitável remontar ao período histórico da experiência diaspórica catastrófica.

Conforme Heywood (2019), pesquisas demográficas demonstraram que em todas as regiões da África Central houve comércio de escravos. Entre 1519 e 1867 aproximadamente 5 a 11 milhões de escravizados foram traficados ou sequestrados para a América. O Brasil foi o principal importador de pessoas escravizadas, sendo aproximadamente quatro milhões. Outros dados demográficos sugerem um número maior de pessoas traficadas para o continente americano, trazendo números como nove a doze milhões, desses quatro a seis milhões vieram exclusivamente para o Brasil (COSTA, 2013; BRANDÃO, 2015; ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006; SOUZA, 2013).

Segundo Vieira (2017) citando Maestri (2014):

O Brasil foi a nação das Américas mais 'acabamente escravista', sendo um dos primeiros territórios a introduzir essa prática e o último a aboli-la, importando, por conseguinte, o maior número de cativos do continente. Só a nível nacional, ressalta-se uma rica gama de produção alimentícia oriunda da mão-de-obra servil: açúcar, arroz, café, charque, fumo, pau-brasil, ouro, etc." (VIEIRA, 2017, p.41).

De acordo com Brandão (2015), a escravidão era tida como o recurso maior do processo histórico marcado pela transição do sistema feudal para o capitalista mercantil. A mão-de-obra escrava impulsionou o tráfico humano do continente africano

As experiências escravistas foram amplamente foco de pesquisas da arqueológicas sobre a escravidão, que buscava compreender o sistema escravista, inicialmente na América do Norte, tendo como foco de análise as plantations e sobretudo as casas dos senhores, a economia colonial etc. Já a Arqueologia da Diáspora, voltaria seu olhar não para os colonos, suas lógicas e posses, mas para o povo preto em diáspora, considerando as suas formas de existência e resistência no continente, neste sentido, como assinala Symanski (2013) há um ponto de inflexão importante entre as duas abordagens arqueológicas.

A resistência negra e a diáspora são marcadas por uma história de resiliência e lutas contra opressões. As comunidades negras no Brasil elaboraram e reelaboraram muitas de suas tradições no processo diaspórico, alguns exemplos de formas de resistência foram as formações de quilombos.

[...] os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia. Recorreram, por isso, a diversificadas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos. (MOURA, 2021, p.21).

Clóvis Moura é um dos intérpretes sociais do Brasil que mais insistiu no argumento da resistência negra em solo brasileiro, enquanto muitos outros autores vinculados às escolas interpretativas eugênicas construíram suas análises negando as formas de resistências de povos que foram escravizados, legitimando nessas análises uma suposta passividade e acomodação ao processo diaspórico forçado, Moura traçou o caminho oposto⁶.

⁶ A respeito disso, sugere-se a leitura dos livros: MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo / Clóvis Moura. – 5ª ed. - Teresina: Ed. UESPI, 2021.

Esta interpretação é muito importante, pois possibilitou o interesse por outros “objetos” e sujeitos nas Ciências Sociais, na Arqueologia, por exemplo, abriu a possibilidade de uma Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil (SOUZA, 2013) e a ampliação de temáticas no campo da Arqueologia Histórica.

A ampliação em termos de temáticas e abordagens também se deu em razão de uma noção implementada por Moura em muitos de seus estudos sobre os Quilombos e os negros na formação social do Brasil, que é a de que onde houve escravidão houve também resistência, ou seja, em todo o Brasil onde existiram quartéis pequenos ou grandes com escravizados, existiam focos de resistência organizada e sistemática, isto amplia as pesquisas sobre as organizações sociais dos africanos e afro-brasileiros para muitos espaços, que outrora não eram considerados interessantes por não serem sequer considerados historiograficamente relevantes, por ser uma parte da história no processo de colonização invisibilizada pela sociedade.

No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espraiava nacionalmente, a sua negação também surgiu como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade. Está havendo uma revisão na história social do Brasil, particularmente no que diz respeito à importância dos quilombos na dinâmica da sociedade brasileira. Por isso, eles manifestam-se nacionalmente como afirmação de luta contra o escravismo e as condições em que os escravos viviam pessoalmente. Saber até que ponto esse protesto, essa posição de resistência individual ou grupal correspondia à possibilidade de um projeto de nova ordenação social é outra discussão. O fato é que, no Brasil, como nos demais países nos quais o escravismo moderno existiu, a revolta do negro escravo se manifestou. Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo. (MOURA, 2021, p.25).

Os quilombos aparecem na historiografia como uma das formas de resistências mais notáveis, exatamente pelo seu caráter de “negação à escravidão” (MOURA, 2021), mas também pela sua organização e duração. Muitas pesquisas no campo da Arqueologia foram realizadas pela grande expressão da materialidade de quilombos espalhados em muitos lugares do Brasil. Em outros campos como na Antropologia a própria dimensão conceitual de quilombos fomentou muitas pesquisas, como por exemplo, as realizadas pelo grupo de estudos Nova Cartografia Social da Amazônia, tendo Alfredo Wagner Berno de Almeida como um dos maiores expoentes na discussão e ampliação do conceito de quilombo (ALMEIDA, 1998, 2006, 2008, 2011).

Isto porque durante muito tempo perdurou o conceito histórico ligado tão somente a expressão de uma organização coletiva ligada ao período escravocrata, sem levar em consideração as novas demandas de movimentos sociais e as novas dimensões que passaram a aparecer nos dispositivos jurídicos que tratam dos direitos de povos e comunidades tradicionais, entre eles, os quilombolas e sua experiência do presente.

Mas como já salientara Chaloub (1990) a escravidão foi um sistema organizado de modo complexo e os sujeitos que fizeram parte desta engrenagem socioeconômica elaboraram muitas estratégias e táticas, de um lado poder/domínio/controle e de outro, negação/resistência/ sobrevivência, pois “Para os negros, o significado da liberdade foi forjado na experiência do “cativeiro” (CHALOUB, 1990, p.27). Desta forma, em seu livro, o referido autor demonstra com inúmeros exemplos sua tese de visões de liberdade dos escravizados, ou seja, muitas formas de resistência que foram para além dos quilombos, mas que, em muitos casos, foram práticas, táticas, ações do cotidiano, na esfera do ordinário, que mostravam a agência dos escravizados em lutar ou construir sua autonomia e demonstrar suas resistências.

Neste sentido, outras formas de resistência, como por exemplo, no âmbito das manifestações de religiosidade e sociabilidade. É relevante citar a importância demográfica dos africanos escravizados e seus descendentes das regiões do Congo-Angola no Brasil no seu contributo nas práticas sociais, religiosas e culturais, sendo que em 1820, africanos livres e escravizados constituíram “irmandades”, organizações legais que serviam como “incubadoras” das diversas religiões e outras tradições culturais nativas da África (HEWYOOD, 2019).

No cenário brasileiro, Zumbi dos Palmares é um dos maiores nomes que buscava a liberdade e uma referência em termos de resistência contra a escravidão, por ter criado um movimento no período escravista sobre a resistência negra no Brasil (VALADA, 2020).

Importante destacar ainda que as diversidades de culturas e religiões também se deve à diversificação de povos que foram forçadamente trazidos para o Brasil de tantas outras regiões de África, em sua maioria, advindos forçadamente da África

Oeste, Centro-oeste e Sudeste⁷, como bantos, os fons, os iorubás e os minas.

[...] milhões de pessoas, de diferentes regiões da África, que traziam suas relações com a vida, a morte, as pessoas, a natureza, a palavra, a família, o sexo, a ancestralidade, Deus, deuses, as energias, a arte, a comida, o tempo e a educação. Enfim, com as suas formas de ver, pensar, sentir, falar e agir no mundo. Espalhadas assim formaram o que se chama de diáspora africana, ou seja, os negros e negros que, nesse caso, sequestrados e sequestrados das suas terras, levaram consigo as suas tradições, mantendo-as e recriando-as no mundo, inclusive no Brasil. (CAPUTO, 2012, p. 40).

Esse processo teve um impacto profundo na cultura brasileira, criando uma riqueza e diversidade cultural única. As religiões de mat(ra)iz são parte da diversidade religiosa do Brasil. Dentre algumas dessas manifestações, que tem como referência as culturas trazidas pelos africanos durante mais de 300 anos de escravidão estão o cabula, o catimbó, a quimbanda e, principalmente, a umbanda e o candomblé, que se propagaram com mais intensidade pelo Brasil.

Apesar das condições desumanas e opressivas da escravidão, os africanos escravizados conseguiram manter seus referenciais ancestrais vivos e resistiram à tentativa de apagá-la. Eles usavam a música, a dança, a religião e outras formas de expressão cultural como uma forma de resistência e preservação de sua identidade. Além disso, a mistura de diferentes culturas na diáspora africana também criou novas formas de expressão cultural.

Neste sentido, Eugênio (2017, p.44) enfatiza que “as populações submetidas à escravidão e ao genocídio tiveram que elaborar uma série de mecanismos de sobrevivência. E entre todos os mecanismos de sobrevivência, a religião foi um dos que mais colaboraram para manter vivas as tradições de origem africana”.

Desta maneira, os escravizados trouxeram memórias e experiências individualizadas, bem como elementos de grupos, souberam conservar suas experiências culturais e elaborar novas a partir do novo contexto que estavam inseridos. Para Bastide (1960), a formação de uma sociedade afro-brasileira só se deu quando reconstruíram novas instituições que acomodassem múltiplas culturas africanas (superestruturas), formada por uma pluralidade de fragmentos culturais

⁷ A respeito disso ver: “De onde eram os africanos escravizados que vieram para o Brasil?” – Terreiro de Griôs (wordpress.com).

desse povo (PARÉS, 2018).

De acordo com a ideia de Grosfoguel (2012), os colonizadores em certo tempo, acreditavam ter conseguido colonizar as pessoas escravizadas, quando os viam adorando os santos católicos, isto era um processo de “hibridação” e “mestiçagem”, sendo considerada como as estratégias desenvolvidas de subversão político-cultural. Ainda, nessa ideia, no sistema social da época, as hierarquias etnoraciais não permitiam que os escravizados praticassem sua cultura de maneira livre e aberta.

Nesse entendimento, esse comportamento era um movimento e estratégias dos povos afrodiaspóricos, enquanto subalternos, que se apropriavam de imagens católicas, “transculturalizavam”, “fronteirizavam”, transmodernizavam”, “quilombolizavam” dentro de uma cosmologia africana, sendo uma cumplicidade subversiva (GROSFUGUEL, 2012)

Portanto, o impacto das diásporas africanas e das religiões afro na cultura e na sociedade é inegável. A música afrodescendente, como o samba, o jazz e o reggae, influenciou e enriqueceu a paisagem musical global, trazendo consigo ritmos, melodias e narrativas que ecoam as experiências e as lutas do povo africano diaspórico.

Além disso, as práticas espirituais das religiões afro têm desempenhado um papel fundamental na promoção da justiça social, na luta contra o racismo e na valorização da diversidade cultural. Por meio de celebrações, rituais e festividades, essas tradições espirituais fortalecem os laços comunitários e promovem a autoestima e a resiliência das populações diaspóricas.

2.2 A RELIGIOSIDADE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

As religiões como o Candomblé, Umbanda, Santería, entre outras, são expressões espirituais que mantêm uma profunda conexão com a natureza, os ancestrais e as forças divinas. Originadas nas tradições religiosas africanas, essas práticas foram preservadas e adaptadas pelas comunidades diaspóricas, desempenhando um papel vital na preservação da identidade e na resistência cultural.

De acordo com Berkenbrock (2012, p. 62), partindo de uma noção histórica, defende-se que o continente africano é o ponto ancestral e o Brasil teria a dimensão de desenvolvimento das religiões mat(ra)iz africana. Já outros autores sustentam que estas foram reelaboradas na experiência de cada terreiro.

Sobre este aspecto da origem, Goldman (1990) propôs um importante debate acerca de uma questão que muitos consideravam apenas um consenso histórico, mas sejam por interpretações de estudiosos, sejam por grupos religiosos, tornou-se um campo de disputa.

Existe uma concepção corrente acerca do Candomblé que, como se sabe, sustenta tratar-se aí de uma religião de proveniência africana trazida para o Novo Mundo pelo tráfico de escravos, e que aqui teria se mesclado, em maior ou menor grau segundo os casos, com práticas religiosas oriundas de crenças indígenas, do catolicismo popular e do espiritismo de origem europeia. Suas características essenciais seriam o culto de um panteão divindades chamadas Orixás, e a crença na possibilidade de tais divindades incorporarem nos fiéis devidamente preparados: transe ou possessão divina. Em suas grandes linhas não há, evidentemente, nada a objetar a uma tal definição do Candomblé. Ela coloca, entretanto, quando encarada de mais perto, algumas dificuldades sobre as quais vale a pena insistir. Em primeiro lugar, a questão da origem africana. O que parece, à primeira vista, apenas um problema de estabelecimento de um fato histórico recebe imediatamente uma série de valorações que põem em dúvida a aparente neutralidade e objetividade de um tal julgamento. (GOLDMAN, 1990, p.1).

Trata-se de um debate ainda em aberto que perdura há anos sobre a noção de raiz/matriz africana do Candomblé. De uma parte, têm-se alguns estudiosos e grupos religiosos com a preferência pela categoria de “raiz” africana, por remeter a uma ideia metafórica da árvore, na medida em que se afirma uma origem “pura” e “autêntica” em África, ou seja, onde a árvore foi plantada e mantém-se viva enquanto uma raiz bem fincada.

De outra parte, tem-se uma categorização que é bem mais conhecida e consensual que é a de matriz africana, que segue de a aceção da religião ser nativa do continente africano. Nessa linha existem autores renomados como Roger Bastide (1995) que escreveu muito sobre o Candomblé e entendia os terreiros como uma “pequena África” no Brasil e Abdias do Nascimento (1980) que segue na mesma linha, porém tendo um foco mais político sobre a questão, visto que defendia além da afirmação da África ser o berço da religião, que os terreiros funcionam como efetivos centros de resistência cultural africana. E, em último caso, têm-se a escolha por ambas as categorias Raiz e matriz africana⁸.

Interessante notar que este aspecto da “pequena África” e da “África vive em cada terreiro no Brasil”, não se limita apenas ao Candomblé, mas se estende à Umbanda, Quimbanda e até outras expressões religiosas, como o Terecô⁹. Sobre esta última religião, a pesquisadora Jéssica Cristina Aguiar Ribeiro - que dedicou suas pesquisas acadêmicas aos estudos de estereótipos e representações que recaem sobre afroreligiosos - destacou que na cidade de Codó, no estado do Maranhão, conhecida, por meio do investimento midiático e de muitas pesquisas antropológicas, como uma das cidades com maior existência de povos de terreiros no Brasil, a pesquisadora constatou que existe um discurso bastante recorrente, sejam nas pesquisas feitas sobre a cidade, sejam nas expressões de afroreligiosos locais, que é o de acionar “a África viva nos terreiros da cidade”. (RIBEIRO, 2012; 2013; 2014; 2020).

Como destaca um dos autores citados por Ribeiro (2012):

Confortavelmente instalados os filhos da Casa, dançam e entoam cantos umbandistas, marcados pelos sonoros tambores e atabaques [...]. Tudo é festa, luz e cor. É a África viva, presente e eterna em Codó. Codó negra é um pedaço do continente africano” (MACHADO ,1999, apud RIBEIRO, 2012 p.189).

⁸ A respeito disso ver: a Lei LEI Nº 14.519, DE 5 DE JANEIRO DE 2023 que Institui o Dia Nacional das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé.

⁹ Para entender sobre o terecô sugestão de leitura: FERRETTI, Mundicarmo. Religião e magia no Terecô. In: PRANDI, Reginaldo (org.). Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados. Rio de Janeiro, Pallas, 2001, p. 59-73. -----, Encantaria de 'Barbara Soeira': Codó, capital da magia negra? São Paulo, Siciliano, 2001. RIBEIRO, Jéssica Aguiar. Bitá do Barão: saberes e fazeres de práticas afro-religiosas na Tenda Espírita de Umbanda Rainha Iemanjá. In: GAIOSO, Vasconcelos Gaioso; MARTINS, Cynthia Carvalho (orgs.). Insurreição de Saberes 2: reinterpretaciones em movimento. 1ed. Manaus: UEA Edições, v. 1, 2013.

Portanto, ainda que se tenha um certo consenso sobre a África enquanto a pátria do Candomblé e de outras religiões surgidas a partir de África, as discussões acerca da pretensa “pureza” e o entendimento do sincretismo como algo de menor autenticidade permanece. A este respeito Goldman (1990) destaca:

Trata-se então, e ao contrário, de enaltecer o passado étnico e de constituir-se em defensor e preservador de uma tradição muito antiga, o que, é claro, desloca o debate na direção de se saber quem, tendo conservado melhor essa ligação com as ‘raízes’, tem o direito de falar em seu nome, desqualificando aqueles mais permeáveis à influência do novo meio. Emerge, de imediato, o problema do ‘sincretismo religioso’. Desse último ponto de vista, tradicionalista, o grau de pureza de um grupo de culto poderia ser facilmente mensurado em termos de sua menor representatividade aos elementos indígenas, católicos e espíritas. [...] a origem africana dos ‘cultos afro-brasileiros’ carece de qualquer importância, servindo apenas como instrumento de legitimação que significa automaticamente, é claro, a desqualificação de outrem. O famoso sincretismo não é a alteração artificial de uma relação originalmente pura, qualificando-a ou desqualificando-a, mas um processo histórico interessante e complexo aonde uma série de traços díspares (pois quem pode acreditar que a África pré-colonial era esse universo fechado, homogêneo e autônomo que alguns parecem querer enxergar aí?) são combinados segundo uma lógica perfeitamente inteligível, dando origem a realidades novas, nem superiores nem inferiores às mais antigas, mas certamente diferentes” (GOLDMAN;1990 p.1-2).

De fato, as acusações acerca do sincretismo parte desse desejo de definir o Candomblé dentro de uma lógica da autenticidade, na busca pelo “africanismo”, sendo a busca pela cultura material trazida ou (re)produzida na América representando um padrão e da pureza religiosa africana, o sincretismo foi acreditado como algo artificial e menos válido, porém a religião, assim como todos os aspectos culturais, são construções sociais, portanto, passam por processos de elaborações, reorganização, fusões, adaptações, reinterpretações, o que não significa, como bem salientara Goldman (1990, p.04) “que não existam elementos estáveis e estruturais comuns aos grupos de Candomblé”, que notadamente são o culto dos Orixás e possessão.

Um fator pertinente de se considerar é a multiplicidade étnica e cultural dos povos africanos, pois a defesa da pureza religiosa pode fomentar uma armadilha, a de homogeneizar as experiências de africanos na diáspora forçada. Sobre este aspecto, Thornton (2004) esclarece:

[...] os imigrantes africanos não formam um grupo (uma cultura homogênea) mas uma “multidão” (culturas diversas sem contato prévio), e toda uma nova

estrutura social e organização foi criada, começando pelo “par” de escravos dividindo o mesmo espaço no navio. A ausência de uma especificidade étnica e cultural necessária para manter ou recriar a cultura africana nas Américas levou os escravos a formarem uma nova cultura. Essa nova cultura tem raízes africanas, baseia-se num denominador comum das muitas e variadas culturas da África que serviram de alicerces [...]. (THORNTON, 2004, p. 254).

Thorton (2004) ao analisar o papel dos africanos corrobora com a definição histórica da África como a raiz/matriz de muitos aspectos culturais que fazem parte da formação do mundo atlântico, mas filia-se às interpretações que defendem a diversidade étnico-cultural dos africanos e a elaboração de outras formas culturais a partir do novo contexto.

Bastide (1960) menciona sobre a formação das instituições religiosas pautadas em dois momentos, o primeiro, denominado de “adaptação”, e o segundo de “criação”, onde surgiram as formações de estruturas sociais complexas, como os calundus e candomblés, como uma forma coletiva de resistência cultural, sendo uma necessidade de enfrentamento ao infortúnio, como a escravidão. Ainda de acordo com Bastide, as práticas de “curandeirismo” e dos rituais funerários, foram aspectos religiosos africanos com mais persistência nessa nova realidade. O Calundus, de origem africana se organizaram paralela ou simultaneamente aos batuques de divertimento e às folias das irmandades católicas (PARÉS, 2018).

O Candomblé encontra suas raízes na duplicidade de práticas surgidas no século XVII e XVIII. Conforme Parés (2018), o “calundu” foi um termo genérico utilizado para designar atividades religiosas de origem africana, que envolvia o curador-adivinho. Parés ainda cita Bastide ao falar que as interações entre comunidades africanas no Brasil, formando uma “comunidade religiosa afro-brasileira” impulsionaram o surgimento do Candomblé no Brasil. Assim, o autor pontua que o processo formativo do Candomblé não se deu exclusivamente em função de transferência direta e linear de elementos da África Ocidental para o Brasil, mas na reconfiguração e ressignificação de elementos africanos de uma multiplicidade de Origens, de elementos não-africanos, assim como na criação de outros elementos, resultado de um novo contexto social e do mesmo processo normativo. Essa manifestação religiosa originalmente formada por povos Africanos Ocidentais e ao chegar ao Nordeste do Brasil, foi difundido para outras regiões do país, como o Sudeste, já no século XX (PRANDI, 2003).

O candomblé é uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazida pelos africanos escravos, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar as novas condições ambientais. É a religião que tem como função primordial o culto às divindades – inquices, orixás ou voduns –, seres que são a força da natureza, sendo seus criadores e administradores. Religião possuidora de muitos simbolismos e representações que ajudam a compreender o passado e a discernir melhor as verdades e as mentiras, permitindo assim definir conceitos. No candomblé nada se inventa ou se cria, só aprende e se aprimora. Este saber e este conhecimento são conquistados com a prática no dia a dia, com o tempo, com a humildade, o merecimento, a inteligência e, principalmente, com a vontade de aprender! (MAURÍCIO, 2014, p. 29).

Santos (2019) menciona que quando nos aproximamos da ancestralidade africana na construção histórica brasileira, temos, dentre a inserção de religiões de matrizes africanas, especialmente o Candomblé enquanto uma das religiões que cultuam divindades de origens diversas. Relacionado a isso, são identificados por meio dos elementos da natureza, com sentimentos e emoções, e ainda, por meio de processos a partir da relação com a igreja católica.

O Candomblé como aqui é praticado não existe na África, o que existe lá é o que chamamos de culto à orisá, ou seja, cada região africana cultua um orisá, portanto a palavra candomblé foi uma forma de denominar as reuniões feitas pelos escravos para cultuar seus deuses, pois também era comum no Brasil chamar as festas ou reuniões de negros de “Candomblé”, devido seu significado em iorubá (NASCIMENTO, 2010, p. 935).

Seguindo pela ideia apresentada por Santos (2019), a Umbanda é a única religião criada institucionalmente no Brasil, com fundação em 1917, em Niterói – RJ. A sua constituição se dá por elementos candomblecistas ou africanistas, promovendo outras relações, com misticismos, valores ciganos, kardecistas, hinduístas.

A Umbanda é criada num contexto de valorização do “ser brasileiro”, patrocinou a integração no plano mítico de todas as classes sociais, especialmente, as excluídas, apresentando uma nova visão distinta da prevalência dos valores dominantes da classe média (catolicismo e posteriormente Kardecismo), com maior abertura as formas populares afro-brasileiras, depurando-as a favor da mediação no plano religioso, que representou a convivência das três raças brasileiras. (NASCIMENTO, 2010, p. 937).

De acordo com Cruz (2014), a partir de um breve panorama sobre a Afro-Religiosidade Piauiense, numa difusão primária, sobre influência do Maranhão, principalmente da cidade de Codó, são identificadas no estado manifestações como o Tambor de Mina, Terecô, Babassuê (ou Barba Soeira) e o Tambor da Mata de Codó que é tocado nas giras de Candomblé.

O Terecô é tido como a religião Afro-brasileira originária da cidade de Codó, especificamente do povoado rural de Santo Antônio dos Pretos. O Terecô é uma religião de transe onde são incorporados, especialmente, encantados da mata e onde existe uma grande diversidade de práticas curativas. Como lembra Araújo (2008), o panteão de encantados da mata é chefiado pela família do vaqueiro Légua Boji Buá da Trindade e o toque do tambor é mais rápido do que o do Tambor de Mina, muito encontrado na cidade de São Luís. No Terecô os encantados se apresentam incorporados como 'alguém que teve vida terrena há muitos anos e que desapareceu misteriosamente ou tornou-se invisível, encantou-se' (FERRETI, 2001, p.45).

O culto no candomblé pode ser compreendido como a manutenção das múltiplas interações com a natureza, com a comunidade e com as diversas relações com a ancestralidade. Assim a ancestralidade cultuada no candomblé, trata-se do princípio fundamental e organizador do modo de vida, regulando práticas e representações, sendo a base de todos os valores do povo de santo. Neste sentido, não existiria se não fossem os ancestrais. O candomblé entende que o corpo humano é formado de ancestralidade, ele só existe porque antes existiram os ancestrais (OLIVEIRA, 2009; FLOR DE NASCIMENTO, 2017).

Desta maneira, conforme Gaia (2020):

O primeiro e mais bem esculpido trabalho de integração entre as culturas religiosas tradicionais mantidas pelas nações africanas pré-coloniais, juntamente com o esforço brasileiro e dos seus descendentes, de manter vivo esses cultos dentro e fora de solo africano, é conhecido no país como candomblé. Como muitos outros cultos afro-brasileiros, ele teve diversos processos de sincretismo no Brasil. O primeiro desses processos de sincretização é na fase principal da colonização, onde africanos tinham que submeter sua fé à agenda conservadora dos moldes políticos nacionais, os quais legitimam somente a fé cristã como religião oficial, a única que poderia ser praticada no país. Assim, converge-se, afrocentricamente, a perspectiva religiosa cultuada por negros escravizados à religião católica, fazendo com que a perspectiva negra estivesse sempre subjugada à cultura religiosa branca (GAIA, 2020, p.55).

O candomblé cresceu e se desenvolveu em todo o país, e não pode ser reduzido a uma única perspectiva, pois trata-se do resultado do encontro de atividades religiosas e culturais possíveis aos muitos povos africanos escravizados, para além de uma religião, é símbolo de amor e coragem, existência, resistência e re-existência (NOGUEIRA, 2018; GAIA, 2020).

Um dos autores que foi pioneiro e segue sendo uma das maiores referências sobre o Candomblé é Roger Bastide, que etnografou terreiros e muitos rituais, tendo contribuído para os estudos das religiões africanas e afro-brasileiras de maior notoriedade. Ele conceitua: “O candomblé não é um lugar de estadia” [...], mas um lugar de festas” (BASTIDES, 1945, p. 69).

As religiões de mat(ra)iz africanas no Brasil englobam ainda a cabula, o vodum, o catimbó, a quimbanda, o tambor de mina, o islã, a jurema e principalmente o candomblé e a umbanda. Estas últimas se propagaram com mais intensidade na cultura brasileira

Conforme o Observatório Quilombola e Territórios Negros, a Cabula foi descrita por Dom João Batista Correa Nery em 1901, sendo uma cerimônia praticada exclusivamente por negros, mas que após a abolição, passou a ser praticada por negros e brancos, sendo um culto baseado no segredo absoluto, com rituais de iniciação, palavras sagradas, gestos e recursos particulares, que possibilitassem o reconhecimento entre os adeptos (BOLETIM TERRITÓRIOS NEGROS, 2003).

Salles (2004) define o Catimbó enquanto:

Um complexo semiótico fundamentado no culto aos mestres, caboclos e reis, cuja origem encontra-se nos povos indígenas nordestinos. As imagens e os símbolos presentes nesse complexo remetem a um lugar sagrado, descrito pelos juremeiros como “um reino encantado”, os “encantos” ou as “cidades da Jurema”. A planta de cuja raízes ou cascas se produz a bebida tradicionalmente consumida durante as sessões, conhecida com jurema é o símbolo maior do culto. É ela a “cidade” do mestre, sua “ciência”, simbolizando ao mesmo tempo morte e renascimento. (SALLES, 2004, p.101).

Quem inicia um estudo sobre o catimbó se surpreende com a escassez de trabalhos sobre o tema, sobretudo com o pouco que foi escrito entre as décadas de 1940 e 1970. No entanto, sua presença no cenário religioso nordestino tem sido registrada, ainda que superficialmente, há quase 80 anos. Com exceção dos trabalhos

pioneiros de Mário de Andrade (1983) e Gonçalves Fernandes (1938), na década de 1930, os de Roger Bastide (1945, 1971) e Câmara Cascudo (1978), escritos a partir da década seguinte e, mais recentemente, o de René Vandezande, concluído em 1975, as referências ao catimbó consistem em pequenos comentários, quase sempre relegando o culto a um status inferior às religiões de matriz africana, sobretudo aquelas consideradas mais “autênticas”, mais “puras”. (SALLES, 2004, p.100).

Bastide (2004) afirma que há uma relação entre alguns cultos de matriz africana e cultos ameríndios, devido a convergência da estrutura mística existente em muitas religiões presentes no Brasil, como é o caso do Catimbó.

Quanto a Quimbanda, Coppini (2014) a conceitua como a religião da liberdade, gira através de novas notas e antigos ensinamentos, numa fusão de culturas indígenas, negras e europeias. É a arte de evocar ou invocar espíritos dos mortos que ascenderam através dos conhecimentos esotéricos ocultos e burlaram a lei de reencarnação.

Neste sentido, os terreiros constituem-se não apenas espaço sagrado, mas um patrimônio forjado na diáspora africana em território brasileiro, local de culto, de festas, de simbologias, da memória à ancestralidade e de resistência.

O patrimônio simbólico do negro brasileiro (a memória cultural da África) afirmou-se aqui como território político-mítico-religioso, para a sua transmissão e preservação. Perdida a antiga dimensão do poder guerreiro, ficou para os membros de uma civilização desprovida de território físico a possibilidade de se ‘reterritorializar’ na diáspora através de um patrimônio simbólico consubstanciado no saber vinculado ao culto aos muitos deuses, à institucionalização das festas, das dramatizações dançadas e das formas musicais. É o ebé, a comunidade litúrgica, o terreiro, que aparece na primeira metade do século XIX - período de investimentos simbólicos marcantes por parte do Estado: Missão Artística Francesa (1816), inauguração da Academia Imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro (1826) - como a base físico-cultural dessa patrimonialização. Os terreiros podem dizer-se de candomblé, Xangô, pajelança, jurema, catimbó, tambor de mina, umbanda ou qualquer que seja o nome assumido pelos cultos negros em sua distribuição pelo espaço físico brasileiro. Em qualquer deles, entretanto, permanece ainda hoje o paradigma - um conjunto organizado de representações litúrgicas, de rituais - nagô, mantido em sua maior parte pela tradição Ketu. (SODRÉ, 2002, p.53).

Sodré (2002) faz uma análise diacrônica dos terreiros, demonstrando como em diferentes momentos receberam determinadas classificações. Gaia (2020) aborda que nos campos das Ciências Humanas temos que identificar os três períodos de

integração das culturas religiosas de Matriz Africana no contexto brasileiro. O primeiro se caracteriza pela negação (1535 – 1889), o segundo seria o período de legitimação e absorção dessas matrizes africanas pela cultura institucional brasileira (1889 – 1951) e por fim, o período de busca pela representatividade política social, pelo epistemicídio cultural nacional e as reverberações políticas de legitimação da fé afrodiaspóricas.

Sobre a primeira fase, na sociedade colonial as práticas religiosas dos negros eram vistas principalmente como “magia”, “feitiçaria” e “curandeirismo”¹⁰, algo que estava relacionado ao mal, e precisava ser combatida. Assim, a principal perseguição desta época era por parte da igreja católica, e depois veio a se estender a outros segmentos da sociedade (CARNEIRO, 2019, p. 06).

Desde sua chegada ao país estes praticantes foram alvos de perseguições por manifestarem a sua fé, mas, ainda hoje, os episódios de intolerância religiosa fazem parte do cotidiano dessas pessoas

Ainda conforme Gaia (2020), os senhores brancos, donos de engenhos, tinham o poder de veto sobre a vida de populações africanas, com a negação de cultos proibidos pela Igreja Católica. Mesmo no período pós-abolição, as manifestações de religiosidade de matriz africana continuaram a clandestinidade, reprimidas e perseguidas institucionalmente (CRUZ, 1994).

De acordo com Reis (2010), a intolerância às práticas religiosas de mat(ra)iz africana dominava as preocupações da elite brasileira, colonial e pós-colonial.

[...] no Período Colonial tais práticas e crenças eram combatidas por apresentar uma ameaça ao sistema econômico e social que foi o regime escravista. No Período Republicano, seu combate se deu em nome de um ideário moderno, que permeava o imaginário [...]. Nesse sentido, toda e qualquer postura ou prática que remetia o destino do país a um passado escravista ou a uma herança africana era extremamente condenada, visa como primitiva ou bárbara afastar a nação dos caminhos trilhados pelos países da Europa, ou seja, rumo a modernidade, civilidade e cristandade (REIS, 2010, p.42).

¹⁰ Para aprofundar sobre esse tema sugestão de leitura: Ribeiro, J. C. A. (2020). CURA, FEITIÇARIA E MAGIA EM CODÓ-MA: UM CASO DE POLÍCIA, CIÊNCIA E IMPRENSA. *Terra De Pretos: Revista Multidisciplinar*, 1(1), 51–71. Recuperado de <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/terradepretos/article/view/15230>.

Ribeiro, Jéssica Cristina Aguiar. De "Terra da macumba" à "Cidade de Deus" : as lutas de classificação, o conflito dos estereótipos e a polissemia das representações acerca da cidade de Codó-MA (1930-2000) / Jéssica Cristina Aguiar Ribeiro. — 2020.

Como fruto dessa ideologia, como salienta Ribeiro (2020) “as práticas e crenças religiosas de matriz africana foram acusadas de fazer o país se distanciar da modernidade e da civilidade e, por isso, tantos instrumentos foram utilizados para desqualificá-las e persegui-las”. (RIBEIRO, 2020, p.73). As perseguições sofridas pelos praticantes dessas religiões não se restringiram ao passado, visto que é a intolerância religiosa ainda é forte atualmente no Brasil (SANTOS, 2019, GAIA, 2020).

Mas, focando ainda sobre a potência dos terreiros de mat(ra)iz africanas enquanto estruturas permeadas de materialidades e simbolismos, o aspecto da festividade que recebeu muito atenção por parte dos pesquisadores das religiões de mat(ra)iz africana, no campo da Arqueologia traz muitas possibilidades de estudos, já que a materialidade expressa nas festas são tantas, como as vestimentas, as oferendas/ebós, os espaços onde ocorrem os rituais etc. Um exemplo disso, pode se verificar na etnografia realizada por Ribeiro (2012), não em um terreiro de Candomblé, mas de Umbanda e Terecô Figura 1 e Figura 2 . Apesar do trabalho ter sido escrito por uma historiadora, a partir dos dados desta pesquisa seria possível elaborar tantas outras em âmbito arqueológico, por exemplo:

[...] começaram a entrar seus filhos de santo no salão de culto, todos estavam vestidos de branco e amarelo, e as primeiras mulheres que entraram estavam com uma almofada na mão, com vários perfumes, e uma delas estava com uma coroa de ouro na almofada. Homens também participaram desta obrigação, mas as mulheres se destacavam, pelos luxuosos vestidos e adornos que enfeitavam seus cabelos, todos recebiam perfumes na porta antes de entrarem no salão. (RIBEIRO, 2012, p.93).

Figura 1 - Ritual de C no terecô de Codó



Fonte: Ribeiro (2012, p.95).

Figura 2 - Ritual de Tobossis no terecô de Codó.



Fonte: Ribeiro (2012, p.95).

No texto da referida autora tem-se uma descrição densa de filhos e pai de santo entrando no local sagrado de realização do ritual de Tobossis, que em uma perspectiva arqueológica poderiam ser analisados os artefatos presentes no terreiro, a disposição de objetos que fazem parte da ritualística, por exemplo, os perfumes, a coroa, a vestimenta, seus significados e as relações que se estabelecem entre estes com humanos e seres encantados. Nas fotos que autora coloca à disposição no texto, é possível verificar tantos outros elementos, por exemplo, a diferenciação de trajés, a ausência e presença do torço de cabeça, a hierarquia das indumentárias, as cores etc.

Os rituais, cânticos, danças e oferendas das religiões afro refletem a cosmovisão africana, que valoriza a interconexão entre os seres humanos, os espíritos e o mundo natural. Essas práticas espirituais não apenas oferecem um espaço de culto e celebração, mas também servem como um meio de fortalecimento da comunidade e de preservação das tradições ancestrais.

A respeito das produções materiais e simbólicas nos terreiros de mat(ra)iz africanas, Wolff (2016) salienta:

As coisas são integrantes aos rituais e transbordam os limites da matéria, porque são portadores de axé. São seres materiais com histórias de vida independente dos seres humanos ou ligados a estes e aos orixás. Isto porque nos elementos materiais vibram tipos de energias que são identificadas como axé dos orixás. Além disso, cada objeto é diferente um do outro: as fisicalidades e a origem podem ser a mesma (uma casa de artigos religiosos, por exemplo), porém ao entrar em uma casa de religião eles passam a ser únicos. Quando suas fisicalidades são diferentes, a história de vida deles também vai diferir, desde sua confecção ou nascimento até sua manipulação ritual. (WOLFF, 2016, p.24).

Neste sentido, importante salientar que não apenas nas festividades as materialidades são acionadas. No cotidiano dos terreiros fazem-se presentes e são fundamentais na manutenção e circulação de axé entre os filhos de santo. Existe, portanto, uma vasta gama de matérias, materiais e artefatos. Estes englobam os instrumentos, os assentamentos, as contas, as folhas, as comidas, entre outros, e os espaços em que estes são utilizados.

3 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DAS RELIGIÕES DE MAT(RA)IZ AFRICANAS

A Arqueologia Simétrica conforme Neumann (2008), explica que os artefatos das relações sociais, permitem a compreensão de um conjunto de representações. Os aspectos dos símbolos materiais se organizam coletivamente nos espaços, permitindo a reflexão sobre a epistemologia.

A partir da Arqueologia Simétrica, podemos atingir a simetria entre materialidade e simbolismo, dentro dos espaços de terreiros, por exemplo. Numa perspectiva simétrica, a integração da paisagem/cultura/sociedade/humanos/não-humanos compõem uma teia das relações entre os seres (LATOURE, 1994).

González-Ruibal (2007) quando levanta a discussão da Arqueologia Simétrica, nos demonstra a percepção do mundo, com a necessidade de entender a materialidade dos objetos e desfazer a divisão entre natureza e cultura, fundindo teorias, na perspectiva de unificação através das relações construídas, tornando uma unidade geral, que se conecta. Nessa noção de arqueologia simétrica, Latour (2012) menciona que todas as coisas têm agências, que buscam a relação entre humanos e não humanos (VANPOOL E NEWSOME, 2012).

Neuman (2008), busca por um desenvolvimento de uma arqueologia simétrica, na compreensão de um ser material, social e uma compatibilidade de um pelo outro. A relação de humanos e não-humanos, já que o entendimento da matriz científica de que esses são seres ontologicamente distintos e incompatíveis. Compreender que esses “indivíduos” podem possuir uma ontologia comum na percepção de seus vínculos, constituindo um mundo comum. Dentro dos estudos relacionados a religiosidade de mat(ra)iz africana, existe a visão cosmológica entre o tangível e intangível, o culto ao sagrado, a materialidade e imaterialidade, e em junção a isso a crença que orienta povos afro-brasileiros que se asseguram em elementos da natureza e seus ancestrais norteando a cultura para a percepção do mundo.

Olsen e Witmore (2015) abordam questões comuns: como a simetria nega as diferenças entre coisas vivas e não vivas, saindo de fundamentos éticos e a despolitização entre as coisas animadas e inanimadas. As coisas são o resultado de um mundo compartilhado, no reconhecimento das diferenças entre os seres (vivos e não vivos) e a relação entre eles e o que esta relação pode nos fornecer, enquanto dados arqueológicos.

Ainda no que concerne às possibilidades na área da Arqueologia em estudar povos afrodiáspóricos a partir da Simetria, a professora pesquisadora Beatriz Valladão Thiesen (2013) escreveu um texto provocativo e com possibilidades para a ampliação do debate de uma Arqueologia do Presente, já do título que ela denominou “Antes da poeira baixar [...]” vê-se a intenção do trocadilho de promover um balanço na Arqueologia que, na atualidade, tem recebido um chamado das instituições científicas e das mudanças sociais, políticas e epistemológicas, de não ter que esperar a poeira baixar, ou seja, focar-se no passado longínquo, para elaborar novos “objetos” e construir novas abordagens de pesquisas.

[...] Mas também não é de hoje que a arqueologia tem buscado superar a concepção de tempo linear e a divisão arbitrária entre passado e presente. Atualmente, uma ampla (ou nem tão ampla assim) parte dos arqueólogos concorda que a arqueologia é uma prática contemporânea, feita com os pés, as mãos e a cabeça no presente. Esta posição é especialmente cara aos arqueólogos que têm lançado mão de uma abordagem simétrica. Eles têm buscado superar os dualismos cartesianos, considerando que coisas e pessoas, ou, passado e presente não são entidades separadas ontologicamente (THIESEN, 2013, p.222).

As experiências etnográficas nos terreiros são eventos onde ocorrem atividades e associações que, engajadas, oferecem a percepção do pesquisador. Wolff menciona que, entender as formas de aquisição do conhecimento técnico dos rituais é possível porque o movimento corporal do praticante é, ao mesmo tempo, um movimento de atenção; porque ele olha, ouve e sente, mesmo quando trabalha (INGOLD, 2010, WOLFF, 2016). Ao mesmo tempo, participam deste processo de conhecimento as plantas, os objetos, os animais – enquanto vivos e em sacrifício –, a paisagem e os demais seres que tem sua potência e agências ativadas por gestos, cantos e rezas (NOVAES, 2021).

A interação de humanos e não humanos na construção do conhecimento é vital no conhecimento das pessoas nos terreiros (WOLFF, 2016). Assim, os humanos e não humanos estão “embaraçados” em uma teia. Na abordagem de ator-rede, objetos, humanos e não humanos performam num coletivo onde o mundo material e imaterial, tangível e intangível são ontologicamente inseparáveis (WOLFF, 2018; LAW, 1992).

A arqueologia simétrica parte da premissa de perceber a relação dos humanos, objetos e lugares, tratando como uma relação direta de conexão. O que antes era defendido como agências separadas, agora passa a ser defendido como um contexto de interação de humanos e não-humanos.

Quando refletimos sobre isso, os objetos e os lugares são construídos, utilizados e modificados pelos humanos. É importante considerar que isso está relacionado diretamente na inter-relação (correlação) entre coisas animadas e inanimadas em um sistema político e social.

3.1 A ARQUEOLOGIA PARA ALÉM DA MATERIALIDADE

A Arqueologia Histórica da Escravidão apresenta um enorme potencial ao fornecer indícios sobre os padrões de vida material, cotidiana, econômica, cosmológica, religiosa, identitária e outras várias formas de agências na diáspora. Mas o que se verifica é que nesta linha de pesquisa, muitos trabalhos têm focado apenas no sentido do estudo da materialidade do passado.

Carvalho (2018, p.29), convencionou chamar de “Arqueologia da Escravidão”, a partir de uma perspectiva que ganhou espaço na arqueologia histórica norte-americana durante a década de 1960, impulsionada pelo “Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos”. Ainda conforme Carvalho (2018), embasando-se em Orser (1998, p. 65) e Singleton (1995), reforça que dentro da Arqueologia Histórica, até meados da década de 1960, as pesquisas arqueológicas se restringiram quase que exclusivamente aos sítios arqueológicos relacionados ao colonizador europeu. O interesse arqueológico era pelo passado da elite norte-americana, pelas estruturas das mansões das plantations¹¹ e na restauração dos antigos casarões.

No entanto a Arqueologia Histórica incorpora o estudo de toda a sociedade, tanto a disciplina homônima norte-americana, como as diversas disciplinas que lidam com a documentação escrita de toda a sociedade. Tem-se buscado mostrar que ela não é uma simples ancila, serve ou auxiliar a documentação escrita e a ciência da História, pois a cultura material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações não disponíveis e até mesmo confrontar-se às fontes escritas.

Nas últimas duas décadas, preocupados com a análise da sociedade, os arqueólogos históricos têm, cada vez mais, focado sua atenção nos mecanismos de

¹¹ O plantation é um sistema de produção agrícola que foi implantado pelas nações europeias em suas colônias. Os historiadores entendem o plantation como uma prática que fazia parte do mercantilismo. O plantation se baseava no latifúndio, na monocultura, no trabalho escravo e era voltado para atender o mercado exterior. Fonte: www.mundoeducacao.uol.com.br

dominação, resistência e, em particular, nas características materiais do capitalismo. (FUNARI, 2001. p.36).

A materialidade das pessoas negras escravizadas passou a ser interesse arqueológico a partir do desenvolvimento da Arqueologia Histórica no Estados Unidos com as pesquisas voltadas às estruturas das plantations e suas relações com o modo de vida social da sociedade escravocrata norte americana. De início as pesquisas tinham uma visão passiva das pessoas escravizadas que tendiam a absorver os modos de vida dos brancos europeus dialogando com conceitos de aculturação. Com o desenvolvimento do pensamento crítico, social e arqueológico o lugar de passividade do pensamento e ação das pessoas escravizadas foi sendo substituído por entendimentos menos redutores e pela complexificação de como se dão as relações entre negros e brancos, incluindo nas análises questões importantes sobre raça e classe (SYMANSKI, 2013).

A cultura material é utilizada por diferentes grupos sociais com uma série de propósitos: imposição de ideologias, resistências a um sistema opressivo, construção, afirmação e reprodução de identidades diferenciadas.

Quando pensamos em um sítio arqueológico, a principal fonte de pesquisa do registro é a cultura material e o local de deposição desses vestígios. Na busca por interpretar o passado, a materialidade das coisas, os locais de refugos e os próprios refugos nos auxiliam na interpretação dos dados. Entender que um material arqueológico pode ter sido reutilizado, modificado ou transportado para diferentes locais são hipóteses que podem levantar enquanto pesquisadores. A cultura, a materialidade e a natureza são agências inter-relacionadas que refletem as atividades humanas e não humanas dentro da arqueologia (OLSEN & WITMORE, 2015).

Quando os europeus estabeleceram os primeiros contatos com a hegemonia do poder epistêmico, relativamente centralizado para a constante movimentação popular migratória, a arqueologia, oscilou sob a perspectiva das circunstâncias e nos níveis de informações históricas, embora, esse movimento seja, de fato, conflituoso no que o campo científico considerou material e imaterial.

Na herança do nacionalismo do século XIX, a arqueologia tem como modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida. A partir da Arqueologia Histórica, a noção de nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formando o conceito de cultura arqueológica. Esta seria um conjunto de artefatos

semelhantes, de determinada época, e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado (FUNARI, 2005).

No Brasil, a materialidade de interesse da Arqueologia Histórica, até pouco tempo estava restrita em estudos nas senzalas dos engenhos e em fazendas de café, sendo estudadas a partir do que foi conhecido como a Arqueologia das Senzalas. Nessas pesquisas o interesse recai sobre a materialidade encontrada nesses espaços e suas relações subalternas e marginalizadas.

Os quilombos também foram estudados a partir de sua materialidade. No que foi chamado de Arqueologia da Escravidão por Symanski (2013), os trabalhos de Guimarães (1990) marcam o interesse dos pesquisadores pelos espaços não autorizados e legitimados pelo poder escravocrata. Nestes trabalhos iniciados na década de 1970, através de pesquisas abrigadas no então recente Setor de Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais, foram identificados sítios correspondentes a quilombos e sua materialidade foi descrita, assim como suas implantações geográficas. Um exemplo é a pesquisa ocorrida no Quilombo do Ambrósio (GUIMARÃES, 1990), na qual foram analisadas as técnicas construtivas e matérias-primas envolvidas, além da identificação de artefatos, como os cachimbos.

Conforme Pereira (2017), os trabalhos desenvolvidos por Symanski e Souza (2007), discutem a visibilidade do registro arqueológico de afrodescendentes, permitindo a construção de políticas que visam a preservação desta memória e cultura material, sensibilizando quanto à necessidade de maior visibilidade no registro arqueológico dessa população.

Um importante trabalho foi também desenvolvido por Orser e Funari (1993), na Serra da Barriga, onde existiu o Quilombo dos Palmares. Embora lide com o contraditório acadêmico revelado por pesquisas posteriores na Serra da Barriga, que demonstram uma materialidade associada mais ao universo indígena do que ao diaspórico africano.

A Arqueologia Histórica é a melhor maneira de estudar Palmares. A cultura material pode ajudar-nos a entender boa parte do que, hoje, permanece desconhecido sobre a vida cultural e social em Palmares. O estudo da cerâmica, por exemplo, pode fornecer informações únicas sobre estilos, formas e, talvez, até mesmo sobre as origens étnicas destes atributos. Além disso, todo o assentamento com suas casas, ruas, muralhas e jardins- podem indicar influências africanas, americanas (indígenas) ou europeias ou, então, mostrar o caráter mesclado da cultura quilombola. Em suma, Palmares constitui um sítio particularmente fértil para o estudo de como escravos africanos fugitivos- longe de sua pátria- forjaram uma nova cultura no sertão

do Brasil e foram capazes de resistir por quase um século à repressão. Na medida em que as origens últimas de Palmares se encontravam na resistência à escravidão, podemos aprender muito sobre como este grupo de africanos lutou contra a aristocracia escravocrata brasileira (ORSER; FUNARI, 1993, p.55).

O interesse na materialidade produzida e consumida nos quilombos marca uma mudança de postura e de pensamento da Arqueologia como ciência e seu papel político em se debruçar sobre a materialidade nas histórias oficiais dos marginalizados e excluídos. Desenvolvem-se então trabalhos etnoarqueológico nos quilombos no sentido de visibilizar dinâmicas, processos sociais e materiais que não eram percebidos ou considerados nos trabalhos arqueológicos, até então voltados, sobretudo, para a pré-colonialidade, ou etnoarqueológico, focados em populações indígenas (SYMANSKI,2007; ALMEIDA e FREITAS, 2022; CARVALHO, 2018; NASCIMENTO, 2006).

Conforme Pereira (2017), os trabalhos desenvolvidos por Symanki e Souza (2007), discutem a visibilidade do registro arqueológico de afrodescendentes, permitindo a construção de políticas que visam a preservação das memórias e culturas materiais, sensibilizando quanto à necessidade de maior visibilidade no registro arqueológico desta população.

Symanki e Gomes (2013) mencionam que os vestígios materializados das práticas cotidianas, podem constituir um importante via de acesso à própria história da escravidão (especialmente as sociabilidades dos escravos e africanos).

Carvalho (2019) se engaja em discutir as plantas presentes no Quilombo do Boqueirão no Mato Grosso com as plantas de asè presentes em terreiros de umbanda e candomblé e na bibliografia especializada de modo a discutir as significações e ações ancestrais, cuja religião praticada é o cristianismo. Assim as plantas ainda cultivadas, muito embora com parte de suas significações mágicas perdidas ou não acionadas, seriam marcadoras de uma memória diaspórica e ancestralidade.

Com isso, Funari (2005), explica que a cultura para esse campo da arqueologia, seriam as tradições passadas de gerações a gerações. Dessa forma, seria possível também determinar os antepassados dos germanos, dos guaranis e/ou dos negros afros descendentes da diáspora. Nesse sentido, a metodologia seria possível, em explicar os templos de matrizes africanas como uma herança material preocupada em

resgatar as memórias patrimoniais dos afrodescendentes, a partir de pesquisas arqueológicas.

A Arqueologia, contudo, pode transcender os quadros estritos da historiografia assentada nas fontes escritas, cujo viés de classe constitui sua própria essência e a cultura material pode tratar de temas simplesmente ausentes ou ignorados pela documentação, como no caso das grandes maiorias, da vida rural e do cotidiano. Os discursos verbais e artefatuais entrecruzam-se, de diferentes modos, nas sociedades históricas e o desenvolvimento de técnicas para tratar de tais inter-relacionamentos permanece uma questão fundamental no seio da disciplina (FUNARI, 2001. p.37).

Funari, (2005) ainda, retoma a discutir a Arqueologia pós-processual ou contextual para introduzir, de forma explícita, a dimensão política da disciplina, sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos. É importante apontar no campo arqueológico o porquê os estudos hoje não pautam a importância dos templos de mat(ra)iz africanas, dos atabaques, os cachimbos, as imagens dos orixás, com o tratamento fontes como o melhor caminho para o entendimento do testemunho a serem analisados criticamente e contestado (LIMA, 2002).

Conforme Lima (2002. p.93), os remanescentes arqueológicos deixaram de ser considerados vestígios ou materialidades das sociedades pretéritas. Já que os “não-humanos” são inseridos dentro da arqueologia como o resultado da coletividade, matérias-primas, ambientes, alimentos, tendo um papel de igualdade dentro do debate político da formação da sociedade. Assim, existe uma configuração propositiva aceita (ou não) dos artefatos pretéritos que são visualizados como evidências dos padrões de assentamentos, hábitos alimentares, entre outros atributos que corroboram como o modo de vida de sociedades antigas.

Neste sentido, para avançar nas pesquisas dentro da Arqueologia Histórica sobre processos e experiências afrodiáspóricas, é possível elaborar outras produções, como a “Arqueologia dos Candomblés”, conforme defende (PEREIRA; CHEVITARESE, 2019, p.123).

A Arqueologia do Candomblé será aquela subárea da Arqueologia Histórica da Diáspora Africana que se detém no estudo da materialidade pretérita destes locais de culto que ganharam visibilidade social, religiosa e acadêmica ao longo do século XX, mas quem tem no nefasto processo de transferência compulsória de populações africanas e as nascidas nas América com a escravidão como fonte da base de suas religiosidades, não excluindo aqui as contribuições e elaborações produzidas em solo americano. Ao inserir-se no

século XX (e, por consequência no século XXI, em curso), esta arqueologia entende que produz conhecimento que pode ser associado às vertentes de Arqueologia do Tempo Presente, mas tomo este ponto mais como uma contribuição do que uma crítica. Esta Arqueologia dos Candomblé, sobretudo, não busca apenas a África no Brasil, mas também as formas de elaboração material que se dão em território nacional de forma a destacar que esta religião se dá deste contato e, de sobremaneira, como resultado agencial dos que para cá vieram escravizados, mas que reelaboraram e ressignificaram suas crenças em outras realidades que não apenas a africana. ((PEREIRA; CHEVITARESE, 2019 p.124).

O principal meio de construção da memória de um grupo é a partir da cultura material. Os fenômenos sociais são analisados com base no relacionamento dialético entre a estrutura e a agência, o sistema e o indivíduo, a representação e a ação, o discurso e a prática, o macro e o micro, o sujeito e o objeto (SYMANSKI & GOMES, 2013).

O processo de trocas culturais dos grupos classificados como africanos, indígenas e europeus tem sido abordado com base nos modelos correlatos de crioulização, transculturação e etnogênese. Crioulização consiste em um processo envolvendo interações e trocas complexas que resultaram em novas formas culturais. Esse modelo busca incluir o efeito da experiência do Novo Mundo sobre todos os grupos populacionais, os euro-americanos (Singleton, 1998; Dawdy, 2000).

Nesta perspectiva, dão-se os trabalhos arqueológicos do Terreiro da Goméia em que se combinam abordagens etnográficas e arqueológicas estritas para reconstituição dos espaços do terreiro e suas materialidades (PEREIRA, 2017; PEREIRA et. al. 2018; PEREIRA, 2018). Os trabalhos são carregados de posicionamento político quanto ao apagamento, invisibilização e silenciamento das religiões de matrizes africanas devido à intolerância religiosa, ao racismo e o papel da arqueologia em produzir conhecimento que contribua para a reversão para que nossa sociedade seja mais justa, tolerante e igualitária, como explicita Lima (2013):

Na arqueologia, o uso desse modelo levou a um esforço para entender a cultura material dos sítios de ocupação africana e afro-americana com base nos referenciais culturais próprios desses grupos, em vez de levar em conta apenas os significados atribuídos pela cultura hegemônica. O modelo de crioulização, contudo, tem sido criticado por obscurecer a identidade cultural de grupos étnicos específicos e por ser estático, posto que desconsidera o papel ativo dos atores em sua capacidade de manipular mais de um tipo de linguagem, de estilo comportamental ou de repertório material de acordo com os seus interesses (SINGLETON, 1998; GUNDAKER, 2000 *apud* SYMANSKI, 2013).

Uma questão também a ser notada é a aproximação que se vai fazendo com os tempos recentes e com a materialidade em uso, produzida e consumida, não nos tempos da sociedade escravagista, mas em períodos recentes ou contemporâneos. Se em um dado momento a arqueologia se interessa pela materialidade vinculada à diáspora do período escravagista, vimos recentemente o crescente interesse pela materialidade do povo preto e sua dinâmica de significação no presente, em terreiros e espaços comunitários ainda vivos, não abandonados ou destruídos e sendo analisados e considerados pelo olhar da Arqueologia.

Wolf (2016) produz uma etnografia arqueológica de três terreiros em Pelotas, tendo por interesse principal as relações entre as pessoas e a materialidade na produção e na reprodução das práticas afro-religiosas a partir dos tambores e outros objetos presentes nos rituais de iniciação e obrigações desses terreiros. Teoricamente apoiado na Arqueologia do Presente, Wolf busca incorporar a análise arqueológica livre do fetiche da antiguidade, do passado.

Em suas análises a pesquisadora, embora tendo os tambores como principal artefato de análise, descreve os espaços dos três terreiros, a sua materialidade e as relações com os seres que são cultuados.

Considerando os trabalhos em meios urbanos, merece destaque os trabalhos realizados na Enseada Água dos Meninos, em Salvador, o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro.

O primeiro, realizado por Luciana de Castro Nunes Novaes (2013), objetivou compreender e interpretar a paisagem da Enseada Água dos Meninos enquanto uma paisagem sagrada a partir de um artefato em ambiente marinho, compreendido como um assentamento de Exu. No trabalho, assim como o realizado no Cais do Valongo, o diálogo com descendentes de africanos escravizados e praticantes de religiões de matrizes africanas foi utilizado como recurso de entendimento a materialidade e, no caso de Nunes, da própria paisagem da Enseada, em um diálogo com a Arqueologia das Religiões.

A pesquisa de Luciana de Castro Nunes Novaes, “Arqueologia do Axé: o Exu submerso e a paisagem sagrada” se propõem a problematizar a presença de uma estrutura afro religiosa que está submersa na Baía de todos os santos, dando enfoque ao ritual de submersão do assentamento de Exú propondo o processo de ressignificar a sagrada enseada de Água dos Meninos, que está localizada no Centro Histórico da

capital baiana em uma pesquisa que foi desenvolvida entre os anos de 2011 e 2013. Tem-se para isso a necessidade de compreender os rituais litúrgicos na realidade diaspórica africana. Nesse sentido a arqueologia pode ser utilizada no que tange ao fortalecimento de identidades de cunho religioso de matriz africana no Brasil, e a pesquisa teve uma repercussão na mídia entre 2018 e 2019 (NOVAES, 2022. p. 77).

Ainda com Novaes (2022), o interesse de se levantar um debate para enfatizar a compreensão das práticas e dos processos de ressignificação sagradas, a fim de que possamos problematizar a invisibilidade dessa temática num campo tão importante para a análise da materialidade das coisas na sociedade, tal como é os estudos arqueológicos, mesmo que um objeto não defina um espaço arqueológico, a possibilidade de refletir e analisar templos de religião católica e não ter a mesma visibilidade de se refletir locais de religiões de matrizes africanas contribuem para uma violência epistêmica:

Para tanto, essa e outras sequências de violências perpetradas pela branquitude ao povo de terreiro nos últimos anos fomentou o reencontro do assentamento de Exu e a paisagem sagrada da enseada de Água de Meninos. Esse reencontro, no campo da narrativa, volta-se para a construção da identidade afro religiosas associada aos ambientes aquáticos. Com isso, teorizar o racismo religioso a partir de um estudo de caso não significa fundar a violência como modelo de organização textual, mas examinar a modalidade do fenômeno por meio da resistência, reconstrução e liberdade promovida pela ancestralidade africana em contextos coloniais e de Diáspora Africana, porque quem apaga o fogo, é a água. (NOVAES, 2022. p.81).

Por meio de abordagens pós-processuais, a arqueologia da religião é analisada dentro do contexto arqueológico a partir de aspectos subjetivos do cotidiano. Procura-se entender quais foram as motivações que levaram o grupo ou o indivíduo a cultuar o sagrado. A arqueologia enquanto uma proposta ontológica busca a relação entre coisas e pessoas enquanto uma apresentação mítica, e nesse sentido Novaes (2022, p. 84) procura identificar a intenção para compreender o ritual de submersão do assentamento de Exú, na Enseada dos Meninos.

Nesse sentido, existe uma interessante vertente, permitindo a etnografia não apenas dos povos de terreiros, mas de toda a presença africana no Ocidente. Possibilitando a interdisciplinaridade arqueológica com outros campos das Ciências Humanas e Sociais, como a Antropologia e História no processo de descolonização do pensamento e práticas herdadas do período escravagista.

Uma nova vertente proposta seria A Arqueologia do Axé, que significa resgatar o patrimônio histórico e cultural que as matrizes africanas deixaram para a sociedade por meio da religião, seja ela através da música, o patrimônio material na representação das imagens de gesso, ou até mesmo, resgatando personalidades como, Nã Agontimé¹², mais conhecida como a Rainha-Mãe, fundadora da Casa de Minas, em São Luís do Maranhão.

A Arqueologia Contemporânea tem a possibilidade de auxiliar a compreensão do apagamento científico, contribuindo para resgatar, analisar, dialogar com a diáspora e as (r)existências presentes com a identificação de que pertencem aos povos do Bantu no Ocidente, que investigasse a Casa de Minas no Maranhão e a sua importância como vestígio arqueológico, ou ainda, com a visibilidade de artefatos invisibilizados, que foram e estão sendo esquecidos com o tempo.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹³ realiza o tombamento de terreiros no Brasil, no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana desde 2013 – 2015, e passou a produzir o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Querebentã de Zomadônu (Casa das Minas Jeje) é um templo religioso de matriz africana criado pelos chamados “minas”, na primeira metade do século XIX; sendo o terceiro terreiro de Culto Afro-Brasileiro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2002. A Casa das Minas é única no mundo, pois não possui casas que lhe sejam filiadas. Nesta casa os cânticos são em língua jeje (Mina-Ewê-Fon) e só se recebem divindades denominadas de voduns. Esse seria um importante exemplo de como a arqueologia poderia, enquanto mediadora dos conhecimentos, se preocupar com a questão da recuperação da memória social, principalmente no Brasil, marcado pela presença africana e seus cultos ao sagrado.

Um local de entrada de pessoas que foram escravizadas no Brasil foi o Cais do Valongo¹⁴, localizado no Rio de Janeiro, que integra a lista de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)O segundo, coordenado por Tânia Andrade de Lima, se refere ao núcleo de uma área portuária pela qual uma enorme quantidade de pessoas pretas escravizadas teria

¹² Para saber mais: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. A Casa das Minas de São Luís do Maranhão e a saga de Nã Agontimé. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, n. 2, p. 387-429, 2019.

¹³ Informações retiradas do site do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sobre os Terreiros tombados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1312/>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

¹⁴ Informações obtidas no site do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em: 30 de maio de 2015.

chegado ao Brasil, sendo a “porta de entrada” no continente, desembarcando no Rio de Janeiro, denominado de Cais do Valongo.

O Cais do Valongo se enquadra como um marco das relações entre a cidade do Rio de Janeiro e o mundo atlântico na época do tráfico transoceânico de africanos escravizados, mas a história da presença negra na região se estende ao longo do tempo após a abolição do cativeiro e segue até o desvelamento do sítio arqueológico em tempos recentes. Sua descoberta e escavação, assim como de seu ocultamento, fazem parte dessa história (IPHAN, 2016:p. 25).

O Cais do Valongo foi identificado a partir de escavações realizadas para a implantação do Porto Maravilha – Rio de Janeiro em 2011, sendo o principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e na América. As intervenções arqueológicas foram responsáveis pelo descortinamento de estruturas construtivas, como valas de drenagem e calçamentos, mas também de uma vasta variedade de vestígios entendidos enquanto itens pessoais dos pretos que ali chegavam, como contas, colares, anéis, pulseiras e também alguns materiais que foram classificados como de cunho religioso (LIMA, 2013) e para a interpretação dos mesmos consultou-se Yalorishás, que reconheceram algumas peças como parte de assentamentos de orixás.

A bioarqueóloga Lilian Cheuiche Machado, conduziu o primeiro estudo sobre o Cemitério dos Pretos Novos que em 1769 foi transferido pelo Vice-rei, Marquês do Lavradio para um terreno próximo ao morro da Saúde, com uma perspectiva de descaso e desrespeito, onde seres humanos eram considerados como “peças”, sendo uma estratégia silenciosa de violência psicológica, de coerção moralmente aos escravos novos. Esse cemitério foi descoberto em 1996, com a reforma residencial de Ana de La Merced e Petrúcio Guimarães. A partir dos esforços e apoio dos Guimarães foi criada a ONG Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN em 2005 (LESSA; TAVARES; CARVALHO-RODRIGUES, 2018).

Em 2011 e 2012 o Cemitério dos Pretos Novos foi novamente escavado por Reinaldo Bernardes Tavares, e em 2016 foi realizada uma outra pesquisa, os dados indicaram a prática de queima de corpos. Dessa área muitos dados foram fornecidos acerca dos tratamentos dos corpos do cemitério, sendo um local revestido de signos que explicitamente ameaçavam a integridade física e espiritual, oprimindo a esperança, inibindo o desejo de fuga de africanos cativos africanos, que só após dois

séculos puderam ter a sua história a ser pesquisada e contada frente ao autoritarismo branco e escravocrata (LESSA; TAVARES; CARVALHO-RODRIGUES, 2018).

Estes trabalhos marcam o desenvolvimento e ampliação dos discursos e conhecimento do povo preto na arqueologia e ainda uma maior valorização das cosmologias e materialidades ligadas ao universo simbólico presente no Brasil a partir da diáspora, introduzindo na ciência arqueológica o interesse na produção de pesquisas voltadas para a reprodução da vida cotidiana e simbólica dos negros escravizados e seus descendentes, em contextos urbanos e rurais e não somente daqueles viventes em períodos coloniais ou imperiais. Dando início ao que Pereira e Chevitaese (2019) chamam de uma Arqueologia dos Candomblés e que teria se iniciado com os trabalhos no Cais do Valongo, no Cemitério dos Pretos Novos e na Enseada da Água dos Meninos.

Ainda, Ana Tereza Dutra Pena de Faria desenvolveu uma publicação voltada para a Comunidade quilombola de Lagoas em 2016, onde discute os lugares, memórias, religiosidade, tradições culturais, entre outros assuntos, difundindo e publicizando um dos maiores territórios quilombolas do país.

Silva e Amaral (2018), realizaram o levantamento etnográfico da festividade religiosa na comunidade de Lagoa das Emas, em São Raimundo Nonato - Piauí, para entender a trajetória histórica da manifestação cultural, discutindo a imaterialidade, narrativas e memórias na preservação do patrimônio cultural de um território quilombola.

Marques (2019), abordou em seu trabalho uma mãe de santo que viveu até 2009 em São Raimundo Nonato, sendo um local composto por materialidade voltada para a religiosidade afro-brasileira refletindo sobre as manifestações religiosas e buscando compreender as interações sociais a partir das narrativas sobre as práticas religiosas e enfatizando a opressão e preconceito vivenciado pelo terreiro da Mãe Eugênia.

A revisão que até que se construiu, mais do que uma passagem no tempo, mostra a diversidade de abordagens possíveis e, para além, demonstra a potência e a aproximação das pesquisas ao universo das pessoas pretas escravizadas fora da égide do Estado escravagista do passado se preocupando em compreender discursos vivos, paisagens em movimento, africanismos e os corpos pretos livres de descendentes diaspóricos na (re) produção de suas vidas modernas.

Contribuir na reflexão e na ruptura de paradigmas culturais estereotipados e coloniais é uma das justificativas que permeiam essa pesquisa. Portanto, partindo da ideia e desejo de, através desse estudo, contribuir para a valorização das manifestações culturais religiosas de mat(ra)iz africanas enquanto interesse de pesquisa na área da Arqueologia.

Para isso, é preciso compreender a relação entre narrativas, materialidade e os espaços das religiões afro-brasileiras que, conforme Wolff (2016), se mantêm por meio da mitologia, histórias orais, vivência e estudos de africanistas, ou pesquisas sobre religiões afro-brasileiras.

Analisar a imaterialidade, os artefatos e os locais de manifestações religiosas de matrizes africanas é, portanto, fundamental para a construção de uma narrativa frente a diferentes perspectivas dos seus praticantes.

As relações entre humanos, coisas, seres e o entendimento de como isso reflete na religiosidade e na resistência de comunidades oprimidas e silenciadas, torna-se terreno fértil para uma arqueologia compromissada em romper com estruturas da violência epistêmica e colonial ainda resistente no território brasileiro, e em outros, mesmo após anos que o colonialismo foi findado, ainda possuímos traços e comportamentos que o preconceito e o racismo persiste, por viver em um sistema social opressor e imperante no seio da colonização. A desconstrução ideológica, pessoal, comportamental, o conhecimento e o respeito devem ser preponderantes na nossa sociedade.

Harrison (2022) apresenta um quadro teórico importante, pois demonstra que existem trabalhos sobre as religiões de mat(ra)iz de africanas sendo desenvolvidas recentemente na Arqueologia, demonstrando que aos a arqueologia está passando por uma modificação onde temas que não eram debatidos começam a ser discutidos cientificamente, bem como as possibilidades de serem também elaborados dentro do que ficou consagrado como Arqueologia Histórica, que não necessariamente, precisa ter com temas de pesquisas, um passado muito longínquos.

[...] as arqueologias históricas e arqueologias do passado recente e do presente compartilham várias intersecções temáticas, e que elas estão igualmente interessadas na conexão da arqueologia com preocupações sociais, políticas, econômicas e ecológicas contemporâneas, eu gostaria de explorar como podemos dar um passo adiante para orientar a arqueologia rumo ao futuro. Eu argumento que há uma necessidade de reunirmos os pontos fortes tanto da arqueologia histórica quanto da contemporânea sobre suas abordagens variadas a múltiplas fontes. (HARRISON, 2022, p.91).

As novas abordagens começaram a desabrochar no século XX, por isso, a produção de trabalhos com temas diversificados passara a aparecer nos programas de Pós-graduações e nas Revistas científicas. Conforme Silva (2011) os paradigmas teóricos culminaram na expansão da abordagem e multidisciplinaridade da arqueologia, onde antes havia o histórico culturalismo, houve a diversificação temática e erudição pelos processos culturais.

Dessa maneira, a arqueologia atua dando voz aos povos oprimidos ou “esquecido” dentro da esfera de protagonista da formação da nossa sociedade, onde apenas as elites políticas e econômicas eram mencionadas. As diferenças e intersecções que grupos étnicos e religiosos tiveram preponderância na formação social do Brasil amplia frente a arqueologia fortalecendo o debate sobre a intolerância religiosa, racismo, preconceito social e dando voz aos que eram considerados como periféricos. Assim, a arqueologia para além de uma ciência, é capaz de fomentar a cidadania, direitos civis, políticos, sociais e dentro do objeto desta pesquisa, a religião (PEREIRA; CHEVITARESE, 2019 p.123).

Apesar de discordar dos autores no sentido de “dar voz aos oprimidos”, pois compreende-se que os “esquecidos” da História (e neste caso mais especificamente, da Arqueologia) não precisam de porta-vozes, mas também porque entende-se que as pesquisas arqueológicas podem trazer outras perspectivas, fazer emergir outros sujeitos mais ou menos empoeirados, como apontara (THIESEN, 2013) nas suas elaborações, multiplicando assim temáticas e “objetos” de pesquisa e enriquecendo a ciência, mas isso não significa, necessariamente, que se esteja dando voz, talvez no máximo, rompendo silêncios epistemológicos.

Mas, para além desse aspecto, Pereira e Chevitarese (2019) fortalecem uma importante observação, apontando que a arqueologia pode contribuir com o debate político-social no fomento à cidadania, bem como outros, portanto, assumir a responsabilidade de não se restringir ao passado, mas contribuir com as construções e reconstruções do presente e do futuro e, dessa forma, não ficar alheia às demandas da sociedade.

Desta forma, uma postura crítica tem instigado pesquisadores da ciência arqueológica a repensarem, refletir, propor, discutir, bem como possibilitar pesquisas com temáticas diversificadas que se conectam com as demandas do presente (BORDIEU, 1983).

[...] Fixamos, assim, duas formas de compreender a cultura material para os grupos afrodescendentes: ela não é produzida por um sistema, mas sim por indivíduos e ela tende a ser considerada um texto a ser lido e interpretado – no presente e pelo presente. Cabe à Arqueologia fomentar junto aos indivíduos não apenas o conhecimento acerca do passado. Mas, vendo-o como um processo em que está inserido, promover a compreensão da diferença religiosa, étnica ou de qualquer espécie entre os grupos que compõem a sociedade brasileira. Esta ação permite que grupos elaborem suas políticas culturais e defendam seu patrimônio como fator de identidade. Esta tolerância, tema tão caro em nossa atualidade, pode ser alcançado pela compreensão da existência do “outro” pelo viés da História e da cultura de grupos que, supostamente, acha-se que não possuem relações entre si. (PEREIRA; CHEVITARESE, 2019 p.123).

De fato, a partir da arqueologia pode se compreender o passado, presente e futuro, em uma interpelação com a concepção da cultura material, ampliando possibilidades para os pesquisadores sobre as experiências afrodiáspóricas e contribuindo para o debate sobre a tolerância religiosa, justiça social e da cidadania.

A arqueologia do/no presente permite compreender a relação entre pessoas e coisas, ultrapassando a simples biografia dos objetos, formulando uma etnografia, voltada para os objetos, demonstrando que as coisas que permeiam os seres humanos são mais que um mero cenário que elas são integrantes da vida social (GONZÁLEZ RUIBAL, 2008).

Para González -Ruibal (2009, p. 21), a arqueologia do presente se detém numa postura crítica, incorporando objetivos que abordam questões que relacionam a globalização, violência política, desenvolvimento e ingerências estatais diante da comunidade.

Assim, vários os trabalhos de arqueologia do presente ou etnoarqueologia seguem uma linha alternativa e buscam uma interação com comunidades locais (indígenas, africanas ou tradicionais), com respeito pela ontologia ou pelas formas de saber das comunidades e com o objetivo de construir uma arqueologia multivocal e multitemporal.

A partir da troca de conhecimentos entre cosmovisões distintas, se propõe uma descolonização da arqueologia por meio da construção de novos conhecimentos acadêmicos (GONZÁLEZ RUIBAL, 2012; SILVA. 2012; OLIVEIRA, 2006, 2011; GNECCO, 2009; RIBEIRO 2013, 2015; SILVA ET AL 2011 apud WOLFF, 2016).

A partir da proposição desta pesquisa, o levantamento de publicações acerca da religiosidade afro-brasileira em um dos maiores periódicos de arqueologia do país,

podemos ter um panorama de como a publicização acerca desse tema está sendo conduzido dentro das pesquisas arqueológicas.

A Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB não foi utilizada de maneira crítica, mas sim como uma forma de quantificar as publicações da temática que permeia esse trabalho, como está sendo realizada e as suas perspectivas acerca da religiosidade de matriz africana.

O que se verifica é que do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, iniciam as produções científicas sobre novas temáticas, entre elas as que se enquadrariam no grande leque que são as experiências afrodiaspóricas, isso revela um novo panorama que se insere a Arqueologia, onde tem-se uma Arqueologia do presente, contemplando aspectos políticos com inserção de outros temas, como feminismo, decolonialismo, povos afrodiaspóricos em suas várias formas de existências, vivências e expressões culturais, surge uma mudança com a Arqueologia do Presente, que para além dos processos históricos, tem-se também a preocupação com temáticas na construção de um futuro mais justo.

A Arqueologia passa a ser uma ferramenta para a construção de um futuro melhor quando ocorre uma mudança na abordagem de pesquisas dentro da academia, com a inserção de temas relacionados a atualidade, que cada vez mais crescentes estão sendo debatidos, na fomentação de novas perspectivas e que contribuem para a ciência arqueológica voltada não apenas ao passado, mas se utilizando do passado para construir o futuro.

Assim, o que deve ser discutido são as abordagens, possibilidade e oportunidades de publicizar esse novo momento da arqueologia. Para isso, é importante a necessidade de submissões de trabalhos de pesquisas que sejam aceitos e que contribuam para a disseminação de um novo momento acadêmico dentro da ciência arqueológica.

Dessa maneira, tornamos uma ciência democraticamente direcionada a todos os conteúdos, disseminando o conhecimento e diminuindo estereótipos que permeiam algumas temáticas historicamente silenciadas dentro do meio social.

O sentido é que, percebemos a importância da emergência de uma Arqueologia que trate sobre o passado dos povos de matrizes africanas, principalmente no Brasil, onde os orixás, inquices e voduns são muito cultuados. Uma arqueologia que se preocupe em preservar o patrimônio material da sociabilidade dos povos de terreiro,

em uma perspectiva que faça emergir a epistemologia do axé e trate a imaterialidade com respeito e igualdade.

A construção e o olhar arqueológico para religiões afrodescendentes ou africanas, são tão importantes quanto ao entendimento do sujeito a partir da escrita. Entender e perceber as simbologias que adotamos perante a fé, parte de uma história pautada na oralidade e na materialidade, onde nesse universo, um complementa o outro. Nego Bispo (2022)¹⁵, se refere aos afrodescendentes como seres confluentes. Assim, não perdemos cultura quando adotamos os mecanismos de colonização do branco euro cristão, e isso se reflete na construção do devir, no axé negro. Agora, resta a Arqueologia estar disposta a entender a importância dessa possibilidade de Arqueologia do Axé.

Neste sentido, é que o estudo das religiões de mat(ra)iz africanas podem se inserir na arqueologia, que nos últimos anos tem criado instrumentos e abordagens que conseguem incluir essa temática dentro da área.

Apesar de existir uma longa produção acadêmica no âmbito das ciências humanas ou sociais sobre essa temática, por exemplo, na Sociologia (BASTIDE, 1958; ORTIZ, 1991); Antropologia/medicina (RODRIGUES, 1904, 1935, 1989; RAMOS, 1954, 1979; RIBEIRO, 1952; VALENTE, 1995; (MUNANGA, 2006).); Museologia (LODY, 1987), nas Artes e na Literatura (NASCIMENTO, 1980; AMADO, 2008); na Etnologia (CARNEIRO, 1991); na História (MOTT, 1988, 1996); e na arqueologia também (CARVALHO, 2012; WOLFF, 2016; PEREIRA e CHEVITARESE, 2019; NOVAES, 2021; 2022; 2023, entre outros).

Prandis (2006) na Conferência Inaugural do XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade, promovido pela Associação Latino-Americana para o Estudo das Religiões em São Bernardo do Campo, em 2006, que posteriormente, fora publicado em forma de artigo, fez um levantamento bibliográfico sobre as produções acadêmicas que tratavam do que ele categoriza de “religiões afro-brasileiras”. No texto, o referido autor confirma que o interesse das ciências sociais pelas religiões afro-brasileiras remonta ao século XX.

Conforme Prandis (2006) em 1971 e 1972 houve os precursores de trabalhos sobre a religiosidade afro-brasileira. Foi com Nina Rodrigues que escreveu o célebre livro sobre o candomblé na Bahia. Manuel Querino, no início do século XX mencionou

¹⁵ A respeito disso ver: Confluências Fraternas - Nego Bispo (youtube.com).

sobre o animismo fetichista dos negros bahianos. Em 1930 e 1950 no Pernambuco escreveram sobre o Xangô de Gonçalves Fernandes, Vicente Lima, Pedro Cavalcanti e no início de 1950 surge René Ribeiro e Waldemar Valente.

No estado do Maranhão, o tambor de mina foi documentado no livro de Manuel Nunes Pereira, em 1947. O primeiro mapeamento da diversidade religiosa afro-brasileira partiu de Nina Rodrigues, preocupada com os prejuízos que a miscigenação poderia acarretar ao Brasil, centrada nos aspectos etnográficos da religião. O livro de Pierre Verger de 1957, que foi publicado em Dakar no Instituto Frances da África Negra e somente em 1999 teve sua publicação no Brasil, se tornou uma das principais fontes de reavivamento do candomblé. As religiões afro-brasileiras foram interpretadas em três obras fundamentais, como a de Procópio Camargo, com Kardecismo e umbanda em 1961 e dois títulos de Roger Bastides, inicialmente em francês em 1958 e 1960, com tradução no Brasil em 1971.

Roger Bastides foi o percussor do candomblé na Bahia, dando o status sociológico a religião, sendo essas publicações o ponto de partida para a interpretação científica moderna da religião dos orixás no Brasil. Atualmente essas são publicações básicas para a compreensão da religiosidade afro-brasileira, que ampliou etnograficamente, e sendo referência para o entendimento sobre o candomblé (PRANDIS, 2006, o. 8, 9, 10).

O texto é muito rico exatamente por apresentar um levantamento bibliográfico sobre as produções no âmbito das ciências sociais sobre as religiões afro-brasileiras. O autor não apenas cita as obras, o ano de publicação, mas detalha a abordagem e o contexto de cada referência citada, montando um panorama dos estudos sobre as religiões afro-brasileira.

Portanto, pode-se concluir que existe uma longa e histórica atenção por parte dos cientistas sociais sobre a temática das religiões afro-brasileiras, com abordagens diversas, inúmeros “objetos” de pesquisa e muita produção feita do século XX aos dias atuais. Mas na área da arqueologia é verificável essa expressiva produção? Partindo da pesquisa bibliométrica realizada na Revista da SAB, parece que não.

Como salienta Novaes (2022) em 1989 ocorre uma das primeiras conferências sobre Arqueologia da Religião, intitulada Sacred and Profane, realizada na Universidade de Oxford. E foi nesse evento que se reconheceu a religião e o ritual como passíveis de darem sentido à vida (GARWOOD et al., 1991, v). Partindo então dessa concepção, a Arqueologia passou a reconhecer que as religiões enquanto

produtoras de significados e significantes, portanto, interessante enquanto fonte de pesquisas.

Neste sentido, verifica-se que desde os anos 1990 que a arqueologia reconhece as religiões como estruturas sociais que podem ser focos de pesquisas. Como salientara Fagan (1998) apud Novaes (2022), tem-se uma ontologia de compreensão das relações de pessoas e das coisas e a religiosidade se insere nessa ontologia, da produção da cultura material nas formas de cultuar o sagrado. Ademais, Novaes (2022) advoga em nome de uma Arqueologia das Religiões Negras, entendendo-a como:

A Arqueologia das Religiões Negras alcança o estudo de santuários, templos, terreiros, locais sagrados, igrejas, como também as miudezas usadas no cotidiano, estatuetas, patuás, terços e contas. Envolve também a materialidade utilizada em rituais institucionalizados ou de caráter privativo, além de poder ser verificado no corpo através das escarificações, tatuagens, pinturas ou adornos, na iconografia ou em produtos de consumo. No cenário brasileiro os estudos das religiões Negras adquirem especificidades tanto no trato da materialidade, quanto no desenvolvimento da interpretação arqueológica (NOVAES, 2022, p.92).

Desta forma, a existência de uma Arqueologia das Religiões Negras é também um posicionamento político, é reconhecer a invisibilidade das agências dos negros por parte das ciências, neste caso especial, da arqueologia. É partir de uma ausência conformada em um racismo epistêmico, é uma necessidade de reconhecer que negros e negras produzem cultura, que suas formas religiosas são importantes, que dão sentido ao mundo, possuem estruturas sociais. É fazer emergir caminhos analíticos partindo de outros espaços e teorias, não apenas euro centrados.

Essa pesquisa reconhece a materialidade Negra não como simples recipientes estáticos de auto atribuição étnico-racial, mas como expressões elaboradas pelo sentimento de pertença e de liberdade. Esta linha de investigação permite pensar os artefatos, estruturas, corpos, paisagens e deslocamentos espaciais inseridos em intenções cotidianas e formulados a partir de particularidades históricas que não fragmentam a noção de pessoa e a experiência com o sagrado (NOVAES, 2022, p.87).

As pesquisas sobre religiões de matrizes africanas possibilitam a abertura de possibilidades para novas abordagens e caminhos analíticos. Novaes (2022, p. 84) enfatiza a propositura de uma Arqueologia das Religiões Negras, para romper o histórico-culturalismo pertencente a uma linha intelectual, o processualismo e o pós-processualismo, sendo que a fragmentação da vida vivida parte de uma afro ótica centrada interrelacionando os materiais, atos e ambientes em comunicação. A arqueologia parte do viés atualmente de descolonizar o pensamento religioso,

emergindo novas vertentes, propondo novos caminhos de análise e institucionais, extrapolando a configuração que é evidenciada. Por fim, a autora menciona que é fundamental romper publicamente o interesse e as estratégias utilizadas na ruptura da violência e da opressão racial. Reconhecendo as agências e reconhecendo a materialidade negra a partir da sua lógica de sentido¹⁶.

¹⁶ Sobre esse conceito ler: PEREIRA, Josenildo de Jesus. Africanidades nos subterrâneos da formação do Novo Mundo. In: Entre dois Mundos, escravidão e a diáspora africana./ Benedito Souza Filho (organizador)- São Luis: EDUFMA, 2013. THORNTON, John K. A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800). Tradução Marisa Rocha Morta; Coordenação editorial Mary del Priore; Revisão técnica, Márcio Scalercio. Rio de Janeiro, Editora Campus / Elsevier, 2004, 436 páginas.

4 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DO PERIÓDICO “SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA”: REFLEXÕES SOBRE AUSÊNCIAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUEOLÓGICA ACERCA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Aqui apresento a análise bibliométrica realizada no periódico – da Revista de Arqueologia da “Sociedade de Arqueologia Brasileira” – SAB. Como objetivo principal foi o levantamento de publicações do periódico, com a finalidade de evidenciar em que medida a temática das religiões afro-brasileiras aparece nos volumes da referida revista e, o que isso parece representar quanto à dedicação da própria arqueologia brasileira nos estudos relacionados a este aspecto afrodiáspórico.

A ciência, embora por muito tempo tenha se dedicado a defender a neutralidade de suas produções, é um corpo político, a partir da qual se constroem historicamente conceitos, premissas, ideias a serviço da construção do pensamento crítico e fundamental na criação de discursos e, ainda, de políticas públicas. A análise bibliométrica se apresenta aqui se apresenta como uma proposta metodológica que possibilite refletir sobre o quanto a arqueologia tem se dedicado a este aspecto das culturas afro-brasileiras.

Do ponto de vista metodológico, o levantamento bibliométrico fora realizado sem uso de nenhum programa ou site de pesquisa que permitam usar de filtros para fins de levantamentos de métricas, isso pela própria característica da Revista da SAB, por ser um periódico que disponibiliza suas publicações em formato PDF, neste sentido, optou-se por fazer uma Análise de Conteúdo – AC¹⁷.

Esclarece-se que a Análise de Conteúdo-AC¹⁸ se limitou a identificar as produções que abordavam, em alguma medida, a temática das religiões afro-brasileiras, ou melhor de mat(ra)iz africanas, logo, decidiu-se ler todos os artigos, não apenas restringindo à leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves, e sim a realização de uma leitura técnica do conteúdo de todos os textos publicados, no intuito

¹⁷Por Análise de Conteúdo, entende-se nesta produção, uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos. (SAMPAIO, 2021, p.17).

¹⁸ A sigla AC refere-se ao termo Análise de Conteúdo.

de certificar se o texto traria ou não alguma abordagem arqueológica sobre as religiões supracitadas.

Neste sentido, a AC foi uma leitura técnica usada tanto para quantificar as produções publicadas pela Revista SAB, mas também para qualificar o conteúdo destas produções, pois serviu de filtro para identificar os textos que traziam abordagens sobre as religiões de mat(ra)iz africanas.

Conforme Moraes (1990) *apud* Olabuenaga e Ispizuá (1989), a AC é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, quando analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis.

Ademais, é uma técnica de pesquisa que gera dados e resultados, mas se qualifica como uma técnica intermediária para projetos maiores (SAMPAIO, 2021, p. 21).

Essa técnica auxiliou a alcançar o objetivo desta pesquisa, assim é conveniente discorrer sobre como foi o processo de catalogação dos dados para a apresentação dos resultados obtidos.

O procedimento inicial consistiu na escolha de qual Periódico seria utilizado para a realização da pesquisa, posteriormente foi estabelecido o método e definida a técnica para discorrer com a pesquisa.

A Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira em seu site contém 57 páginas e 37¹⁹ volumes publicados entre 1983 até 2024. O recolhimento e organização dos dados foram inseridos em uma tabela no Excel, no intuito de auxiliar a sistematização dos dados e tratar a documentação das informações coletadas.

Todos os volumes disponibilizados no site da Revista da SAB foram verificados através de uma leitura técnica. Em suma, foram analisados 562 artigos, 20 notas de pesquisas, 43 resenhas, 44 resumos de dissertações e teses. Concluída a leitura procedi com a classificação em categorias temáticas de todas as publicações da Revista (Ver Gráfico 3).

Por fim, foi realizada a análise qualitativa dos textos que abordavam sobre a temática de religiões mat(ra)iz africana, apresentado a autoria de cada um, o contexto que foram elaborados e o impacto deles para a arqueologia.

¹⁹ A Revista da SAB disponibilizada através do site revista.sabnet.org possui 37 volumes, ou seja, 37 edições. Ressalto que alguns volumes, dos 37 mencionados, apresentam mais de uma parte, justificando as 57 páginas existentes dentro do site.

4.1 A REVISTA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA- SAB: APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO

A Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB²⁰ é uma associação civil de caráter científico²¹, de direito privado e sem fins lucrativos. Desenha seu objeto na congregação de arqueólogos e demais especialistas, sejam eles dedicados ao ensino, à pesquisa e a prática arqueológica, para a promoção do conhecimento e divulgação de temáticas próprias da arqueologia e do patrimônio arqueológico.

A SAB surgiu durante o Seminário Goiano de Arqueologia, em 1980. Tendo sido neste momento registrado o Estatuto da Sociedade. A primeira reunião científica foi realizada em 1981, no Rio de Janeiro, na Universidade Estácio de Sá, onde funcionava a única Faculdade de Arqueologia do país à época.

Segundo dados disponíveis no site da SAB, a primeira reunião fora apresentados 64 trabalhos, e compareceram à Assembleia 48 associados-votantes, que elegeram a primeira diretoria, reconduzindo, de acordo com as normas estatutárias. A partir deste momento importante na história de criação da sociedade, as reuniões acontecem a cada dois anos, em diferentes cidades do Brasil, sem interrupções.

A SAB é regida por seu estatuto, que foi alterado, para se adequar ao novo código civil brasileiro, que aconteceu em Florianópolis-SC, de 1 a 4 de outubro de 2007. A SAB criou seu Estatuto Social em 2013, Código de Ética em 2015 e Regimento Interno em 2017²².

O periódico em análise teve sua primeira publicação em 1983, e sua criação remete a Sociedade de Arqueologia Brasileira. Em seu perfil de fundação até os dias de hoje vê-se uma maior diversificação de seu perfil de associados; incluindo de estudantes a pesquisadores experientes, envolvidos com a pesquisa acadêmica e de arqueologia preventiva.

Historicamente a Sociedade de Arqueologia Brasileira vem produzindo conhecimento e ações junto ao Estado, em diferentes instâncias – como no estabelecimento de critérios, inclusive sobre quem era classificado como arqueólogo, antes dos cursos de graduação e da Lei Nº 13.653, de 18 de abril de 2018, que regulamentou a profissão de arqueólogo, tendo ativamente participado na luta por sua

²⁰ Informações retiradas do site da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB (sabnet.org), acesso em 10/03/2024.

²¹ Uma associação civil de carácter científica é a junção de especialistas de uma mesma ciência ou áreas afins, que se reúnem trabalhos, apresentação de pesquisas, discutir propor medidas para a coletividade e difundir estudos.

²² Texto retirado no site SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira (sabnet.org). Acesso em 10/03/2023).

promulgação por ser uma sociedade de fins científicos, apenas três anos após sua criação, fundam o periódico, que abriga publicações de associados e não associados. A Revista SAB recebe financiamento da Sociedade de Arqueologia Brasileira, que tem seus recursos garantidos a partir do pagamento de anuidades dos seus sócios.

A Revista da SAB, segundo a CAPES, na Plataforma Sucupira²³ possui classificação Qualis A1, desde o quadriênio de 2017 - 2020, nas de áreas de Antropologia/Arqueologia, tendo ISSN 0102-0420 - Versão Impressa e ISSN 1982-1999 - Versão Online.

Segundo dados coletados no site do periódico, a Revista tem como público-alvo a comunidade acadêmica e científica, direcionada a arqueologia ou áreas afins. A Revista é publicada quadrimestralmente, sempre sendo publicada nos meses de janeiro, maio e setembro. As temáticas das publicações submetidas devem enquadrar-se nas categorias do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Cada submissão segue a cronologia de envio para o site da equipe editorial (SAB, Sobre a Revista | Revista de Arqueologia (sabnet.org), acesso em 01/03/2024).-

A primeira informação interessante que se pode extrair do site da Revista da SAB, encontrada no campo “Sobre- Política Editorial” é que não é apenas um Periódico que recebe e publica artigos das Áreas de Arqueologia, mas que também é aberto para campos afins. De fato, nos dossiês lançados pela revista encontram-se publicações de autores das áreas da História, da Antropologia, Botânica, Estudos Religiosos, entre outros. Isso é relevante quando se analisa as produções com a temática das religiões afro-brasileiras publicada na Revista da SAB, verificou-se que a formação em nível de graduação de alguns dos autores não eram da Arqueologia, talvez indicando o diálogo interdisciplinar tem muito a contribuir com as pesquisas arqueológicas sobre a temática.

[...] trabalhos elaborados em português, espanhol e inglês. As categorias de contribuição são: artigos originais, artigos de revisão ou atualização, resenhas, resumos de dissertação ou tese, notas, documentos inéditos, entrevistas e vídeos científicos. Não serão aceitos relatórios de pesquisas de campo. Estas categorias estão definidas nas instruções para os autores. (SAB, Sobre a Revista | Revista de Arqueologia (sabnet.org). Acesso em 01/03/2024).

²³ É um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise de qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. Informações retiradas do site da Plataforma Sucupira (www.sucupira.capes.gov.br). Acesso em 27/05/2024.

Ainda no que se refere às publicações, no site é informado que hoje o processo de apreciação dos artigos originais ou revisados/atualizados (visto que é possível publicar textos, por exemplo, que são atualizações de trabalho já anteriormente publicados) é feito por pelo menos dois pareceristas ad hoc, já as notas, resumos de dissertações de mestrado e de teses de doutorado, resenhas, documentos inéditos e vídeos científicos serão submetidos à apreciação dos editores. Portanto, o processo de avaliação é feito conforme as informações contidas abaixo.

➤ **Processo de Avaliação das Submissões na Revista da SAB²⁴**

A revista recebe artigos em fluxo contínuo, sendo responsabilidade dos editores analisar em qual volume estes serão publicados, bem como a sua pertinência, ou não, para o periódico. Também dependerá de a escolha dos editores avaliarem sobre a produção de volumes temáticos ou especiais.

Os artigos apresentados para os volumes de fluxos contínuos e para os volumes temáticos ou especiais deverão respeitar as normas editoriais, os pareceres dos revisores e da equipe editorial. É reservado aos pareceristas o anonimato, cabendo a eles assinarem ou não seu parecer.

Os artigos são submetidos a, no mínimo, 2 pareceristas com conhecimento na área e com uma variedade de perspectivas, que revisam os textos a partir de configurações particulares e aconselham o editor no que diz respeito à sua originalidade, significância e rigor científico. Caso ocorra empate nas análises (um favorável e outro contrário), um terceiro parecerista para avaliação complementar será designado. Os pareceristas são externos à Sociedade de Arqueologia Brasileira (que promove a publicação do periódico) e podem ser, também, estrangeiros.

Todo o processo é documentado e transparente, sendo que o autor pode acompanhá-lo através do site da revista no sistema OJS ou pelo e-mail <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/processodeavaliacao>.

As datas de recebimento e de aprovação também são documentadas e apresentadas no sistema. O prazo solicitado para envio de pareceres compreende

²⁴ Todas essas informações foram retiradas no site da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/processodeavaliacao>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

cerca de 20 dias úteis. O tempo médio entre o recebimento da submissão e a avaliação do manuscrito, com decisão editorial é de 3 a 6 meses após o envio.

O tempo médio entre a decisão editorial e a publicação do artigo, também é de 3 a 6 meses. Assim, o tempo médio entre o recebimento do artigo e sua publicação é de 12 meses e não são cobradas taxas para submissão de artigos e/ou referentes ao processamento de artigo. A Revista de Arqueologia transfere aos autores os direitos de copyright e de publicação.

É utilizada a revisão por pares duplos cega (*double blind peer review*) para avaliação de manuscritos, sendo que os editores-chefes garantem a ocultação da identificação entre autores e revisores durante o processo de revisão.

Em função da transparência do fluxo editorial, a Revista tem por política editorial que os próprios editores não façam publicações de artigos enquanto na gestão do periódico.

Atualmente a composição atual²⁵ da Equipe Editorial da Revista da SAB²⁶ é a seguinte é composta por:

Editores/as-chefes:

- Daiane Pereira – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Brasil;
- Meliam Gaspar – Museu da Amazônia, Brasil;
- Daniela Klokler – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil Conselho

Conselho Editorial:

- Adriana Schmidt Dias (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);
- Alejandro Haber (Universidad Nacional de Catamarca, Argentina);
- Alfredo González-Ruibal (Instituto de Ciencias del Patrimonio, Espanha);
- André Prous (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil);

²⁵ Ressalta-se a atualidade, pois a Revista, como já salientado anteriormente, tem mais de 40 anos de existência e, ao longo destes anos, mudou-se a composição editorial.

²⁶ As informações do tópico do Processo de Submissão da Revista da SAB foram retiradas totalmente do site da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/about/editorialTeam>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

- Andres Zarankin (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil);
- Benjamin Alberti (Framingham State University, Estados Unidos da América)
- Carlos Fausto (Universidade Federal do Rio do Janeiro, Brasil);
- Claudia Aranda (Universidad de Buenos Aires, Argentina);
- Cristiana Nunes Galvão de Barros Barreto (Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil);
- Cristobal Gnecco (Universidad de Cauca, Colômbia)
- Daniel Loponte (Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, Argentina);
- Daniela Magalhães Klokler (Universidade Federal de Sergipe, Brasil);
- Edithe da Silva Pereira (Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil);
- Eduardo Góes Neves (Universidade de São Paulo, Brasil);
- Fabíola Andréa Silva (Universidade de São Paulo, Brasil);
- Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, Brasil);
- Gustavo G. Politis (Universidad de La Plata, Argentina);
- João Pacheco de Oliveira Filho (Universidade Federal do Rio do Janeiro, Brasil);
- José Lopez Mazz (Universidad de la República, Uruguay);
- Juliana Salles Machado (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil);
- Loredana Ribeiro (Universidade Federal de Pelotas, Brasil);
- Lucas Bueno (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil);
- Luís Claudio Pereira Symanski (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil);
- Maria Ana Correia (Universidade do Algarve, Portugal);
- Maria Cristina de Oliveira Bruno (Universidade de São Paulo, Brasil);
- Mariano Bonomo (Universidad Nacional de La Plata, Argentina);
- Michael Heckenberger (University of Florida, Estados Unidos da América);
- Nancy Orellana Halkyer (Universidad Mayor de San Simón, Bolívia);
- Paulo DeBlasis (Universidade de São Paulo, Brasil);
- Sheila Mendonça de Souza (Universidade Federal do Rio do Janeiro, Brasil);
- Sibeli Aparecida Viana (Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil);
- Soledad Salega (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina);

- Tania Andrade Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil);
- Walter Alves Neves (Universidade de São Paulo, Brasil).

Na atualidade, percebe-se que o Conselho Editorial da Revista SAB é composto por uma variedade de pesquisadores e de instituições, atualmente são mais de 30 pesquisadores, sendo a maioria nacionais de universidades do nordeste e centro-sul do Brasil e, internacionais, a maioria sendo da América Latina, ainda que contenham também de instituições europeias. Esse dado é relevante à medida que possibilita compreender que o periódico tem uma composição diversificada o que pode contribuir para que a Revista tenha publicações produzidas em diversas partes do país e colaboradores internacionais, também ampliar a divulgação destas publicações. Neste sentido, tratando-se, por exemplo, das publicações com a temática das religiões afro-brasileiras, a possibilidades de circulação destas produções pode motivar outros pesquisadores a contribuírem com pesquisas na temática.

Sobre este aspecto, importante é a sua missão, pois a Revista da SAB visa promover, disseminar e socializar o conhecimento científico sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. O Período possui um fluxo contínuo e temático, criando um espaço acadêmico para o compartilhamento de conhecimentos dentro da ciência arqueológica, em instituições de ensino, pesquisadores autônomos, estudantes e empresas (Revista de Arqueologia Brasileira – SAB, disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/index> . Acesso em 28 de maio de 2028).

Interessante observar que o periódico pontuou na sua missão que é um espaço acadêmico de compartilhamento de conhecimento científico produzido tanto por autores, ou seja, publicações individuais, como também por instituições de ensino e empresas, portanto, publicações advindas de um corpus institucional.

A Revista de Arqueologia da SAB é uma publicação científica gratuita em todas suas etapas, os artigos nela publicados podem ser reproduzidos (na íntegra ou em parte); desde que sejam creditados os autores da submissão original e não seja feito qualquer tipo de alteração ao texto ou ao seu conteúdo imagético. (Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/ Código de Ética. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/codigodeetica>. Acesso em: 28 de maio de 2024.)

Os(as) autores(as) dos trabalhos possuem direitos autorais sobre os textos e são os(as) responsáveis legais pelo seu conteúdo; no entanto, estes licenciam a revista para reproduzir e distribuir o artigo e suas imagens.

Enquanto um periódico de livre acesso, a Revista de Arqueologia da SAB permite o *download* gratuito dos trabalhos publicados e o seu compartilhamento livre, no entanto, é imprescindível que seja atribuído crédito ao(à)s autor(a)(as)(es) e que não sejam realizadas alterações de nenhuma forma. A Revista permite o auto arquivo dos artigos publicados em repositórios institucionais, temáticos ou páginas da web pessoais a partir do momento da publicação do texto e em sua versão pós-print corrigida. (Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/ Sobre a Revista – Pílítica Editorial. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/about>. Acesso em: 28 de maio de 2024.).

A Revista da SAB adota uma política de acesso livre aos seus volumes, podendo, desta forma, ser acessados gratuitamente por todos interessados. Esse é um fator que pode impactar a divulgação de produções sobre a temática das religiões mat(ra)iz africanas, visto que em alguns casos a falta da política de open access dificulta a difusão de produções científicas.

Tão importante quanto a gratuidade do periódico é o alcance que esse pode encontrar a partir dos seus indexadores, pois com a política nacional de aumento pela produtividade acadêmica em periódicos de altas indexações e a política internacional de mensuração de produção acadêmica por meio de fatores de impacto, muitos pesquisadores têm buscado publicar suas pesquisas em periódico de faixa A do sistema Qualis. Logo, a Revista da SAB passa a ser um grande atrativo. Neste sentido, no que diz respeito ao Indexadores, Diretórios, Bases de Dados e Bibliotecas Virtuais, a Revista a partir de 2015, quando iniciou a fazer as publicações online, buscou adequar-se às plataformas e indexadores. Assim, desde 2018 possui um número relevante de indexadores²⁷.

Indexação:

- ERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social Sciences;
- Sumarios.org;
- Scopus.

²⁷ Os Indexadores, Diretórios, Base de Dados e Bibliotecas Virtuais são informações referente aos Indexadores do periódico da Revista da SAB. Todas as informações apresentadas tem como fonte o Site da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/indexadores>. Acesso em 28 de maio de 2024.

Diretórios:

- Diadorim;
- DOAJ - Directory of Open Access Journals;
- Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal.

Bases de Datos:

- General Impact Factor;
- Google Acadêmico;
- Journals for free;
- LatinRev;
- LivRe - Revistas de Livre Acesso.

Bibliotecas Virtuais:

- Portal Periódicos - CAPES

4.1.1 Aplicabilidade Metodológica sobre os dados coletados na Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira- SAB

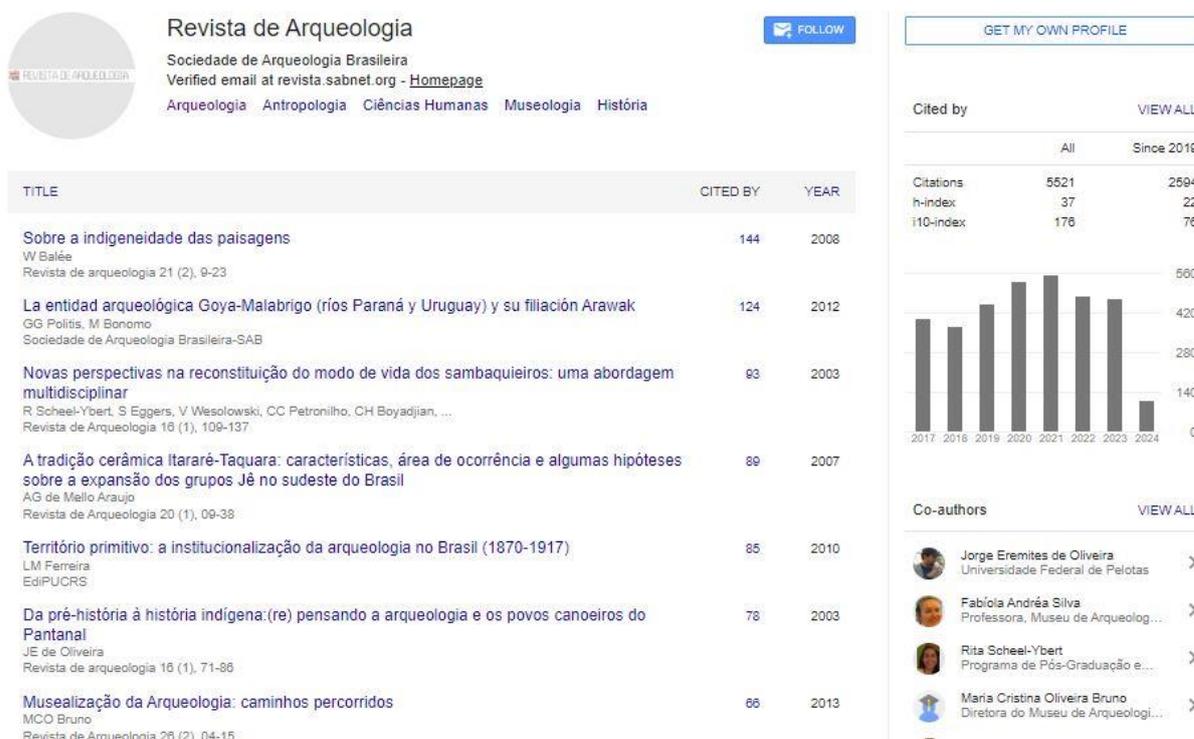
A metodologia utilizada nesta pesquisa será esclarecida a partir de um panorama da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Segundo Soares (2016, p.176) embasada em Su; Lee (2010), Rao (1986), Zhu et.al (1999) a bibliometria é um método analítico na pesquisa científica. Baseia-se na quantificação de publicações como artigos científicos, patentes e citações.

Neste sentido, aplicou-se essa ferramenta metodológica para:

1. Mensurar os volumes publicados no periódico SAB;
2. Identificar os temas mais recorrentes presentes nas publicações;
3. Catalogar as publicações que abordem sobre as religiões afro-brasileira;
4. Refletir sobre a expressividade e dedicação dos estudos das materialidades associadas às religiões afro-brasileiras.

Figura 3 - Métrica da Revista da SAB.



Fonte: Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?hl=en&authuser=4&user=OgsItAQAAAJ>. Acesso em 28 de maio de 2024.

A Figura 3 foi elaborada a partir das informações que constam no site da Revista da SAB do seu campo “métricas”, que possui duas opções:

1. Estatísticas de uso,
2. Google acadêmico.

Verificando o Google Acadêmico, abrem-se 20 páginas com títulos dos capítulos citados, quantas vezes foram citados e o ano, do lado tem-se esse gráfico onde é possível verificar que ao total mais de 5.398 vezes os artigos foram citados e que, entre 2017 e 2024, tem-se a variação de citações, apresentando um maior número de artigos citados nos anos 2020 e 2021.

Com relação às estatísticas de uso, um quadro geral extraído da Revista que demonstra quantas submissões o periódico recebeu de setembro de 2020 a julho de 2023 (Figura 4). Escolheu-se este recorte, pois é o que a Revista disponibiliza no seu site, separando-as entre submissões recebidas, submissões aceitas, submissões rejeitadas e submissões publicadas, totalizando 750 submissões recebidas e mais de 37 volumes publicados até o ano de 2024.

Figura 4 - Estatísticas de Submissão e Publicação da Revista da SAB entre os anos de 2020 e 2023.

Total (atualizado em 18/Jul/2023)	01/Jan/2023 - 17/Jul/2023
Submissões Recebidas: 352	Submissões Recebidas: 75
Submissões Aceitas: 111	Submissões Aceitas: 22
Submissões Rejeitadas: 162	Submissões Rejeitadas: 30
Submissões Rejeitadas pelos Editores: 123	Submissões Rejeitadas pelos Editores: 19
Submissões Rejeitadas pelos Avaliadores: 39	Submissões Rejeitadas pelos Avaliadores: 11
Submissões Publicadas: 130	Submissões Publicadas: 34

01/Jan/2022 - 31/Dez/2022

Submissões Recebidas: 91

Submissões Aceitas: 45

Submissões Rejeitadas: 53

Submissões Rejeitadas pelos Editores: 37

Submissões Rejeitadas pelos Avaliadores: 16

Submissões Publicadas: 42

01/Dez/2020 - 31/Dez/2020

Submissões Recebidas: 02

Submissões Aceitas: 24

Submissões Rejeitadas: 7

Submissões Rejeitadas pelos Editores: 1

Submissões Rejeitadas pelos Avaliadores: 6

Submissões Publicadas: 23

01/Jan/2021 - 31/Dez/2021

Submissões Recebidas: 185

Submissões Aceitas: 45

Submissões Rejeitadas: 79

Submissões Rejeitadas pelos Editores: 67

Submissões Rejeitadas pelos Avaliadores: 12

Submissões Publicadas: 54

01/Nov/2020 - 30/Nov/2020

Submissões Recebidas: 05

Submissões Aceitas: 0

Submissões Rejeitadas: 0

Submissões Rejeitadas pelos Editores: 0

Submissões Rejeitadas pelos Avaliadores: 0

Submissões Publicadas: 0

01/Dez/2020 - 31/Dez/2020

Submissões Recebidas: 02

Submissões Aceitas: 24

Submissões Rejeitadas: 7

Submissões Rejeitadas pelos Editores: 1

Submissões Rejeitadas pelos Avaliadores: 6

Submissões Publicadas: 23

01/Jan/2020 - 07/Set/2020

Submissões Recebidas: 38

Submissões Aceitas: 25

Submissões Rejeitadas: 12

Submissões Rejeitadas pelos Editores: 4

Submissões Rejeitadas pelos Avaliadores: 8

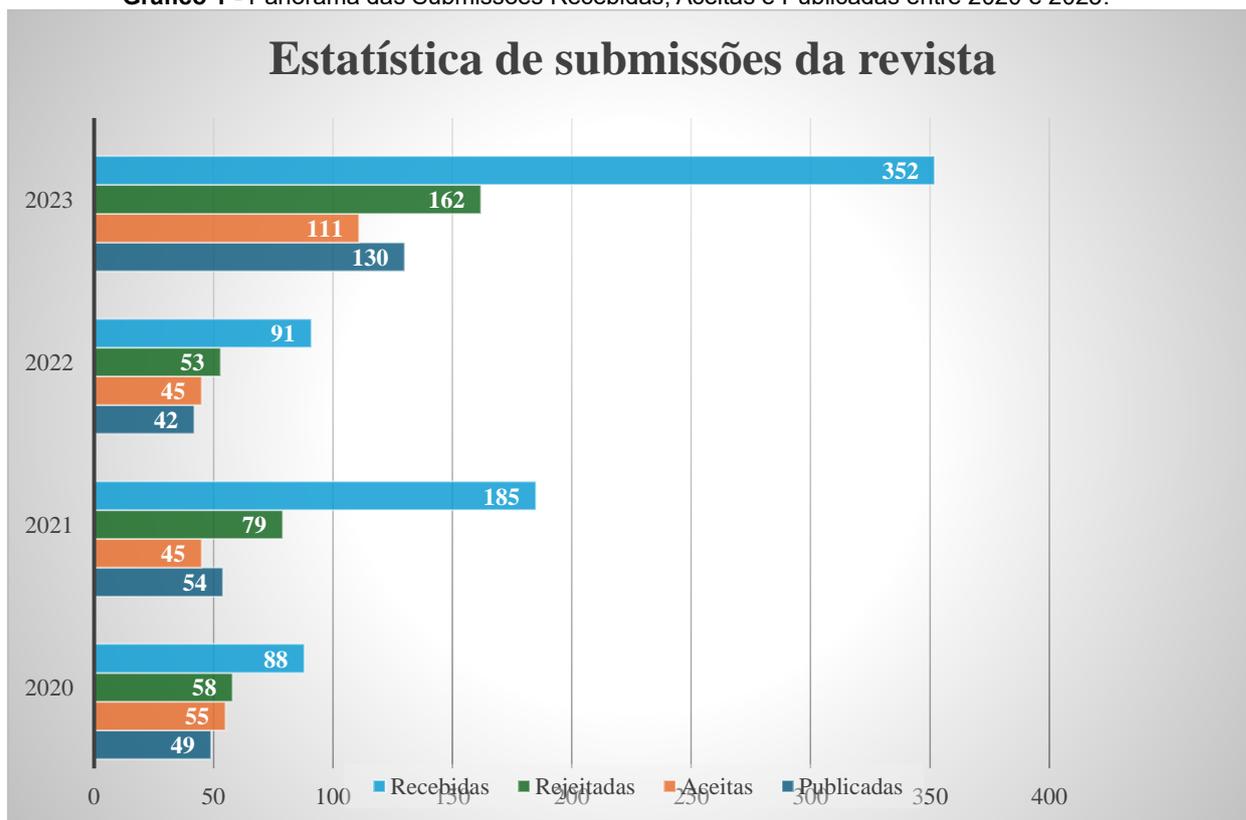
Submissões Publicadas: 26

08/Set/2020 - 30/Set/2020	01/Out/2020 - 31/Out/2020
Submissões Recebidas: 40	Submissões Recebidas: 03
Submissões Aceitas: 4	Submissões Aceitas: 02
Submissões Rejeitadas: 3	Submissões Rejeitadas: 19
Submissões Rejeitadas pelos Editores: 0	Submissões Rejeitadas pelos Editores: 0
Submissões Rejeitadas pelos Avaliadores: 3	Submissões Rejeitadas pelos Avaliadores: 19
Submissões Publicadas: 0	Submissões Publicadas: 0

Fonte: Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Disponível em:
<https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/estatisticas>. Acesso em 28 de maio de 2024.

A partir destes dados, foi elaborado um gráfico no sentido de arrazoar as métricas da Revista da SAB nos períodos de 2020 e 2023.

A partir desses dados, justifico as informações que serão apresentadas adiante. A partir de uma perspectiva geral sobre as submissões, dando enfoque as que são aceitas para publicação, a temática que configura objeto dessa pesquisa pode estar incluída dentro das submissões que não foram aceitas nos quadriênios. Dessa maneira, é importante ressaltar o quantitativo de pesquisas que são submetidas para a publicação na Revista

Gráfico 1 - Panorama das Submissões Recebidas, Aceitas e Publicadas entre 2020 e 2023.

Percebe-se que a Revista da SAB tem tido um aumento significativo em termos de procura dos pesquisadores, pois tomando como exemplo os anos de 2020 e 2021, que como já fora mencionado anteriormente, conforme os gráficos de métricas extraído do periódico, que constituíram os anos de maior acesso às publicações da Revista, verifica-se que quase 300 de trabalhos foram submetidos nestes anos e mais de 100 foram publicados e estes números cresceram exponencialmente nos anos seguintes (Gráfico 1).

O impacto da Revista da SAB para o campo da arqueologia e para outras áreas afins que a revista dialoga e abre a possibilidade de publicação também pode ser analisado por essas métricas, pois se existe tanta procura para publicar no periódico, pode se considerar que a Revista passa credibilidade e fomenta o interesse de pesquisadores em enviar suas pesquisas a ela.

Da mesma forma que pode se levantar uma hipótese que, se existe tanto interesse em publicar na revista, também existe grande interesse no conteúdo que a revista publica. Logo, os textos publicados na Revista da SAB têm grande acesso,

isso é relevante quando se trata de temas “esquecidos” ou “marginalizados”²⁸, ajudando na disseminação de conteúdos que não são observados com relevância e conseqüentemente propaga a cultura estrutural de invisibilizar temáticas que atualmente estão em pauta em vários veículos de informação, não incentivando arqueologicamente a ciência ser um instrumento de modificação de um preconceito que permanece na sociedade.

Dito isso, todos os sistemas de comunicações, principalmente voltado para pesquisas científicas e de grande repercussão acadêmica tem o dever e a obrigação de ser um mecanismo dissipador de pensamentos repressores historicamente dentro da sociedade estruturalmente privada de conhecimento, para atuar como uma ferramenta de informação, estímulo aos pesquisadores e uma fonte que atua direta ou indiretamente a confrontar ideias, publicizando pesquisas com temáticas que sempre foram silenciadas.

Até porque a arqueologia não compreende apenas a materialidade de sítios líticos, cerâmicos ou de grafismos rupestres, porque quando estamos focados na materialidade, intrinsicamente estamos buscando informações de comunidades pretéritas.

A arqueologia está em uma evolução constante no sentido de desconstruir o pensamento colonial (por exemplo) e sendo uma ciência pouco conhecida pela maior parte da população, que justamente não se identifica com remanescentes arqueológicos, sejam eles históricos ou pré-históricos porque estamos falhando na extroversão do nosso conhecimento e conscientização dos que possuem poucas informações sobre a evolução da sociedade e que não se identifica como fruto de um movimento de resistência, de luta e muita violência tomando como exemplo o território Quilombola de Lagoas, no sudeste do Piauí.

²⁸ Sobre essas categorias interesse ler: as reflexões de Perrot, Michelle, 1928, p. 544 e Os excluídos da história [recurso eletrônico]: operários, mulheres e prisioneiros / Michelle Perrotq; seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS BIBLIOMÉTRICOS

No que concerne às publicações da Revista SAB, destaca-se que são aceitas submissões de artigos que envolvam abordagens teórico-metodológicas; Traduções de artigos publicados em outras línguas, com coesão e fidelidade ao material original; Notas de pesquisa, consistindo em textos curtos com resultados preliminares de trabalhos em andamento; Resumos que consistem em sínteses de dissertações de mestrado e teses de doutorado, defendidas nos últimos dois anos com temática arqueológica; Resenhas que versam sobre obras recentemente publicadas no país e no exterior e Entrevistas, que se configuram como entrevistas com arqueólogos/arqueólogas ou pesquisadores de áreas afins, relevantes para a arqueologia. Todas as submissões são avaliadas pela Comissão Editorial da SAB para análise e aprovação (Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/about/submissions>. Acesso em 27 de maio de 2024).

De posse aos dados, fez-se um levantamento bibliométrico no site da Revista SAB que possui o seguinte layout:

Figura 5 - Layout da Revista da SAB

The image shows the website layout for the Revista de Arqueologia. At the top left is the logo for the Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). The main title is 'REVISTA DE ARQUEOLOGIA'. Below the title is a navigation bar with links: Início, Atual, Anteriores, Anúncios, Sobre, Indexadores, Redes sociais, and Métricas. The main content area features a news item titled 'A Revista de Arqueologia agora é SCOPUS!' dated 2023-09-02. The text of the news item states that the journal is now indexed by SCOPUS and provides information about its internal base and a link to the SCOPUS source list. To the right of the main content, there is a 'Enviar Submissão' button, an 'Idioma' section with options for Español (España), Français (France), Português (Brasil), and English, and an 'Edição Atual' section showing 'ATQAH 1.0' and 'BAS 2.0'.

Fonte: Revista de Arqueologia da SAB. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/index>. Acessado em 01 de março de 2024.

O banco de dados da Revista da SAB possui 57 páginas, onde são disponibilizados 37 volumes publicados, impressos (1983 – 2014) e digital (2015 – 2024)²⁹.

Foram analisados todos os 37 volumes da Revista de Arqueologia da SAB. Reforço o entendimento que os periódicos são por vezes divididos em páginas, todas as publicações foram analisadas através de uma leitura técnica procurando identificar dentro das publicações, não apenas em título ou palavras chaves, mas menções no corpo do texto que remetesse a religiosidade de mat(ra)iz africana, dessa maneira as publicações de 1983 até 2024 foram quantificadas e segregadas inicialmente em categorias.

As categorias identificadas nas publicações estão divididas em artigos, nota de pesquisa, resenhas e resumos, conforme demonstrado no Gráfico 2.



Fonte: Autoria própria (2024).

A partir da segregação das publicações por categorias foi realizado o procedimento metodológico da bibliometria para quantificar as temáticas recorrentes das publicações. Não foi definido nenhum parâmetro para essa quantificação, foi

²⁹ Quando esta pesquisa foi finalizada (fevereiro de 2024), não havia uma atualização das publicações da Revista da SAB. Mas posteriormente foi publicado o v.37 n.2 (2024): Dossiê Arqueologias Negras: nossas lutas, nossas histórias – Segunda Parte, que não está incluído nos resultados da pesquisa.

realizado o levantamento dos temas mais abordados nas publicações e assim posteriormente poder contrastar com o objetivo desta pesquisa.

No Gráfico 3 estão apresentadas as temáticas mais recorrentes no conjunto dos volumes das publicações da Revista da SAB. Dos 37 volumes da Revista da SAB, lembrando que foram 57 publicações, alguns volumes se dividiam em partes 1, 2, às vezes até 3 e 4.

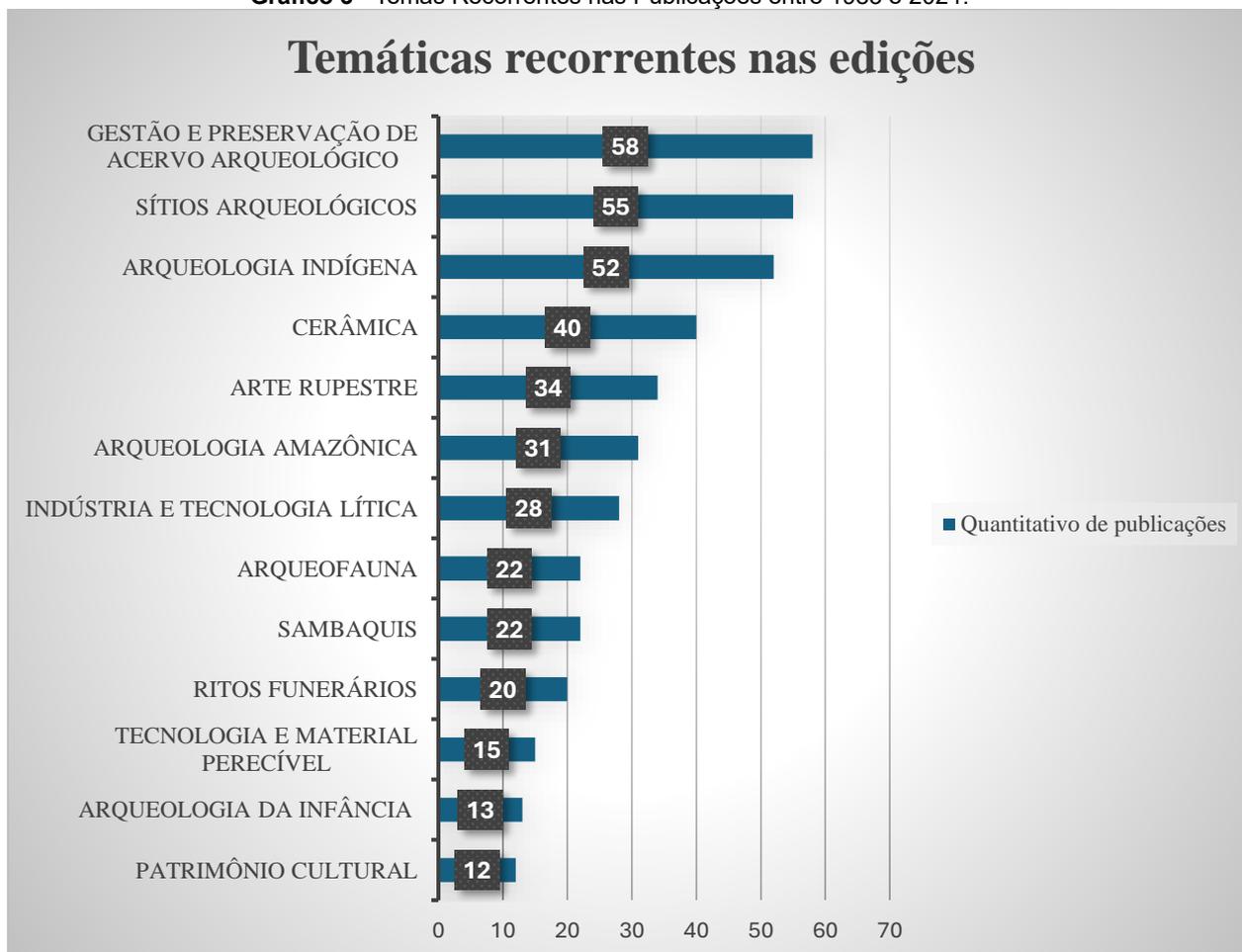
A arqueologia, enquanto uma ciência que apresenta diversas possibilidades de pesquisa, apresenta temáticas que comumente são utilizadas em pesquisas. No levantamento para quantificação dos temas mais abordados dentro das publicações da Revista, alguns volumes no periódico apresentaram temas específicos que apareceram em edições direcionadas a um determinado assunto, como por exemplo, o v.30 n. 2, intitulado “Arqueologia Crítica e feminista”, referente ao período julho-dezembro, sendo publicado em 30/12/2017, dividida em uma Nota Editorial; uma Apresentação; 11 artigos temáticos sobre feminismo, gênero e sexualidade; 1 artigo com temática diversa do dossiê; um resumo de Tese de doutorado e um resumo de Dissertação de mestrado. Assim como o caso do v. 35 n.1, intitulado “Arqueologia em Quarentena”, referente ao período de janeiro – abril, publicado em 15/01/2022, divididas em Nota Editorial; uma Apresentação; 13 artigos; uma Nota de Pesquisa, que tratavam sobre a pandemia da Covid-19 e a quarentena.

Foram catalogadas e agrupadas temáticas recorrentes no conjunto dos volumes publicados pela Revista entre 1983 e 2024. Saliento que outros temas que não estão presentes no Gráfico 3 foram identificados nas publicações, no entanto não foram contabilizados porque não se verifica significativa recorrência nos volumes, sendo considerada dessa forma, com publicações pontuais, que não impactou na realização analítica, portanto o Gráfico 3 foi elaborado a partir da leitura técnica e identificação da recorrência dos assuntos abordados.

Esse levantamento quantitativo das temáticas recorrentes apresenta uma importância para contrastar como as pesquisas arqueológicas estão sendo realizadas, não necessariamente apontando assunto mais relevantes, mas sim, os que os pesquisadores têm realizado, em comparação as publicações com menor número de trabalhos e conseqüentemente visualizar o comportamento arqueológico no sentido de entender quais temáticas estão evidência e que futuramente pode ser utilizado como um modelo comparativo das novas abordagens da arqueologia dentro de uma esfera onde estamos ampliando o viés de pesquisa da ciência arqueológica.

As categorias presentes no gráfico subsequente foram denominadas de forma geral, por tipologia das publicações da Revista.

Gráfico 3 - Temas Recorrentes nas Publicações entre 1983 e 2024.



Fonte: Autoria própria (2024).

A partir da análise do Gráfico 3, observamos quantitativamente a recorrência e uma maior densidade de publicações voltadas para temáticas específicas. Mesmo realizando a análise de todas as publicações, foi necessário priorizar as categorias com mais menções, ou das distintas áreas de pesquisa da arqueologia, por exemplo, em artigos ou resumos de tese/dissertação que tratavam de pesquisas realizadas sobre Gestão e Preservação do Acervo Arqueológico, Líticos, Patrimônio, e assim em diante. Portanto, de 1983 a 2024, os temas mais recorrentes estão distribuídos no gráfico supracitado.

5.1 AS PESQUISAS SOBRE AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NA REVISTA DA SAB

Pertinente salientar que a SAB possui alguns Grupos de Trabalhos³⁰, entre eles, um dedicado às experiências afrodiáspóricas. Apresento a seguir os Grupos de Trabalhos que foram identificados dentro do site da SAB.

GT ACERVOS – SAB

O Grupo de Trabalho Acervos da SAB (GT ACERVOS – SAB) teve sua criação no ano de 2015, ao longo do XXVIII Congresso Nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira, objetivando ampliar o debate sobre a preservação e gestão de acervos arqueológicos, utilizando as temáticas interrelacionadas entre Arqueologia/Conservação/Museologia. A partir disso houve a abertura para troca de experiências, compartilhamentos documentais, bibliográfico, realização de eventos relacionados ao GT, entre ações direcionadas à gestão do Patrimônio Arqueológico.

Com isso fomentou a democratização e dando oportunidade para associados e não associados contribuírem para o Grupo.

GT PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB) - GT PA LA – SAB

Em busca de tentar atrair interessados para a temática do licenciamento ambiental, na preservação do patrimônio cultural, debater e elaborar posicionamentos, em 2021 foi reativado o GT do Patrimônio Arqueológico no Licenciamento Ambiental da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) – GT PA LA – SAB. Esse GT também é democrático e aberto a participação de associados e não associados, além de profissionais de outras áreas que tenham interesse em contribuir.

GT - PROFISSÃO DE ARQUEÓLOGO/A NO BRASIL

³⁰ Será utilizada a sigla GT para se referir aos Grupos de Trabalhos identificados dentro da Sociedade de Arqueologia Brasileira. As informações foram coletadas no site da SAB. Revista de Arqueologia. Disponível em: https://www.sabnet.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=784. Acesso em 28 de maio de 2024.

A ciência arqueológica, que mesmo possuindo diversos profissionais em atuação, por toda a história do desenvolvimento das grandes pesquisas realizadas no país, teve sua “popularização” a partir do ano de 2004, com a inserção de uma gama de profissionais para atuar nessa ciência enquanto graduação, ainda que a Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, já houvesse formado profissionais nessa ciência.

Apesar de esforços dos arqueólogos buscarem por anos que a Arqueologia fosse reconhecida como uma profissão, apenas em 2018, a SAB formou um GT específico para a Profissão de Arqueólogo/a no Brasil. Garantindo uma abordagem jurídica enquanto conselho profissional destinado a buscar a regulamentação da profissão no país.

Em abril de 2018, a profissão de arqueóloga/o foi regulamentada através da Lei Federal 13.653.

GT - REVISÃO DO ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO DA SAB

O Estatuto da SAB foi surgido a partir de uma definição da criação de uma comissão de associados, direcionados na revisão dos documentos que regem a SAB, durante o XXI Congresso da Sociedade em 2021. Semanalmente eram discutidos e propostos ajustes em suas diretrizes, pautado na reformulação do documento.

Desde então, o grupo se reúne semanalmente às quartas-feiras para discutir e propor ajustes nas diretrizes, reformulando o texto do documento, com a coordenação de Marta Cavallini e Ângelo Alves Corrêa, ambos associados. Com a intenção de somatizar propostas, a participação do GT é solicitada via e-mail gtrevisao@sabnet.org ou através de aplicativos de mensagem de texto.

GT - CULTURA MATERIAL DA ÁFRICA E SUAS DIÁSPORAS

Em 2021 foi realizado o 1º Congresso Internacional de Arqueologia da África no ano de 2021, iniciaram um movimento para promover e incentivar a realização de discussões pertinentes sobre a importância da Arqueologia Africana, sendo um marco com a proposta de estabelecer o GT sobre a Cultura Material da África e suas Diásporas, sendo um marco frente a romper silêncios e promover o debate científico sobre a temática.

Se tratando de um assunto inédito dentro da SAB, a proposta teve grande repercussão e aceitabilidade com sucesso. O avanço das linhas de pesquisas da arqueologia, não mais permite silenciar assunto e temas invisibilizados estruturalmente pelo colonialismo, cada vez mais os pesquisadores buscam aproximar, enfatizar e se identificar com o quanto é urgente tratar essa temática e debater a importância e o reflexo da história do Brasil que está atrelada diretamente ao continente africano.

Somos o segundo país do mundo com maior número de população negra, oriundos da África e suas Diásporas, portanto é urgente debater e se apropriar de uma herança que nos construiu enquanto sociedade. O GT é constituído pelas linhas de ação e pesquisa:

- Cultura Material e ensino (a aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008);
- Acervos e contextos museológicos africanos e suas discussões;
- A longa duração na história africana;
- A cultura material africana na construção do conhecimento sobre as suas diásporas;
- História e cultura de contextos não-estatais (heterarquicos) na África;
- África antiga e pré-colonial;
- Teoria e método na análise da cultura material africana;
- Mestres dos saberes e diferentes formas de entendermos a cultura material africana;
- Dimensões tangíveis e intangíveis da cultura material.

Portanto, interessante notar que existe um Grupo de Trabalho intitulado “CULTURA MATERIAL DA ÁFRICA E SUAS DIÁSPORAS”, porém de maneira explícita não aparece as religiões afro-brasileiras nas suas linhas de pesquisas, pode-se, como hipótese, que talvez estas religiões estejam contempladas dentro da linha “Dimensões tangíveis e intangíveis da cultura material”, mas tratando-se de uma hipótese pode ser que ela se confirme ou não, portanto fica o questionamento: por que não existe uma linha de pesquisa específica sobre as religiões afro-brasileiras na SAB? Essa ausência de publicações ou textuais, ou ainda de linhas de ações e pesquisa se conecta possivelmente a uma invisibilização de pesquisadores em

debater e realizar pesquisas sobre a religiosidade Afro-brasileira, sendo um distanciamento (científico ou não) mas que está intimamente atrelado a Diáspora Africana, no entanto por ser considerado por algumas pessoas um assunto problemático, perde a áurea de cientificidade, onde a ausência dá espaço para a falta de informação e perpetuação de um preconceito em se tratar a respeito de temas religiosos ou sagrados com receios, mas que ansiamos por essa libertação de igualdade, na ciência e na sociedade, que possivelmente faz parte de um “racismo” mascarado, que historicamente faz parte da nossa estrutura social.

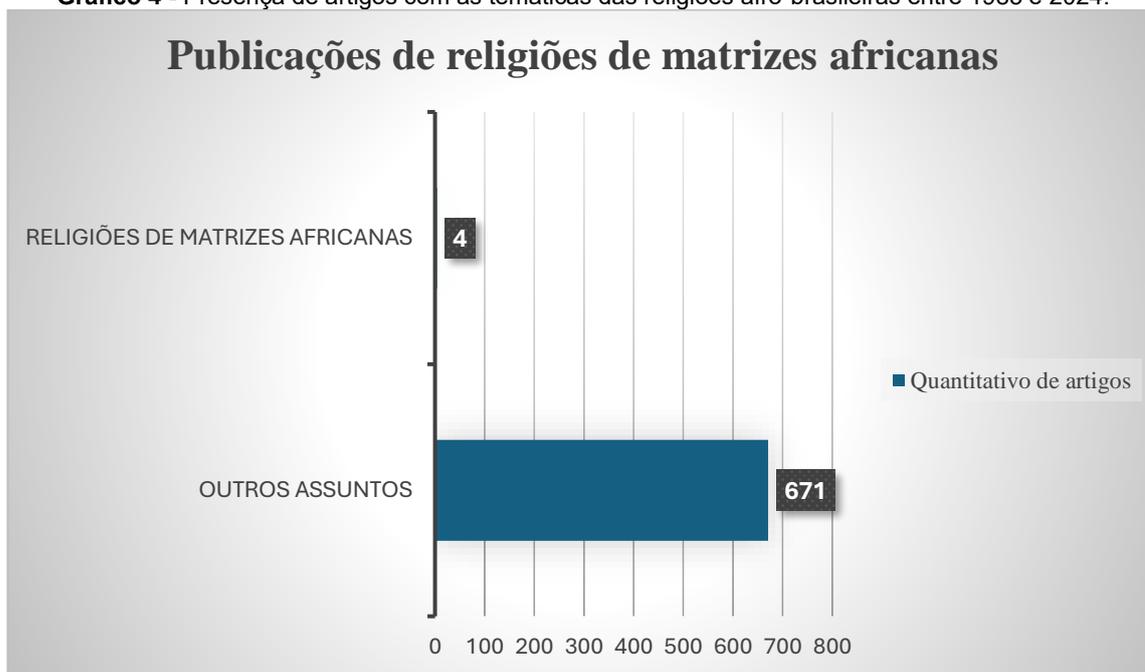
Ademais, um dado importante a se observar é que o referido GT existe apenas há 3 anos, isso pode se relacionar ao fato de existirem tão poucas publicações na Revista da SAB sobre essa temática.

Mas, ao mesmo tempo é um dado importante a existência deste GT, à medida que demonstra que nas estruturas de ação e pensamento da Sociedade de Arqueologia Brasileira existe um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras comprometidos/as a elaborar e publicizar pesquisas no âmbito das experiências afrodiáspóricas. Portanto entende-se que esse Grupo de Trabalho pode ser um espaço de acolhimento de pesquisas sobre a temática das religiões afro-brasileiras, ainda que desde a sua criação, em 2021, constatou-se apenas 2 publicações na Revista da SAB.

De acordo com informações disponíveis no site www.geledes.org.br em 30 de maio de 2024 foram realizadas mais de 30 apresentações de pesquisadores (as) africanos (as) e outras nacionalidades, sendo especialistas em arqueologia e cultura material, realizando um debate sobre as terras pretas africanas e amazônicas

Dessa maneira, concluímos que a arqueologia está numa crescente sobre debates de temáticas silenciadas, trazendo para comunidade científica o incentivo para realização de pesquisas relacionadas a diáspora e africanidades como entender o processo de formação cultural da sociedade.

Gráfico 4 - Presença de artigos com as temáticas das religiões afro-brasileiras entre 1983 e 2024.



Fonte: Autoria própria (2024).

Conforme observado no Gráfico 4, durante toda a existência da Revista da SAB, que contém mais de 600 textos publicados na sua versão impressa ou virtual, apenas 4 tratam da temática das religiões afro-brasileiras:

- 1- **Resumo de Dissertação:** “Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: Postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista”, de autoria de Aurea Conceição Pereira Tavares, presente no volume 19, n.1 (referente ao ano de 2006, quando a Revista era apenas impressa, sendo publicada no site em 06/04/2021);
- 2- **Artigo:** “Fazer-se criança no candomblé- infância, educação formal e gênero: visibilidades no registro arqueológico”, de autoria de Rodrigo Pereira, presente no volume 31 n. 2 (2018/Arqueologia da Infância);
- 3- **Artigo:** “A tecnologia do ebó: arqueologia de materiais orgânicos em contextos afroreligiosos”, de autoria de Luciana de Castro Nunes Novaes, no volume 34 n. 3 (2021/Tecnologias Perecíveis);
- 4- **Artigo:** “A importância da materialidade e dos fazeres na composição dos Barquinhos de Iemanjá no Rio Grande do Sul”, de autoria de Dandara Rodrigues Dorneles, no volume 37 n. 1 (2024/ Dossiê Arqueologias Negras: nossas lutas, nossas histórias - Primeira parte).

A partir destes dados podem ser feitos alguns questionamentos, entre eles: em que medida esses dados revelam uma ausência na área da arqueologia das temáticas afro-religiosas em suas pesquisas?

A constatação que na Revista da SAB em 40 anos de existência há apenas quatro produções sobre a temática das religiões afro-brasileiras é uma amostragem do processo de invisibilização que essa temática tem na arqueologia? Arqueólogos e arqueólogas não estão produzindo sobre essa temática durante seus processos formativos inicial- graduação e continuada- pós-graduação? No caso em que estejam sendo produzidos textos sobre essas temáticas na área da Arqueologia, em que medida está existindo incentivo à publicação em periódicos? Em especial no periódico da Sociedade de Arqueologia Brasileira?

Estas são questões que apontam para um conceito importante, que é o de racismo epistêmico ou epistemicídio.

[...] pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2005, p.97).

Indubitavelmente, existe uma tradição na arqueologia, temas consolidados como sítios arqueológicos com remanescentes cerâmicos, vestígios líticos, registros rupestres, entre outros, bem como existe uma defesa da sua demarcação nos campos das ciências, enquanto uma ciência que estuda os aspectos materiais e a falta de reconhecimento das materialidades produzidas pelas formas culturais religiosas de povos afrodiaspóricos induz a entender que seja uma forma de epistemicídio, ou mesmo da ausência de oportunidades para ser publicados em períodos, até mesmo pela falta de incentivo da própria estrutura social ou pela academia.

Definida, na origem, como estudo das coisas antigas, a partir da etimologia, dedicada aos edifícios e objetos provenientes das antigas civilizações, como a grega e a romana, tornou-se, aos poucos, parte dos estudos das relações de poder a partir das coisas. Em comum, manteve a centralidade do estudo do mundo material, das coisas, daquilo que pode ser tocado, transformado e feito pelo ser humano, definido, por convenção como cultura material. Introduziram-se, ademais, os aspectos sociais e de poder, das desigualdades e conflitos, para propor uma disciplina menos distante das pessoas e mais útil tanto aos indivíduos, como às coletividades. (FUNARI, 2014, p.23)

Porém, ainda que essa seja uma definição das origens da arqueologia, enquanto ciência, essa concepção em alguma medida segue vigente, pois persiste um consenso científico que as pesquisas arqueológicas se resumem apenas ao “mundo material”. Os debates dentro das Instituições Científicas e em outros espaços, relacionados as demandas sociais, políticas, econômicas e ideológicas, amplia a esfera epistemológica da arqueologia, através de novas abordagens e metodologias. Não mantendo essa ciência dentro de uma bolha apenas do tangível, mas considerando o intangível.

Funari (2014) defende a concepção da amplitude da materialidade, entendida como “cultura”, portanto, que perpassa por relações, conflitos, experiências, ideologias, construções sociais, elaboração de significados e significantes, entendendo que a materialidade nada mais é do que o fruto das relações sociais e o resultado cultural da sociedade, sendo um testemunho, mas não, o único objeto de estudo da arqueologia.

Neste sentido, temáticas como as religiões afro-brasileiras aparecem como “objetos” legítimos para os arqueólogos e as arqueólogas, pois os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil³¹ elaboram e reelaboram suas culturas, que, portanto, também produzem materialidades. Assim existe a necessidade de mudanças teóricas, entendimento de sentidos na arqueologia.

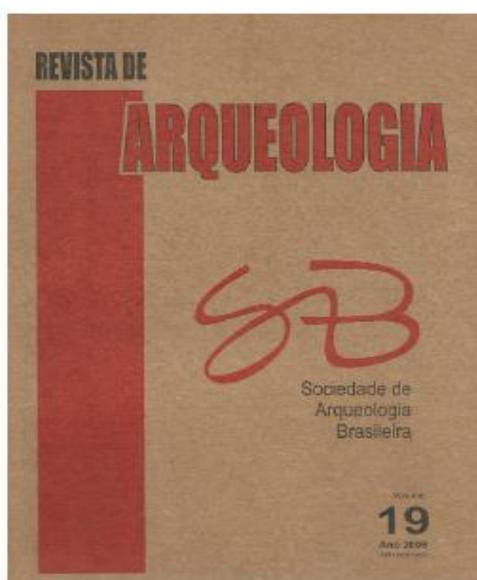
³¹ Decidiu-se usar essa categoria em razão de ser um termo político para os praticantes das religiões de mat(ra)iz africana e também, porque é a categoria que começa a aparecer nas legislações, por exemplo, DECRETO Nº 11.446, DE 21 DE MARÇO DE 2023.

5.2 APRESENTANDO OS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA-SAB QUE TRATAM DA TEMÁTICA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Aqui serão apresentados os artigos identificados nas publicações da Revista da SAB, que abordam a temática sobre as religiões afro-brasileiras, que como dito alhures totalizam quatro produções.

Figura 6 - Capa do volume 19, n.1 da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira

v. 19 n. 1 (2006)



Período: janeiro - dezembro

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v19i1>

Publicado: 2021-04-06

Fonte: Revista da SAB v. 19 n. 1 de 2006. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/issue/view/27> . Acesso em 06 de março de 2024.

A Figura 6 é a imagem da Revista da SAB referente ao volume 19, n. 1. Essa é uma publicação impressa no ano de 2006, apresenta o resumo de dissertação intitulado “Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: Postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista”, referente ao período janeiro e dezembro de 2021, tendo a data da publicação no site precisamente em 06/04/2021. O volume contém: uma Nota Editorial assinada por Ana Paula de Paula Loures de Oliveira, graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Bacharelado (1989) e Licenciatura (1990), Mestre em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (1994) e Doutora em Antropologia Social pela Albert Ludwigs Universitat Freiburg - Alemanha (1999).

Coordenadora do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora - MAEA/UFJF de 1999 a 2010. Atuou como Professora do Departamento de Museologia da UFOP³²; oito artigos com as temáticas mais recorrentes sobre Gestão e preservação de acervo arqueológico; papel social do arqueólogo; Arqueologia indígena; Sambaquis; Sítios arqueológicos e Arte rupestre.

Abaixo segue a Nota Editorial na íntegra do volume 19, n.1:

Com grande satisfação que a Comissão Editorial apresenta o volume 19 da Revista de Arqueologia Brasileira, que em sua excelência, alcançou nível A no Qualis nas áreas de Antropologia/Arqueologia e Sociologia. Neste volume, ganham especial atenção temas que envolvem o diálogo entre a Arqueologia, a Antropologia e a História. Áreas afins que na junção de esforços têm possibilitado novas leituras e abordagens de temas tão caros à disciplina como a identidade étnica, o cotidiano e relações de gêneros entre outros. No âmbito das contribuições teóricas a arqueologia marxista, a arqueologia espacial e a arqueologia darwiniana, demonstram as inúmeras possibilidades de abordagens arqueológicas. Ainda nesta mesma linha, mas priorizando uma discussão sobre as relações sociedade e Arqueologia, o instigante artigo sobre o papel social do arqueólogo, defende a presença de uma Arqueologia ativa e comprometida com a construção de passados, suscitando nos arqueólogos uma reflexão sobre seu fazer e estar no mundo. Complementando o rol das temáticas abordadas estão ainda um artigo sobre a arqueologia histórica em Minas Gerais e outro sobre o Museu de Arte Pré-histórica de Mação e suas ações educativas patrimoniais. Por fim, externamos o quão importante têm sido as ponderações e cogitações epistemológicas e críticas para a ciência arqueológica, bem como a reflexão interna a respeito do perfil e atuação do profissional da arqueologia. Nesta perspectiva, somos instados a reconhecer os aspectos políticos e ideológicos da disciplina, sem perder de vista os aspectos científicos que a regem (OLIVEIRA, 2007, p.7).

Percebe-se que se trata de um momento importante, para a Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Foi o ano em que no Qualis nas áreas de Antropologia/Arqueologia e Sociologia da CAPES recebeu o conceito A1. Igualmente interessante notar que a editora do volume mencionou que seria recebidas submissões de outras áreas das Ciências Sociais, por fim, apresentou o conjunto das publicações presentes no referido volume, sem citar o resumo da dissertação que trata sobre religiões de mat(r)iz africanas.

É importante contextualizar esse ano (2021), Laklãnō Xokleng, Waldares Coctá Priprá tornou-se a primeira indígena no país a defender um título de pós-graduação

³² Informações retiradas da Plataforma Lattes.

em arqueologia, conquistando também o Prêmio de Excelência³³ em Mestrado que foi concedido pela Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB.

Para ilustrar a métrica de download do referido artigo, coletou-se o gráfico abaixo do site da Revista SAB:

Figura 7 - Métrica de downloads do Artigo “Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: Postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista.

Downloads



Fonte: Revista da Sociedade de Arqueologia brasileira – SAB. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/222>. Acesso em 24 de maio de 2024.

Conforme constatado, a métrica na Revista da SAB não evidencia nos anos de acesso/download, pois aparece apenas os meses, então, o único dado que se pode notar é que o texto teve uma quantidade de download de máximo.

A pesquisa identificada na Revista da SAB de 2006, é um resumo de dissertação de Aurea Conceição Pereira Tavares que foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia na Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2006, composta por 124 páginas e teve como orientador Paulo Martín Souto Maior e Carlos Alberto Etchevarne.

O resumo da dissertação apresentado pela autora tem como objetivo apresentar os sepultamentos humanos que foram identificados na antiga Igreja da Sé da cidade de Salvador, estado da Bahia. Aos sepultamentos havia contas de colares, que foram atribuídas as religiosidades de matrizes africanas, como um sistema de rituais comumente realizados. A dualidade religiosa que os humanos escravizados (sobre)

³³ O prêmio de excelência da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB é uma iniciativa promovida pela entidade em reconhecimento à pesquisa acadêmica sobre sua originalidade, excelência e que merece reconhecimento público.

viviam dialoga diretamente com a conceituação do sincretismo e o paralelismo religioso, em desdobramentos tanto pessoal como institucional (TAVARES, 2006, p. 143).

Ainda sobre esse resumo de tese, a análise propôs hipóteses de práticas ritualísticas sincrônicas entre o catolicismo e a religião nativa dos humanos sepultados de escravizados entre os séculos XVIII e XIX (TAVARES, 2006).

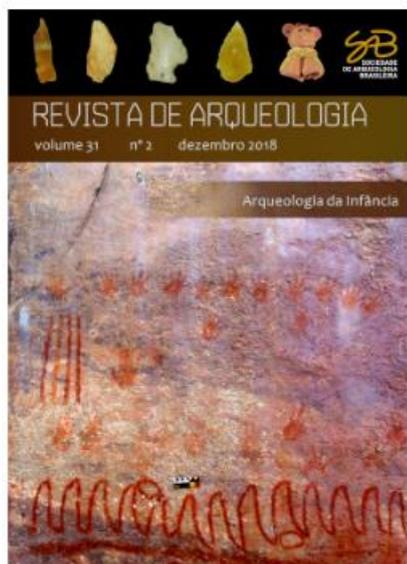
A autora apresenta uma pesquisa sobre a coexistência de sistemas religiosos em uma igreja em Salvador, articulando suas análises sobre a presença de artefatos da cultura material de afroreligiosos nos ritos de sepultamentos entre os séculos XVIII e XIX. Poderia ser feito uma metáfora sobre o foco da pesquisa da autora com o objetivo deste trabalho sobre análise da Revista da SAB, assim como no texto de Tavares (2006) os afroreligiosos se insurgem, marca sua presença, demarcam suas materialidades dentro da lógica de seus sistemas religiosos. A temática das religiões afro-brasileiras busca romper sepultamentos, se insurgem, quebram invisibilidades.

Aurea Conceição Pereira Tavares é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2001), licenciada em Ciências pela Universidade Federal da Bahia (1989) e mestra em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Atualmente é pesquisadora na área de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Arqueologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Cultura material africana, Paralelismo Religioso, Sincretismo, Religiosidade afro-brasileira³⁴.

³⁴ Informações retiradas da Plataforma Lattes.

Figura 8 - Capa do volume 31, n.2 da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

v. 31 n. 2 (2018): Arqueologia da Infância



Período: julho - dezembro

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v31i2>

Publicado: 2018-12-30

Fonte: Revista da SAB, v. 31 n. 2 de 2018 Disponível em <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/issue/view/48>. Acesso em 06 de março de 2024.

A Figura 8 é a capa da Revista da SAB referente ao volume intitulado “Arqueologia da Infância”, v.31 de número 2, onde está publicado o artigo “Fazer-se criança no candomblé- infância, educação formal e gênero: visibilidades no registro arqueológico” referente a julho e dezembro de 2018, sendo publicizado no site em 30/12/2018. O artigo fora submetido à Revista da SAB em 30/ 05/2018 e aceito em 30/ 07/2018, tendo a data oficial de publicação 30/12/2018, contendo a nota editorial assinada por Daniela Klokler, Rafael Guedes Milheira, Sibeli A.Viana; apresentação de autoria de Fernanda Neubauer, professora substituta no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora Honorary Fellow no Departamento de Antropologia da Universidade de Wisconsin-Madison nos Estados Unidos. Possui treze artigos categorizados como “Especial” (Infância; Arqueologia da infância; ritos funerários infantis, sendo as temáticas recorrentes); quatro artigos de fluxo contínuo fora da temática do dossiê; duas resenhas e um resumo de tese de doutorado.

A partir da análise do título do artigo é possível perceber que o autor destacou “visibilidades no registro arqueológico” demonstrando que existe vontade de visibilizar aquilo que não o é, ou seja, o olhar arqueológico sobre as materialidades na infância de uma religião afro-brasileira.

A nota editorial do volume 31, n. 2, salienta que:

[...] o dossiê Arqueologia da Infância trata de um tema atual e relevante para a arqueologia brasileira. Com isso, espera-se que a obra estimule ainda mais pesquisas nessa área, tendo em vista se tratar de um campo de estudo ainda recente no Brasil, em termos de análises e discussões. Este número é composto por textos que se debruçam a entender o significado da infância na conformação do registro arqueológico, assim como compreender a infância e as crianças –sob um olhar arqueológico -em seus aspectos mais diversos. O dossiê conta com 13 artigos sobre a temática da infância, sendo seis de autores estrangeiros e os demais, de autores brasileiros. É um tema deveras silenciado, pouco compreendido e absolutamente necessário! A revista conta também com quatro artigos com temáticas diversas [...]. (KLOKLER; MILHEIRA; VIANA, 2018, p.1).

É possível identificar a diversidade de textos que apontam sobre as novas perspectivas de análises/abordagens sobre a infância e as crianças enquanto atores sociais, construtores de História, Memórias e Registros, sendo sujeitos sociais que as Arqueologias também se interessam.

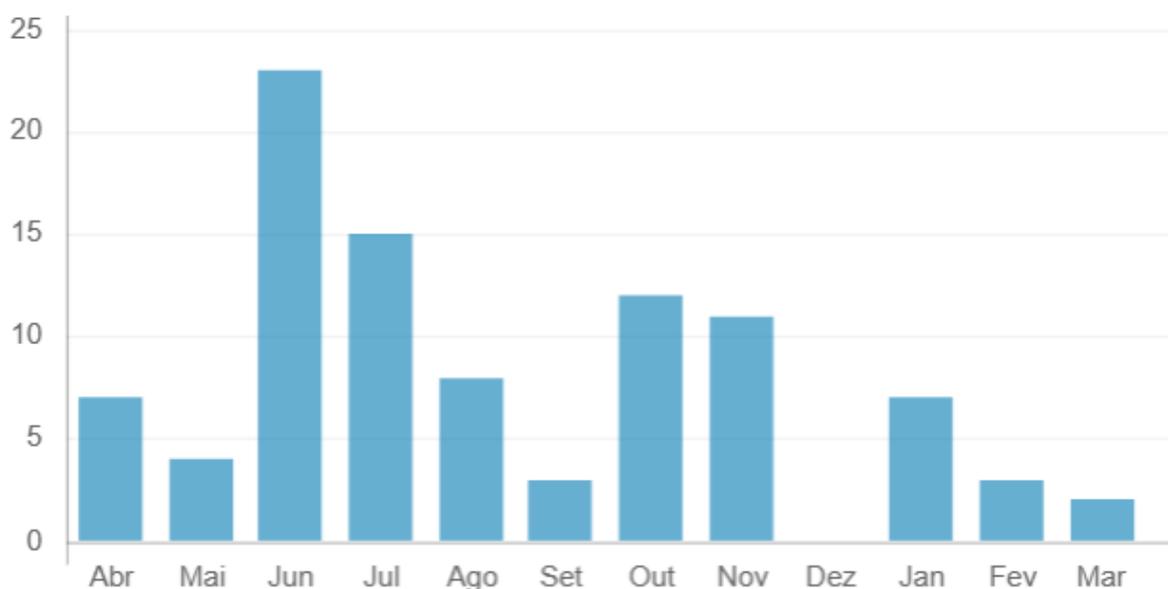
Já a Apresentação intitulada “Uma criança brasileira nasce - introdução ao dossiê temático sobre a Arqueologia da Infância” destacamos que dentro da ciência arqueológica, as crianças não possuíam um papel, sendo alvo de pesquisas, sendo agentes invisíveis, pouco importantes e pouco estudados.

Interessante notar que a autora destacou a mudança de perspectiva das pesquisas de arqueólogos e arqueólogas, saindo de uma noção de criança enquanto não agentes, portanto, “impossíveis de ser endereçadas nos estudos arqueológicos” (Op cit. NEUBAUER, 2018, P.2/3) à ideia de que as crianças em diferentes momentos produziam/em cultura. É dentro dessa nova perspectiva que aparece o artigo “Fazer-se criança no candomblé- infância, educação formal e gênero: visibilidades no registro arqueológico”. Dessa maneira as crianças começaram a um componente importante, com o desempenho de um papel relevante na produção do registro arqueológico, sendo consideradas como atores sociais e culturais (NEUBAUER & SCHAEFER, 2017; RODET & DUARTE-TALIM, 2013; SENE, 2018; SOLARI et al., 2016)

Para ilustrar a métrica de download do referido artigo, coletou-se o gráfico abaixo do site da Revista SAB:

Figura 9 - Métrica de Downloads do Artigo “Fazer-se criança no candomblé.

Downloads



Fonte: Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/591> . Acesso em 06 de março de 2024.

Conforme a Figura 9, o artigo teve uma quantidade de acesso superior a primeira publicação apresentada, na métrica da Revista da SAB não fica claro os anos em que os downloads foram feitos, como se pode observar acima, aparecem apenas meses, de qualquer modo, verifica-se que houve mais de 20 downloads.

O autor é Rodrigo Pereira, é bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Arqueologia (Museu Nacional/UFRJ) e Doutor em Arqueologia (Museu Nacional/UFRJ). Pesquisador de religiões e religiosidades, em especial as afro-brasileiras. Dentro da ciência antropológica, Rodrigo Pereira realiza pesquisas sobre o candomblé, debatendo micropolítica em terreiros, eventos de sucessão e temas relacionados à liminaridade.

Quanto a pesquisa arqueológica, enfoca na etnoarqueologia, elementos da cultura material e espaços edificados, rituais e profanos em casas de candomblé, bem como a formação e expansão dessa religião no estado do Rio de Janeiro. Possui ainda experiência na pesquisa de elementos ligados a etnicidade, rituais de passagem, história da imigração pomerana e alemã para o estado do Espírito Santo e historiografia do luteranismo no Brasil e Espírito Santo. Atualmente é membro

pesquisador do Laboratório de História das Experiências Religiosas (Instituto de História/UFRJ) e Professor Colaborador na graduação em História da UFRJ³⁵.

O artigo contém 18 páginas, sistematizado com: título; resumo, palavras-chaves; abstract; introdução; primeiro tópico intitulado “O TERREIRO DA GOMEIA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO”; AS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO TERREIRO DA GOMEIA; ARQUEOLOGIA, INFÂNCIA E GÊNERO; TORNAR-SE CRIANÇA NO CANDOMBLÉ; considerações finais que recebeu um título, O QUE NOS INFORMA O TERREIRO DA GOMEIA? agradecimentos e referências.

No resumo do artigo menciona que o objetivo é apresentar como o registro arqueológico esclarece os aspectos ideacionais e materiais na construção da infância em contextos religiosos em um terreiro de candomblé. Assim são apresentados os resultados parciais das escavações que foram realizadas no Terreiro da Goméia, em Duque de Caxias no Rio de Janeiro. Assim, o artigo procurou contribuir para a ampliação do conhecimento e forma de organização pretérito acerca da do Candomblé. Como palavras-chaves se tem: Candomblé, Infância, Terreiro da Goméia (PEREIRA, 2018, p. 158).

O presente artigo explanará sobre os dados advindos da escavação dos remanescentes do Terreiro da Goméia, em Duque de Caxias (RJ), e como a infância foi percebida junto ao grupo que, entre 1950 a 1990, habitou aquele terreno e teceu ali suas relações sociais, religiosas, mas também a formação de novos dirigentes que nasciam entre os filhos de santo do local. Assim, esperamos contribuir para o debate sobre arqueologia e infância e, ainda, demonstrar como isso é importante para os afroreligiosos. [...] a formação do registro arqueológico em casas de candomblé e se a materialidade presente neste permite inferências quanto aos aspectos religiosos após a constatação da crise de sucessão[...] (PEREIRA, 2018, p.160/ 161).

Um fator interessante é que o texto é fruto das escavações realizadas pelo autor por ocasião das pesquisas do doutorado em Arqueologia, enquanto projeto de tese, entre os anos de 2015 e 2016, no Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (UFRJ), portanto, evidencia que o interesse pela temática das religiões afro-brasileiras perpassam alguns Programas de Pós-Graduação na área da Arqueologia, porém como o próprio autor vai salientar nas suas considerações finais, ainda existe uma invisibilidade do registro arqueológico sobre tal temática.

³⁵ Informações obtidas no LinkedIn (25) Rodrigo Pereira | LinkedIn. Acesso em 10/03/2024.

No artigo é ressaltado que os objetos em plásticos infantis são indicativos e materializações da formação candomblecista no Terreiro Goméia. Não se trata de padronizar a definição da sociabilização em todos os terreiros, mas permite realizar uma interlocução entre elementos que podem indicar como se dá a formação da criança para que futuramente possa exercer cargos dentro do candomblé – ogãs, ekedis, yaôs, ialorixás ou babalorixás. O autor busca contribuir para a constatação, mesmo que invisível, dentro do registro arqueológico da infância dentro de um terreiro de candomblé como as práticas sociais são concebidas e instrumentalizadas para a formação de futuros candomblecistas (PEREIRA, 2018, p. 172/173).

Destacado isso, importante contextualizar o momento em que o artigo foi publicado na Revista da SAB.

O ano de 2018, é um contexto no qual os Povos e Comunidades Tradicionais³⁶ de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil estavam enfrentando lutas por direitos, sobretudo momento de grandes denúncias de intolerância e racismo religioso.

No site da Agência Brasil datado de 31/05/2018 conta com uma matéria intitulada “Povos de matriz africana reivindicam políticas de proteção a terreiros”, o artigo aborda sobre a participação dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil na 4ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), segundo as informações da Agência Brasil, “A Conapir teve como tema O Brasil na Década Internacional do Afrodescendente[...]O evento foi organizado pelo Ministério dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial”(Povos de matriz africana reivindicam políticas de proteção a terreiros. (Agência Brasil: Povos de matriz africana reivindicam políticas de proteção a terreiros, publicado em 31/05/2018, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>, acesso 28 de maio de 2024).

Na ocasião o então presidente da Fundação Palmares, Erivaldo Oliveira relatou que “desde 2015, cerca de 100 denúncias de violações contra terreiros em todo o país. O especialista em políticas públicas acredita que o número pode ser ainda maior”

³⁶ Povos e comunidades tradicionais de matriz africana’ é uma expressão cunhada por afros religiosos engajados na luta pela defesa de seus direitos, pela garantia de sua prática religiosa, especialmente no âmbito das políticas públicas. Essa expressão foi adotada no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (BRASIL, 2013), lançado em 2013, no contexto da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. No Plano, consta a seguinte definição para a “povos e comunidades tradicionais de matriz africana. (Morais, 2024, p.2).

(Povos de matriz africana reivindicam políticas de proteção a terreiros | Agência Brasil (ebc.com.br)).

Na conferência foram relatadas inúmeras denúncias e protocolado pedido para o fortalecimento da Lei 10.639, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, bem como divulgado que a Fundação Palmares estava elaborando um mapeamento importante, porém que estava encontro dificuldades de ser realizado em razão de ataques aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil.

Um mapeamento nacional para levantar o número e a localidade dos terreiros de candomblé e outras manifestações da cultura afro-brasileira. A iniciativa já foi implantada no Distrito Federal, que registrou a presença de 330 terreiros. Segundo a fundação, este número pode ser maior. Cerca de 60 líderes de terreiros não aceitaram ser recenseados por medo de represálias³⁷.

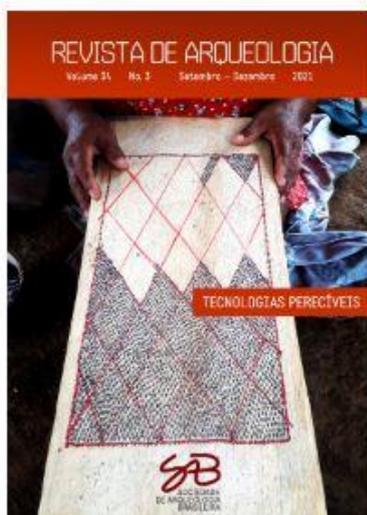
Portanto dentro desse contexto de debates entre os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil e a Fundação Palmares, importante lembrar ainda que em 2018, foi o ano da vitória eleitoral para a presidência da República de Jair Messias Bolsonaro, um ano marcado por muitos conflitos sociais e políticos, pois as declarações do então candidato à presidência foram interpretadas como racistas e intolerantes, por exemplo, algumas de suas declarações feito no período da campanha eleitoral contra povos e comunidades tradicionais (quilombolas) e seu proselitismo religioso presente em todos os discursos e mesmo no seu slogan de campanha que invocava a religião cristã “acima de tudo e todos”, além do grande apoio político que teve de líderes e comunidades religiosas protestantes.

O terceiro artigo que trata das religiões de mat(ra)iz africanas na Revista da SAB foi publicado no volume 34, n. 3 da Revista da SAB.

³⁷ Texto retirado da matéria “Povos de matriz africana reivindicam políticas de proteção a terreiros | Agência Brasil” disponível no site www.agenciabrasil.ebc.com.br, acessado em 27 de maio de 2024.

Figura 10 - Capa do Volume 34, n.3 da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira

v. 34 n. 3 (2021): Tecnologias Percíveis



Período: setembro - dezembro

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v34i3>

Publicado: 2021-09-30

Fonte: Revista da SAB v. 34 n. 3 de 2021. Disponível em:
<https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/issue/view/52> . Acesso em 06 de março de 2024.

A Figura 10 é a capa da Revista da SAB referente ao volume intitulado “Tecnologias Percíveis”, v. 34 de número 3 , onde encontra-se o artigo “A Tecnologia do Ebó: arqueologia de materiais orgânicos em contextos afroreligiosos”, com as palavras-chave: ebó; materiais orgânicos; afro natureza, publicação referente a setembro-dezembro de 2021, tendo a data oficial de publicação 30/09/2021, o supracitado artigo fora submetido em 14/04/2021, aprovado em 07/06/2021 e publicado em 30/09/2021. O volume no qual o artigo fora publicado é composto por: uma Nota Editorial assinada por Fernanda Codevilla Soares, Luís Claudio Pereira Symanski, Rafael Guedes Milheira; Apresentação; quatorze artigos (com as temáticas mais recorrentes: tecnologia percível; adornos corporais; artefatos trançados; material percível) e um resumo de tese de doutorado.

A nota editorial no volume 34, n. 3 salienta que,

[...] Embora seja um dossiê composto predominantemente por profissionais da área de arqueologia, o tema da percibilidade, por excelência, forçosamente deriva das discussões em favor da convergência e interface da arqueologia com outras áreas do conhecimento como a antropologia, estudos de religiosidade e botânica. O tema deste volume dialoga com outras áreas do conhecimento, porque a percibilidade das coisas coloca a disciplina de arqueologia, tradicionalmente reconhecida pelo estudo da

materialidade, numa berlinda conceitual –a materialidade finita ou a imaterialidade da finitude. As coisas perecem, apodrecem, desintegram-se, perdem-se, desaparecem, morrem; considerando isso, como lidar com a perda, com a finitude das coisas materiais que supostamente são carregadas de ideias? Como lidar com a suposta falência da estrutura material e da ideia? Como suplantar essas dicotomias entre permanência e impermanência, conservação e perecibilidade, vida e morte, materialidade e ideia? Como entender as tecnologias e a cultura material como vetores vindouros de estruturas de pensamento, cosmologias e visões de mundo de populações do passado? Como compreender esses passados impermanentes no contexto contemporâneo? Como se imbricam diferentes temporalidades na permeabilidade temporal das coisas enquanto ideias e matéria transformada? Uma coisa é certa: as coisas têm tempos de permanência, tempos esses determinados não apenas pelo passar dos anos, mas também pelas condições químicas e físicas em que as coisas estão inseridas, algo já percebido pela arqueologia dos anos 1960 e levado muito a sério como fator de análise do registro arqueológico. [...] Portanto, a vida social das coisas engloba também diferentes formas de ser nos mundos em que ocorrem as inter-relações com outros entes não materiais e com entes materiais de outras categorias. Enfim, diferentes tempos, estruturas de pensamento, cosmologias, ideias, materialidades e imaterialidades parecem ser temas bastante envolventes, que fazem com que a arqueologia tangencie outros campos do conhecimento, acesse outras chaves de leitura e retorne ao centro da disciplina não para consolidar conceitos tradicionais, mas para, eventualmente, perguntar: qual o objeto da Arqueologia? E, com isso, desconstruir muito mais do que construir. Eis algumas questões basilares tocadas nos textos que compõem este dossiê. (SOARES; SYMANSKI; MILHEIRA, 2021, p.1).

O corpo Editorial que assinou o volume 34, n. 3 da Revista da SAB fez um questionamento muito inquietante: qual o objeto da arqueologia? Isso porque ao propor um dossiê sobre tecnologias perecíveis, certamente encontrou produções que tratassem de materialidade finita, bem como também sobre imaterialidades, além de apontar que o dossiê provoca a arqueologia em dialogar com outras ciências, bem como acessar “outras chaves de leitura” (SOARES; SYMANSKI; MILHEIRA, 2021, P.1) é neste contexto que se inclui um artigo sobre Candomblé.

A Apresentação do volume intitulada “Perspectivas arqueológicas e etnográficas sobre tecnologias perecíveis-uma introdução” destaca que o dossiê teve surgimento a partir de discussões no Simpósio Temático “Tecnologias Perecíveis: abordagens arqueológicas e etnográficas”, que foi realizado no ano de 2019 durante o XX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB”, que ocorreu em Pelotas no Rio Grande do Sul.

Ao longo do simpósio foi destacadas as diferentes formas onde a tecnologia dos perecíveis são invisibilizadas, na arqueologia ou em outras áreas. As tecnologias das sociedades humanas são fundamentais para moradia, obtenção, armazenamento e produção alimentar, entendendo o modo de vida geral, assim como ritos funerários.

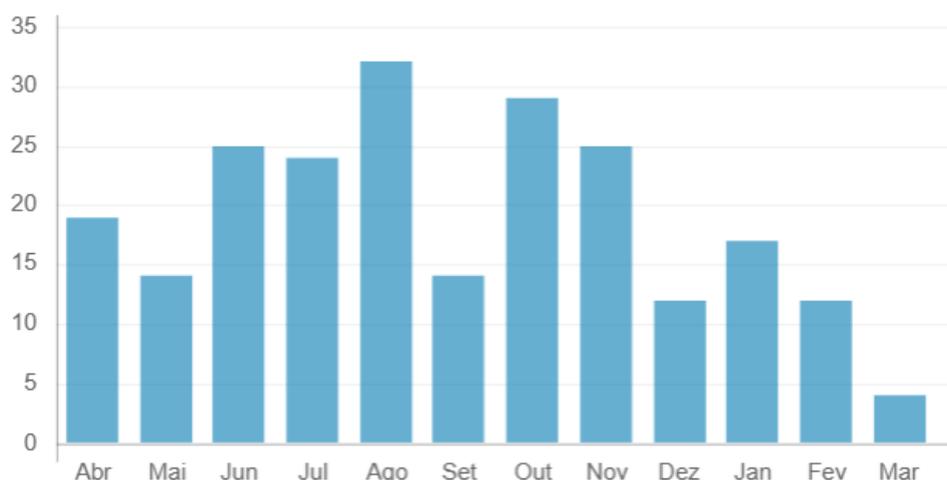
No volume estão aprofundados em 14 artigos e 1 resumo de tese, em pesquisas realizadas em todas as regiões do Brasil, na Argentina e na região circum-caribenha (RODRIGUES; COSTA; SILVA, 2021, p.1).

A apresentação chama atenção para o fato de as tecnologias perecíveis serem invisibilizadas na Arqueologia, isso é salutar, pois parte de uma necessidade evidenciada na área e, assim, abre caminhos para construção de debates sobre a questão. De fato, tanto que o dossiê é fruto das discussões em um dos Congressos da SAB. Tal movimento é interessante também ao se pensar, especificamente, sobre as religiões de mat(r)iz africanas, pois à medida que Sociedade de Arqueologia Brasileira começa a detectar as ausências, os silenciamentos, as invisibilidades, é um ponto de partida para romper com isso e abrir caminhos para as visibilidades em tantos outros temas e formas de abordagem.

Para ilustrar a métrica de download do referido artigo, coletou-se o gráfico abaixo do site da Revista SAB:

Figura 11 - Métrica de Downloads do Artigo “A Tecnologia do Ebó: arqueologia de materiais orgânicos em contextos afroreligiosos.

Downloads



Fonte: Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Disponível em: A tecnologia do ebó: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/issue/view/52>. Acesso em 06 de março de 2024.

Assim como ocorreu com o primeiro artigo que tratava da temática das religiões de mat(r)iz africanas na Revista da SAB, este segundo artigo também teve uma grande quantidade de acesso, que pela forma que é apresentada a métrica na Revista, não é possível identificar os anos aos quais meses que aparecem no gráfico se

referem, mas verifica-se um aumento em relação ao primeiro artigo, visto que neste superou 30 downloads.

A Autora é Luciana de Castro Nunes Novaes, que é Professora Adjunta do Departamento de Arqueologia/Campus de Laranjeiras e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Arqueologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (2017). Possui formação como mergulhadora científica Advanced (NAUI). Doutora em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia com estudo etnográfico nas TIs Pankararé e Brejo do Burgo, Bahia. Possui Estágio de Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da Universidade Estadual da Bahia. Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (2013). Mestra em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2012). Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Católica de Salvador (2008). Sócia Efetivo da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Desenvolve projetos de pesquisa, extensão e ensino objetivando a decolonização do conhecimento, patrimônios e territórios tradicionais, autoridade da escrita científica no âmbito acadêmico e do licenciamento ambiental. Possui experiência com ontologias e epistemologias não ocidentais, como o perspectivismo africano/afro-brasileiro e o perspectivismo/animismo das populações indígenas. Experiência na interface entre Antropologia, Arqueologia, História, Estudos Étnicos e Africanos, e os Ambientes Aquáticos³⁸.

Luciana Novaes também é coordenadora do Grupo de Pesquisa Arqueologia da Diáspora Africana e Relações Étnico-Raciais, cadastrando no CNPQ, autora do livro que foi publicado pela Editora Prismas, “O Exu Submerso: uma Arqueologia da Religião e da Diáspora no Brasil” (2020), que é desdobramento da sua dissertação de mestrado intitulada “ A morte visível e a vida invisível: Um estudo sobre o assentamento de Exu e a Paisagem Sagrada da Enseada de Água de Meninos, Salvador (Bahia)”, vencedora do prêmio Luiz de Castro Farias, categoria - Artigo Científico, do IPHAN-CNA.

Ainda no artigo publicado na Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB, tem uma explicação relevante, onde o artigo significa o resultado de experiências com materiais orgânicos, que é capaz de transformação o estático em

³⁸ Informações obtidas na Plataforma Lattes Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Luciana de Castro Nunes Novaes) (cnpq.br) Acesso em 06 de março de 2024.

movimento através da interação litúrgica entre corpos e a afro-natureza (NOVAES, 2021, 283/284).

A partir da intersecção produtiva da minha iniciação/sacerdócio no Candomblé ao longo de minha existência, e na última década enquanto intelectual contribuinte da Arqueologia de Religiões Negras no Brasil, o ebó é analisado como uma tecnologia africana salvaguardada no interior dos Candomblés. Para tanto, o texto é iniciado com uma situação etnográfica, seguida de ocorrências arqueológicas registradas em dois Relatórios de Levantamento de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Bahia para refletir sobre o descarte do ebó em paisagens sagradas a partir da perspectiva afro-religiosa. Continua, com o processo histórico de deslocamento transatlântico de mercadorias orgânicas para fundamentar a liturgia das religiões de matriz africana a partir do século XVIII na Bahia, concluindo com o entendimento sobre a tecnologia do ebó e enquanto instrumental físico e energético para a circulação do axé entre corpos biológicos. Palavras-chave: ebó; materiais orgânicos; afro natureza. (NOVAES, 2021, p.283/284).

Trata-se de um artigo muito importante, realizado por uma sumidade no âmbito dos estudos da “Arqueologia das Regiões Negras no Brasil” (NOVAES, 2021/2022). Portanto, o fato de compor as produções da Revista de Arqueologia Brasileira demonstra um indício importante para o caminho da ruptura com a invisibilidade da temática das religiões de mat(ra)iz africanas na Arqueologia.

Na introdução do artigo “Agô Agô Egum: Por uma Licença Sagrada”, a referida autora explica mais detalhadamente sua relação com o Candomblé e sua defesa por uma Arqueologia das Religiões Negras no Brasil:

[...] Diferentemente de parte dos intelectuais que se voltam para os processos iniciáticos das religiões de matriz africana após ou durante a produção acadêmica, meu percurso foi reverso. Sobrinha neta de Babalorixá, filha de Iyalorixá, fui educada através de uma cosmo percepção africana. Filha de um homem preto e uma mulher ‘mestiça’, nasci com a pele clara, o cabelo liso e o fenótipo negroide.[...] O acesso à obra de Cheik Anta Diop e às disciplinas na área de África na graduação em História reafirmaram o princípio que me levou à Academia: falar do meu passado, dos laços consanguíneos e de solidariedade entre os meus a partir de uma escrita de dentro para dentro. Discordar de Pierre Verger e de sua afirmação sobre o encerramento do culto às ancestrais femininas Yorubá na década de 1930 me fez defender uma monografia sobre o silêncio como linguagem ritual, sob orientação do Prof. Dr. Vilson Caetano de Sousa Júnior, e uma dissertação sobre o segredo e relações de poder no Programa dos Estudos Étnicos e Africanos da UFBA [...] Desse modo, refletir arqueologicamente sobre os materiais orgânicos em contextos da Diáspora Africana é uma abertura para pensar a intempestividade da vida (CORIN, 1992), incorporar conceitos como ação, sentido, contexto e história (ORSER, 1992, p.75), além de fomentar o letramento racial a partir da materialidade afro-religiosa. Para tanto, o termo “material” é um termo formulado a partir das propriedades físicas e dos dados imanentes de sua presença no ambiente, sendo que outros termos como produtos, mercadorias, materialidades assumem a necessidade de um detalhamento infinitesimal

para compreensão de modo situado da transformação ritual e descapsular a diversidade da vida (NOVAES, 2018b, p.6). (NOVAES, 2021, p. 286/289/290).

Do título da introdução à explicação da forma em que a pesquisa fora realizada, percebe-se que Novaes (2021) faz uma defesa de uma Arqueologia das Religiões Negras no Brasil, a autora faz questão de se apresentar dentro de uma genealogia do Candomblé, demarca seu lugar social como mulher preta lida socialmente como mestiça, revela seus interesses de pesquisas atuando como Antropóloga e Arqueóloga e, sobretudo, mostrando como suas produções anteriores já denunciam silêncios epistêmicos e discordâncias com autores renomados, como Verger. Ademais, relevante notar, que seus interesses pelas pesquisas sobre Religiões Negras, parte do seu acesso à obras que abordavam África e da frequência em disciplina de África na graduação de História, isso é um dado significativo porque, em muitos curso de graduação na área da História possui ao interno de seus Projetos Pedagógicos essa disciplina como parte obrigatória da grade curricular³⁹, o que não é tão comum nos curso de graduação em Arqueologia.

A autora faz suas conclusões “Concluindo como num Banho de Folhas”, do modo em que iniciou, com uma descrição densa de sua vivência em um ritual e aponta caminhos para a efetivação de uma Arqueologia das Religiões Negras no Brasil.

Minha reação foi articular minhas sensações em parágrafos e usar o espaço acadêmico para escrever este texto-manifesto sobre a importância da força dos materiais perecíveis em contexto afroreligiosos. Assim sendo, a África que emergiu dos produtos perecíveis está marcada por duas linhas de pensamento. A primeira está transpassada como território de identificação e origem dos produtos orgânicos, e a segunda engendra processos de “potência” dos materiais orgânicos africanos na produção tecnológica que envolve o axé. Os vestígios orgânicos, ao serem entendidos no contraste de identidades religiosas e étnicas, apresentam-se como materiais potentes para pensar tempo, deslocamento espacial e produção de pertencimento entre corpos humanos e não-humanos com a afronatureza. Dessa forma, os materiais biológicos, ao serem torcidos por meio de reflexões arqueológicas, permitem a extração de técnicas e fenômenos tecnológicos invisibilizados pela hierarquia do tangível diante do intangível. Através da historicidade de longa duração do trânsito entre as duas costas atlânticas de materiais orgânicos para o desenvolvimento litúrgico dos Candomblés baianos, é possível avançar com a ruptura da lógica naturalista. Ao invés de conferir importância ao que é passível de ser medido, pesado e

³⁹ A Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 instituiu a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A Resolução CNE/CP nº 01, 17 de junho de 2004 institui Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A Resolução nº 04/2023 estabelece normas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação de Direitos Humanos e Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos de Curso de Graduação da UFBA, em consonância com as Resoluções Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 01/2024, nº 01/2012 e nº 02/2012. Informações retiradas do site www.ufba.br, acesso em 27/05/2024.

tocado, valoriza-se a complexidade e distintividade de usos e estéticas desses materiais em contextos afroreligiosos. A potência do perecível está no próprio desaparecimento físico, pois, assim, a energia vital dos materiais encontra um modo duradouro de restituir a afronatureza.(NOVAES, 2021, p.302).

A autora inicia o artigo com o pedido de uma licença sagrada e conclui com um banho de folhas, utiliza de sua pesquisa um manifesto de demonstração do respeito ao sagrado e um “texto-manifesto” a sua religiosidade (NOVAES, 2021, p.302) sobre materiais perecíveis afroreligiosos, primeiro porque ela reafirma que Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros produzem materialidades, segundo porque advoga sobre a importância dessa produção para a noção de agência negra, portanto, para os praticantes afroreligiosos, mas também para a arqueologia. E a autora finaliza com uma provocação em forma de afirmação, que é a necessidade de valorizar a complexidade de usos e estéticas nos contextos afroreligiosos.

No que concerne ao contexto da publicação do artigo, o ano de 2021, segundo o Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe de 2023, as religiões de matriz africana são as que mais sofrem com crimes desta natureza no Brasil. “Em 2021, as notificações contra religiões de matriz africana cresceram acima de 270%, chegando a 244 casos. E outras religiões também sofreram ataques semelhantes - entre elas a muçulmana, judaica e a indígena” (Casos de ataques às religiões de matriz africana crescem 270% | Radioagência Nacional (ebc.com.br). Acesso em 10/03/2024).

Como ressaltado no capítulo 1, as religiões afro-brasileiras desde o período colonial sofreram inúmeras perseguições, dentro de uma lógica da ideologia racista os praticantes destas religiões foram criminalizados, oprimidos e discriminados de inúmeras formas em diversos contextos da história do Brasil⁴⁰, na atualidade os ataques aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil se intensificaram e mobilizaram tais povos e comunidades a reivindicarem proteção por parte do Estado Brasileiro.

Os casos de violência e intolerância, desde o início do século XXI, vêm aumentando. O caso mais emblemático é o de Mãe Gilda que, no dia 21 de

⁴⁰ A respeito disso ler: RIBEIRO, J. C. A. (2020). CURA, FEITIÇARIA E MAGIA EM CODÓ-MA: UM CASO DE POLÍCIA, CIENCIA E IMPRENSA. Revista *Terra De Pretos: Revista Multidisciplinar*. Vol.1.nº1. UFMA, Codó, 2020

janeiro de 2000, em consequência de um infarto, morreu em seu terreiro, após este ser invadido por iurdianos que, além de caluniá-la no Jornal “A Folha Universal”, queriam exorcizá-la e convertê-la. Esta fatalidade resultou na promulgação do dia de sua morte como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, pela Lei n. 11.635, de 27 de dezembro de 2007. (CUNHA, 2020, p.26).

Os casos de ataques aos terreiros de religiões afro-brasileiras bem com aos pais, mães e filhos de santos, remontam aos tempos de escravização, quando as formas de cultuar o sagrado dos africanos em contexto afrodiáspórico catastrófico, foram proibidas pelos senhores escravistas, porém não se limitou a esse período histórico, como destacou Ribeiro (2020), nem tampouco a ações de um grupo ou uma classe social, mas passou a fazer parte de mecanismos sociais e políticos por parte do Estado Brasileiro.

Os Códigos de Postura e Penal serviram de legitimação dos estereótipos que foram produzidos acerca das práticas afro-religiosas[...]. O discurso racial e científico exerceu sua influência em diversos espaços e por diferentes meios, e a formalização das perseguições as práticas afro-brasileiras se dava, também, a partir da normatização contida em tais códigos. [...] É o Código Penal de 1890 que faz menção de “magia e espiritismo”.[...] Códigos de Posturas foram criados com o intuito de normatizar práticas, condutas, hábitos. Assim, no século XIX surgiram vários no Brasil, exatamente por ser o século XIX um período em que o país propagou ideias (ideologias) tais como, de civilidade, cientificidade e eugenia. Logo, “embranquecer” hábitos e costumes passou a ser um empreendimento do Estado brasileiro, e o combate às referências ao africanismo e suas formas de cultuar o sagrado não escaparam das ações do governo. (RIBEIRO, 2020, p.130/132).

Desta maneira, existe uma história de longa duração de criminalização das práticas afro-brasileiras, mas existe também lutas pelo reconhecimento por parte do Estado Brasileiro durante todos os períodos em que se verificaram tais perseguições. Portanto, do processo catastrófico afrodiáspórico, até os dias atuais, muitas dessas lutas transformaram-se em dispositivos legais, como fora mencionado anteriormente.

Por exemplo, somente no Rio de Janeiro, segundo o relatório, houve “43 casos. Em segundas tem os judeus com três casos e por último católicos com um caso. Nesse sentido podemos afirmar que o grupo mais vulnerável a sofrer com intolerância religiosa são os adeptos das religiões de matriz africana” (SANTOS; DIAS et.al, 2023, p.30). O relatório publicou uma tabela tipificando às violências aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Rio de Janeiro, bem como tipificando às violações dirigidos a esses Povos e Comunidades, bem como

adeptos de outras religiões, de modo comparativo para evidenciar a grande quantidade de intolerância religiosa no estado.

Figura 12 - Tipificações da Violações e as Religiões que Sofrem a Violência no Rio de Janeiro.

Tipificação das violações	Religião que sofreu a violência	Quantidade	Total
Injúria a Comunidade Religiosa	Religiões de Matrizes Africanas	06	08
	Judeus	02	
Injúria á com. Religiosa e ameaças	Judeus	01	03
	Religiões de Matrizes Africanas	02	
Vandalização templos	Rel. M. Africanas	04	05
	Católica	01	
Vandalização e Incêndio Templo	Rel. M. Africanas	01	01
Vandalização templo e injúrias religiosas	Rel. M. Africanas	03	03
Roubo e vandalização de Templo	Rel. M. Africanas	01	01
Homicídio por culto religioso	Rel. M. Africanas	01	01
Atropelamento Por culto religioso	Rel. M. Africanas	01	01
Injúria religiosa a pessoas	Rel. M. Africanas	05	05
Injúria e ameaças	Rel. M. Africanas	05	05
Injúria e agressão física	Rel. M. Africanas	02	02
Proibição sacramento religioso	Rel. M. Africanas	01	01
Vandalização Oferenda	Rel. M. Africanas	02	02
Sequestro de criança por sacramento religioso	Rel. M. Africanas	0	01

Incêndio Barraca de Acarajé	Rel. M. Africanas	01	01
Expulsão de Território	Rel. M. Africanas	02	02
Ameaça de expulsão do Território	Rel. M. Africanas	02	02
Grilagem Terra e derrubada de casas sagradas	Rel. M. Africanas	01	01
Privilégio de religiões em recursos públicos	Rel. M. Africanas	01	01
Impedimento de exposição sacra ao público	Rel. M. Africanas	01	01
Total			47

Tipificação das violações



Fonte: II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe Revista . Disponível em: da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Disponível em: <https://www1.unicap.br/observatorio2/wp-content/uploads/2023/01/II-relatorio-de-intolerancia-religiosa-Rio.pdf> . Acesso em 29 de maio de 2024.

É dentro deste contexto, que as lutas dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil se intensificaram e conquistaram um marco importante na garantia de direitos, foi em 2021 o ano em que fora aprovada Lei 14.519/2023, que porém fora sancionada apenas em 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, a ser comemorado anualmente no dia 21 de março. Também em 2023, foi sancionada a Lei 14.532, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão.

Em 2021 foi o último ano do governo Bolsonaro, que foi marcado por inúmeros escândalos e denúncias por parte de grupos socialmente oprimidos, entre eles, os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros, como exemplo pode se citar uma pesquisa, coordenada pela Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras, que ouviu representantes de 255 terreiros de todo o país. Quase a metade registrou até cinco ataques entre os anos de 2020 até 2022.

Também é no ano de 2021 que fora criado o GT “Cultura Material da África e suas Diásporas”, com certeza este é um marco importante para as publicações na Revista da SAB sobre a temáticas das religiões afro-brasileiras.

O terceiro artigo e última publicação identificada na revista da SAB. que trata da temática das religiões de mat(ra)iz africanas na Revista da SAB.

Figura 13 - Capa do volume 37, n.1 da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

v. 37 n. 1 (2024): Dossiê Arqueologias Negras: nossas lutas, nossas histórias - Primeira parte



Período: janeiro - abril

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v37i1>

Publicado: 2024-01-31

Fonte: Revista da SAB v. 37 n. 1 de 2024. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/issue/view/59> . Acesso em 06 de março de 2024.

A Figura 13 é a capa da Revista da SAB referente ao volume 37 de número 1, Primeira Parte⁴¹, onde encontra-se o artigo “A importância da materialidade e dos fazeres na composição dos Barquinhos de Iemanjá no Rio Grande do Sul”, sendo o último volume da Revista da SAB, referente ao período de janeiro a abril de 2024. O artigo foi submetido em 15/07/2023, aprovado em 01/12/2023 e publicado em 31/01/2024.

Interessante notar que o artigo compõe um dossiê intitulado “Dossiê Arqueologias Negras: nossas lutas, nossas histórias - Primeira parte”, portanto um movimento da Revista da SAB em dar espaço para publicações sobre as inúmeras temáticas que podem ser enquadradas enquanto “Arqueologias Negras”. No volume consta a Nota Editorial assinada por Andrei Isnardis, Fernanda Codevilla Soares, Veronica Wesolowski; uma apresentação assinada por Lara de Paula Passos⁴², Patrícia Marinho de Carvalho⁴³, nove artigos enquadrados no âmbito do “dossiê Arqueologias Negras” (tendo como temáticas mais recorrentes: racismo; quilombos; afro diáspora; cerâmica; museu comunitário); dois artigos na seção “Especial 40 anos”; três artigos do fluxo contínuo fora da temática do Dossiê; uma resenha sobre Arqueologia e Direitos Humanos e um resumo de dissertação.

Curioso observar que, mesmo sendo um dossiê intitulado “Arqueologias Negras”, ainda assim apenas um único artigo com a temática das religiões afro-brasileiras fora publicado. Pode-se, como hipótese, pensar que ainda que seja salutar a iniciativa da Revista da SAB criar um volume inteiro dedicado às temáticas da negritude, sendo inclusive dividido em duas partes – já que no site consta que fora publicado somente a Primeira Parte – ainda assim existe um silêncio acadêmico sobre as religiões afro-brasileiras, como questionado anteriormente, isso pode ser ilustrativo do reflexo do que acontece dentro dos cursos de Arqueologia, da perpetuação de um silenciamento das agências negras ou seria a pouca visibilidade às pesquisas sobre essas agências?

A nota editorial salienta que:

⁴¹ Após a apresentação desta pesquisa e durante as correções realizadas para depositar a dissertação na biblioteca, a Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira publicou o volume 37 com número 2, intitulado “Dossiê Arqueologias Negras: nossas lutas, nossas histórias – Segunda Parte”, onde atualizamos este trabalho incluindo nesta pesquisa a atualização das informações do periódico que não entrou nessa pesquisa por ter sido uma publicação posterior a finalização deste trabalho, mas que numa visualização preliminar existe mais artigos que tratam sobre a religiosidade de matriz africana, disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v37i2>, acesso 03 de junho de 2024.

⁴² Identificada como: Doutoranda em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn-UFMG).

⁴³ Identificada como: Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território (LINTT-MAE-USP). É integrante e representante da Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo).

Neste número, trazemos a última ação comemorativa dos quarenta anos da Revista na forma da republicação do texto “A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no Sudeste do Brasil”, e na publicação de sua atualização, escritos por Astolfo Gomes de Mello Araujo. Também trazemos artigos livres que versam sobre variados temas, como arqueologia e educação, arqueologia e comunidade, mercado de trabalho e resenhas. Por fim, temos o grande prazer de trazer à leitura de vocês a primeira parte do dossiê Arqueologias Negras: Nossas Lutas e Nossas Histórias. Ele é resultado de uma ação política na qual a Revista se abriu à demanda de colegas integrantes da Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo) de publicarem um dossiê no qual os protagonistas (editores convidados, autores e pareceristas) fossem pessoas pretas. Não falaremos por el@s, que apresentam seu trabalho por meio de suas próprias vozes, mas queremos convidar a tod@s à reflexão proposta pelos diversos textos que integram este dossiê. (ISNARDIS; SOARES; WESOLOWSKI, 2024, p.1).

Como é possível observar no texto do corpo Editorial do volume 37, n.1. ,do ano de 2024, da Revista da SAB, o dossiê “ Arqueologias Negras: nossas lutas, nossas histórias” é resultado de uma ação, portanto, é uma demarcação importante para a SAB, abrir espaço no seu periódico para divulgar pesquisas feitas por negros e negras, acerca de produções negras, é significativo ter um volume dividido em duas partes, pois demonstra que existe uma considerável produção na área da Arqueologia de negros(as) sobre negros(as). A afirmação de que o dossiê coloca como protagonistas negros e negras sem que a SAB “fale por el@s”, ou seja, sem intermediários, é também um sinal de que a SAB reconhece que precisa romper com silêncios e deixar ecoar outras vozes.

Já a apresentação do volume fora intitulada “Reconhecendo Vestígios de uma Arqueologia Negra coletivamente atuante no Brasil” destaca que esse dossiê é dividido em dois volumes, onde no cenário nacional está registrado a documentação dos trabalhos de pessoas negras e afrodiáspóricas no campo da arqueologia produzida no Brasil, para além de uma prática política que interconecta e propositiva no cenário científico atual. As populações alinhadas a processos globais, que convergem a marcadores sociais que historicamente foram marginalizados (SILVA, 2017), assinala o reconhecimento material que essa parcela da população contribui, numa proposta de engajamento prático e afirmativo em ambientes profissionais sob a lógica estrutural hierárquica e excludente (RIBEIRO, 2017)., inserindo em espaços mais prestigiados de produção e divulgação do conhecimento. Conforme Hooks (2013), os trabalhos publicados apresentam perspectivas diversas e experiências da produção de pensamento crítico em contexto e referências afrodiáspóricas e

indígenas, com engajamento ativo dentro de um panorama político, de justiça social (BASTOS, 2011) e decolonização (INGLEZ, SANTOS, 2022).

A reflexão crítica teórico-metodológica contribui num direcionamento arqueológico afro centrado. Ainda:

[...] Antes de concluirmos esta parcela introdutória, gostaríamos de convidar toda a comunidade arqueológica, em sua diversidade situacional, a se engajar com as políticas de ação em defesa da sobrevivência material e epistêmica de grupos socialmente marginalizados dentro e fora da ciência, e em especial na arqueologia brasileira. Esta empreitada, mais do que uma definição de alinhamento ideológico, diz respeito ao comprometimento profissional ético com a diversidade cultural, os direitos humanos e a ampliação de horizontes na produção acadêmico-científica. Assim, o material contido neste volume enriquece o arcabouço informativo em questão, bem como fornece sugestões bibliográficas que apontem para os rumos intentados em gestação coletiva que trarão frutos a serem colhidos em partilha. Apenas quando o diálogo abranger um engajamento público e plural é que poderemos intentar produzir novos mundos, reais, possíveis e cabíveis a todas as arqueologias construtivas. Conscientes de que a liberdade é uma luta em contínuo (Davis, 2018), celebramos mais essa pegada no caminho, conscientes da necessidade de alimentação da energia motora para seguirmos marcha adiante, contando com cada vez mais partícipes em disposição nas andanças pelas encruzilhadas do conhecimento (PASSOS; CARVALHO, 2024, P. 3/4/5/6)

Ter um dossiê intitulado “Arqueologias Negras” dentro da Revista da SAB atua como uma inflexão nas divulgações científicas da arqueologia, constituindo um “registro documental em um compêndio da presença dos trabalhos de pessoas negras e afrodiáspóricas no campo da arqueologia do Brasil” (PASSOS; CARVALHO, 2024, p. 3), sendo um reconhecimento material da contribuição desta parcela da população para a ciência (PASSOS; CARVALHO, 2024, p. 4).

Muito salutar a nota editorial convocar os arqueólogos e as arqueólogas para “se engajar com as políticas de ação em defesa da sobrevivência material e epistêmica de grupos socialmente marginalizados dentro e fora da ciência, e em especial na arqueologia brasileira” (PASSOS; CARVALHO, 2024, P. 6), pois esse posicionamento demonstra que é necessário romper com os silêncios epistêmicos e defender a existência (e sobrevivência) das multiplicidades de produções culturais e sociais de grupos que não somente a sociedade, mas as ciências e os corpos institucionais insistem em marginalizar.

Abaixo apresenta-se a análise do terceiro e último artigo que trata da temática das religiões de mat(r)iz africanas publicado na Revista da SAB.

Figura 14 - Métrica de downloads do Artigo “A importância da materialidade e dos fazeres na composição dos Barquinhos de Iemanjá no Rio Grande do Sul”.

Downloads



Fonte: Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Disponível: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1151> . Acesso em 06 de março de 2024.

Este é o único artigo que é possível definir o ano em que os downloads foram feitos, porque é o único que fora publicado em 2024, mais precisamente em janeiro, verifica-se que o mês de fevereiro o artigo foi bastante acessado, superando os dois artigos anteriores publicados na Revista da SAB sobre a temática das religiões afro-brasileiras, pois foram mais de 45 downloads.

O artigo é de autoria de Dandara Rodrigues Dorneles, doutoranda e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS). Linha de pesquisa: Estudos Culturais em Educação. Possui graduação em Ciências Biológicas pela UFRGS e é servidora no Instituto de Biociências - UFRGS. É cofundadora de Atinúkê - Pensamento de Mulheres Negras e membra do Grupo de Trabalho de Mulheres Negras na Liga das Mulheres pelo Oceano. Também é membra do Grupo de Estudos Afro (GEAfro) do Núcleo de Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e Indígenas da UFRGS (NEABI-UFRGS). É organizadora e autora do livro Reafirmando direitos: cotas, trajetórias e epistemologias negras e quilombolas na Pós-Graduação. Possui pesquisa, experiência e atuação principalmente nos seguintes campos: Educação e Relações Socioambientais de Povos e Comunidades Tradicionais e Periféricas; Racismo Ambiental; Educação e(m) terreiros; Educação e ambiente marinho e costeiro; Relações Raciais e Educação em Ciências da Natureza (Ciências e Biologia, com

ênfase no ensino das culturas e histórias africanas e afro-brasileiras); Diálogos entre raça, gênero e ciências; e Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades⁴⁴.

Primeira informação que chama atenção é que a autora não é arqueóloga, mas tem uma formação na área da Biologia e pós-graduação na área da Educação, portanto, se confirma que a Revista da SAB, é aberta para publicações de pesquisadores de outras áreas e que o referido dossiê é um compilado de produções articulados em várias áreas.

Sobre o artigo, tem-se, primeiramente o resumo:

O artigo versa sobre o conjunto de materialidades e fazeres presentes em preparos ritualísticos dentro de um terreiro do Rio Grande do Sul. O objetivo é discutir sobre a importância dos diversos elementos envolvidos na constituição dos Barquinhos de lemanjá no Centro Africano Ogum e Iansã. A pesquisa de campo, seguindo os princípios da etnografia, é a estratégia de investigação adotada para este estudo. Como resultado, o fazer dos Barquinhos de lemanjá, com as materialidades que os portam, propiciam uma série de associações e encadeamentos que fazem vida e, do mesmo modo, presenciam lemanjá. Portanto, práticas rituais dotadas de materialidade, como as oferendas, implicam na composição e na recomposição de lugares, modos de existência e conhecimentos, possibilitando diálogos com estudos arqueológicos.

Palavras-chave: oferendas; artefatos afroreligiosos; terreiro. (DORNELES, 2024, P.82)

A autora no resumo faz questão de fazer uma defesa em favor da materialidade nos preparos ritualísticos dentro do terreiro que ela investiga, bem como articula essa concepção para além do aspecto físico, mas da sua dimensão relacional.

Na introdução a autora segue pontuando que o “objeto” de pesquisa que ela apresenta é possível de entrar no “diálogo com os estudos arqueológicos” (DORNELES, 2024, P.82).

O terreiro enquanto espaço constitutivo da religiosidade afri-brasileira, composto por materiais e fazeres que compõem um ritual, tona-se foco da discussão do artigo.

No terreiro, os artefatos afroreligiosos (estatuetas, fios de conta, peças cerâmicas), por meio das suas características e preparos, atualizam energias e proporcionam feitos. Além disso, os elementos que tais artefatos possuem, aquilo que significam e produzem por meio de fazeres específicos, revelam a importância da materialidade para o agenciamento entre as mais distintas entidades, pessoas e coisas no mundo dos terreiros. Desse modo, práticas rituais dotadas de materialidade, como “oferendas”, homenagens e excursões a locais sagrados, implicam na composição e na

⁴⁴ Informações obtidas na Plataforma Lattes Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Dandara Rodrigues Dorneles) (cnpq.br) Acesso em 06/03/2024.

recomposição de lugares e paisagens, possibilitando, no âmbito deste artigo, a transversalização de conhecimentos e diálogos com a Arqueologia. Nessa direção, o terreiro, pela própria forma como se constitui, é um espaço que engendra diversidade cultural e existencial, e que não tende à disciplinaridade dos conhecimentos nem à fragmentação da vida, do mesmo modo que não separa nem hierarquiza saberes e experiências (Machado, 2017; Sodré, 2019).

Assim, o terreiro é um território étnico-cultural com um sistema de organização complexo do cosmo, onde ferramentas de santos, oferendas e comidas não representam os orixás, caboclos ou entidades, não dizem do que ela são, mas fazem as entidades acontecerem (DORNELES; ANJOS, 2021; DORNELES, SANTOS, 2020 e MARQUES, 2008).

[...] Neste artigo, partimos do pressuposto de que no mundo dos terreiros — patrimônios afro-brasileiros — os fazeres e materialidades mobilizadas por um modo afro de existência e resistência desestabilizam conhecimentos tomados como verdadeiros, certos ou melhores e, assim, reverberam insubordinação, questionando a pretensa soberania de perspectivas ocidentalizadas e colonizadoras. Nesse sentido, uma vez que os terreiros produzem outras histórias, significados e pensamentos, e que desde o Sul do país, como espaço geográfico e lugar de enunciação, também reverbera a potência das vivências de sujeitas e sujeitos negras e negros, dinamizamos a seguinte indagação: qual é a importância da materialidade para a consagração de entidades dentro de um terreiro? De forma mais específica, qual é a importância da materialidade e do fazer ritualístico de “oferendas” à lemanjá no Rio Grande do Sul/RS? Assim, o objetivo do presente artigo é discutir a importância dos fazeres e das materialidades por meio do preparo dos Barquinhos de lemanjá em um terreiro do Rio Grande do Sul, Brasil. (DORNELES, 2021, p. 84-85).

Como se pode perceber, Dorneles (2021) enfatiza que os elementos que ela apresenta dentro da ritualísticas do terreiro estudado, são artefatos, que certamente, revelam-se sua materialidade, mas sobretudo demonstram significados e evidenciam agências, um conceito extremamente importante quando se trata de trabalhos sobre expressões socioculturais de povos afrodiáspóricos. Os questionamentos que a autora coloca no final da introdução são bem provadores e relevantes, pois não somente instiga a necessidade do reconhecimento por parte da Arqueologia das materialidades presentes em terreiros afroreligiosos, como motiva a refletir para além desse aspecto, de orientar a visão dos (as) pesquisadores (as) em perceber a importância dos saberes e fazeres, das lógicas de significação.

A autora conclui o texto da seguinte maneira:

É neste sentido que fazer Barquinhos de lemanjá, assim como outro preparo e composição afro-religiosa, é fazer vida — fazer vida doce e

repleta com a dona dos pensamentos. É nesse sentido que a religiosidade afro-brasileira perpassa a ideia de religião e compreende certo modo de ser e estar no mundo. É desse modo, inclusive, que argumentamos que as práticas rituais dotadas de materialidade, como as “oferendas”, as homenagens e as excursões a locais sagrados, implicam na composição e na recomposição de lugares e paisagens, pois se trata de um modo de existência milenar que se relaciona com a concretude das coisas a partir de outra perspectiva, que não as ocidentalizadas e colonizadoras. Entendemos, assim, que escrever acerca de “oferendas” como os Barquinhos passa pela tentativa ético-política de questionar alguns dos discursos hegemônicos contrários a esses rituais. Do mesmo modo, é também uma forma de fazer ecoar os ensinamentos e as vivências de pessoas negras, bem como daquelas atravessadas pela orixalidade e pela ancestralidade negra, tantas vezes acometidas por distintas formas de discriminação, sobretudo no Sul do Brasil. Escrever acerca dos Barquinhos de lemanjá é igualmente estar perante um mundo de particularidades e multiplicidades: um mundo povoado por entidades, pessoas e materialidades que proporcionam às disciplinas, como a Arqueologia com suas formas de ver o passado, diálogos com pessoas do presente de diferentes grupos sociais e culturais. Portanto, consideramos que os Barquinhos de lemanjá, as materialidades presentes nos terreiros e os artefatos afroreligiosos mantêm, de forma resistente e persistente, na memória social do Rio Grande do Sul, parte daquilo que compõe os terreiros como patrimônios afro-brasileiros. Desse modo, possibilitam não apenas o entendimento de que essas materialidades fazem parte da história e da identidade afro-religiosa no Rio Grande do Sul, mas que também permanecem duradouras em memórias coletivas, preservando e dando continuidade a um modo de existência. (DORNELES, 2021, p. 95-96).

Uma defesa do seu tema de pesquisa com um posicionamento muito bem definido, o de reconhecer nas materialidades dos terreiros, formas de preservação de histórias, memórias, lutas e identidades coletivas.

O contexto da publicação do terceiro artigo sobre a temática das religiões afro-brasileiras na Revista da SAB é do aniversário de 20 anos da lei nº10.639, visto que a produção fora submetida para a publicação em 2023, o referido dispositivo legislativo Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Esta legislação é um marco na luta dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros e, em 2023, muitas atividades acadêmicas, políticas e culturais foram realizadas para se fazer um balanço sobre o que se foi feito durante esses vinte anos, se a Lei de fato é cumprida e em que termos.

Sobre o aniversário de vinte anos da Lei 10.639/03, o Ministério da Educação-MEC publicou no site oficial do Governo Federal a seguinte nota:

Em 09 de janeiro de 2003, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.639. Essa lei é considerada um marco na educação brasileira,

pois ela tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, além de colocar o Dia da Consciência Negra como data prevista no calendário escolar. A lei, que completa 20 anos em 2023, representa a culminância dos esforços do Movimento Negro na efetivação de uma política educacional que considerasse a participação dos povos negros na formação histórica e cultural de nosso país.

Segundo a profa. Dra. Flávia Rocha, Coordenadora do Núcleo de Estudo Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre, os 20 anos da lei nº 10.639/2003 representam para a educação brasileira o princípio de marcos legais que criaram a política educacional de promoção de igualdade racial no Brasil, dando início a um sistema educacional voltado ao reconhecimento e à valorização da diversidade de identidades, histórias e culturas da população negra brasileira e de seus ancestrais. Para ela, “A Lei 10.639 veio romper com a “história única”, recontar fatos, ressignificar conteúdos, termos e conceitos além de inserir na história do Brasil, de forma positiva, a história de quem predominou na construção do país que temos hoje: a população negra”.

O Ministério da Educação, as universidades e outras entidades parceiras firmaram um compromisso com a adequação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incorporar a história e cultura africana e afro-brasileira. Tais ações envolveram a publicação de livros didáticos cujo o negro aparecesse como protagonista; a publicação de obras literárias para todos os níveis de ensino que apresentassem as pessoas negras, suas histórias e culturas em uma perspectiva positiva; a formação de professores e profissionais da educação para atuar numa perspectiva de ensino da história e cultura africana e afro-brasileira; a promoção de programas que valorizassem a produção e o conhecimento acadêmico dos estudantes negros; a publicação de diretrizes educacionais para orientar as escolas.

Muitas foram as ações desenvolvidas ao longo dos últimos anos, mas muitos ainda são os desafios para que seja possível alcançar uma sociedade equânime. Para a Profa. Dra. Gladis Kaercher, professora titular da UFRGS, ainda são fundamentais essas políticas que propiciaram qualificação na formação continuada de professores no país inteiro. “Eu pude fazer parte dessa qualificação, coordenando o UNIAFRO, no qual fazia parte de políticas de promoção de igualdade racial nas escolas aqui na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesse projeto, criamos o primeiro material didático gráfico plástico para as educações étnico-raciais, o giz de cera cores de pele”. (Publicado no site do Ministério da Educação www.gov.br em 09/01/2023/ e Atualizado em 27/07/2023. Acesso em 10/03/2024).

Nesta nota, pode observar que o MEC não apenas afirma os desafios para o cumprimento da Lei e as ações que foram feitas durante os 20 anos da sua existência, mas chama atenção para o compromisso firmado entre o MEC, as universidades e outras entidades parceiras de desenvolver ações voltadas para a promoção da História e da Cultura Afro-Brasileira em diversos âmbitos, entre eles, as produções acadêmicas de negros/as mas também acerca deles/as, ou seja, produções que tratem de temáticas das experiências afrodiaspóricas.

Não por acaso, O GT “Cultura Material da África e suas Diásporas” da SAB, tem uma de suas linhas dedicadas à “Cultura Material e ensino (a aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008)”, pode-se então inferir que esse GT se configura como

um exemplo de ações comprometidas entre o MEC, as universidades e entidades parceiras para a efetivação da referida Lei.

Também no ano de 2023, tem-se a aprovação do DECRETO Nº 11.446, DE 21 DE MARÇO DE 2023, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, no âmbito do Ministério da Igualdade Racial, com a finalidade de apresentar proposta para o desenvolvimento de Programa de Enfrentamento do Racismo Religioso e Redução da Violência e Discriminação contra Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil.

Tratando ainda do contexto da submissão e publicação do terceiro artigo, um aspecto importante também notado diz respeito ao espaço geográfico da pesquisa apresentada, portanto, Rio Grande do Sul.

[...] estatisticamente se comprova que o maior número de adeptos às religiões de matriz africana está concentrado no sul do país. Dados do IBGE de 2010 apontam que 'O Rio Grande do Sul tem a maior proporção nacional de adeptos da umbanda e do candomblé – 1,47%, quase cinco vezes o percentual da Bahia. Estão em terra gaúcha as 14 cidades com mais seguidores dessas religiões, a começar por Cidreira [...]'. (RIBEIRO, 2020, p.83).

Além desse dado do IBGE apontado pela autora, tem também outro fator relevante ao contexto do lócus da pesquisa do terceiro artigo publicado na Revista da SAB sobre a temática das religiões afro-brasileiras, que é a existência de um Conselho do Povo de Terreiro no Estado do Rio Grande do Sul, desde 2014, com a publicação do Decreto nº 51.587 de 18 de junho de 2014 que tem a finalidade de promover ações, desenvolver estudo, promoção de medidas e realização de políticas públicas destinadas as comunidades do povo de terreiro do estado, com o objetivo de instrumentalizar uma reparação civilizatória, buscando a equidade econômica, cultural e política para a eliminação das discriminações:

[...] Parágrafo único. Considera-se Povo de Terreiro o conjunto de mulheres e de homens vivenciadores de matriz africana e Afro-Umbandistas, que foram submetidos, compulsoriamente, ao processo de desterritorialização, bem como de desenraizamento material e simbólico, civilizatoriamente falando, de várias partes do continente africano, cuja visão de mundo não maniqueísta e/ou dicotomizada e por conta do rigor teórico da oralidade, ressignificaram, na dispersão pela Américas, sua cosmovisão de forma amalgamada devido aos elementos culturais invariantes, onde operaram, portanto, um “ativo interculturalismo” que se (re) territorializou geotopograficamente, sob os fundamentos da xenofilia em que se consubstanciou toda uma dinâmica intercultural e transcultural, e que assim o é no Estado do Rio Grande do Sul, como em todo o Brasil. (DECRETO Nº 51.587, DE 18 DE JUNHO DE 2014.).

Segundo Cunha (2020), O Conselho do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul -CPTERS foi construído num processo histórico de tentativas intermitentes de inclusão e de luta antirracista e contra a intolerância e racismo religioso vividos pelo povo de terreiro, em especial no Rio Grande do Sul.

Foi também no ano de 2023, que foi criado o DECRETO Nº 11.446, DE 21 DE MARÇO DE 2023, que institui Grupo de Trabalho Interministerial, no âmbito do Ministério da Igualdade Racial, com a finalidade de apresentar proposta para o desenvolvimento de Programa de Enfrentamento do Racismo Religioso e Redução da Violência e Discriminação contra Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil.

[...] Art. 2º Ao Grupo de Trabalho Interministerial compete[...]IV - apresentar proposta de Programa de Enfrentamento do Racismo Religioso e Redução da Violência e Discriminação contra Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil.

§ 1º A proposta de que trata o inciso IV do caput compilará e sugerirá medidas que visem:

I - prevenir episódios de racismo religioso;

II - reduzir a violência e a discriminação contra povos e comunidades tradicionais de matriz africana, incluídos povos de terreiros;

III - acolher as vítimas de preconceito religioso e violência motivada por racismo religioso;

IV - demonstrar o debate e as iniciativas na luta por justiça e por reparação em relação às consequências do racismo religioso no País, como medidas em matéria de restituição, reabilitação, compensação, satisfação, garantias de não repetição e dever de investigar as violações de direitos humanos, entre outras; e

V - recomendar boas práticas destinadas à garantia do direito do livre exercício dos cultos religiosos e à proteção dos locais de culto e de suas liturgias. (BRASIL, DECRETO Nº 11.446, DE 21 DE MARÇO DE 2023).

O supracitado artigo, como citado anteriormente, fora submetido em julho de 2023, poucos meses após a aprovação deste Decreto, como a autora enfatizou ao longo do seu texto, as pesquisas nos terreiros afroreligiosos constituem uma forma de reconhecer a importância das culturas dos povos afrodiáspóricos e alinha-se a eles na luta pela preservação de seus territórios, de suas práticas e de suas formas de cultivar o sagrado, enquanto patrimônios que se alinham ao título do dossiê do volume 37 da Revista da SAB “nossas lutas, nossas histórias”.

Com a análise das produções das temáticas das religiões afrodiáspóricas na Revista da SAB, um dado relevante que também não pode passar despercebido é o fato de existir uma concentração de pesquisas na área da Arqueologia apenas sobre o Candomblé, deixando ainda mais invisível outras religiosidades, como as que foram

citadas nesta dissertação. Verifica-se de um lado, a ciência arqueológica operando com um racismo epistêmico em um processo de invisibilização das produções materiais dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil e, do outro lado, a tentativa de alguns pesquisadores e algumas pesquisadoras de romper com essa lacuna historiográfica fazendo e divulgando pesquisas apenas sobre o Candomblé, o que em certa medida é muito relevante ao menos para romper com o silenciamento, mas é também emblemático, pois mantém uma total invisibilidade sobre outras formas de cultuar o sagrado de povos afrodiaspóricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS- FINALIZANDO O QUE AINDA PRECISA COMEÇAR...

A utilização de propostas a partir da Arqueologia do presente, Arqueologia da escravidão, da Arqueologia Histórica, da Arqueologia Afrodiaspórica, Arqueologia da religião e Arqueologia Simétrica nos auxilia a compreender como se forma o registro das culturas materiais em terreiros de religiões afro-brasileiras, bem como possibilitam a ampliação do conceito de materialidade e diversificação nas temáticas e nas abordagens arqueológicas, rompendo, assim, com a invisibilidade das pesquisas de temáticas das religiões afro-brasileiras e fomentando debates importante para a arqueologia, notadamente, o compromisso da ciência e dos cientistas com a luta antirracista e com o reconhecimento de experiências outras, para além das produções colonialistas e com as amarras conceituais de uma Arqueologia comprometida apenas em perceber a lógica do escravismo nas experiências afrodiaspóricas.

Através da perspectiva de Schiffer (1972), analisando contextos arqueológicos sistêmicos, os objetos elaborados e usados nos rituais do candomblé, umbanda, Terecô, quimbanda, entre outros cultos afros, ao longo do tempo, pode ser reinseridos no sistema sociocultural, não como objetos descartados, mas como objetos do próprio culto, mantendo uma função idêntica à anterior ao evento de descarte ritual. Portanto, constituindo material significativo para as pesquisas arqueológicas.

Portanto, na atualidade a ciência arqueológica tem muitas possibilidades de contemplar as religiões afrodiaspóricas em suas produções acadêmicas.

[...] a atualidade, uma prática arqueológica dissociada da ideia de diáspora africana e suas implicações me parece ultrapassada. Novas formas de abordagem em consonância com a descolonização do pensamento são necessárias para uma interpretação profunda e crítica da materialidade afrodescendente. (CARVALHO, 2018[...]) O número de pesquisa em arqueologia tratando do contexto da diáspora africana aumentou sensivelmente no Brasil, desde a publicação deste artigo, no qual Singleton e Souza (2009) já haviam constatado uma maior concentração em estudos realizados em comunidades remanescentes de quilombos. Porém, é amplamente conhecido que o interesse da arqueologia histórica brasileira recaía sobre o registro material ligado ao colonizador, sobretudo em termos de monumentalidade, incluindo igrejas, fazendas e fortificações, confirmando o viés elitista da disciplina. (CARVALHO, 2018, p.37-38).

A autora Patrícia Marinho Carvalho (2018) na sua tese de doutorado defende uma “Visibilidade do Negro” (CARVALHO, 2018), focando na sua pesquisa sobre

quilombos, mas trazendo para esta produção, é possível fazer algumas conexões, como por exemplo, o fato de verificar que apesar de um esforço reconhecido nas produções que tem sido feitas nos últimos anos na área da arqueologia, ainda existe uma invisibilidade sobre as formas de experiências dos negros e negras em suas produções, concorda-se ainda com a autora, quanto à afirmação que, atualmente, é ultrapassado não ter dentro da prática arqueológica as dimensões do processo afrodiaspórico. Por isso, é tão relevante as pesquisas sobre a temática das religiões de mat(raiz) africanas.

Em 2019 Pereira e Chervitarese apontam a timidez das produções acadêmicas voltadas a compreensão da materialidade em contextos religiosos afrodiaspóricos, que se mantém até hoje na produção arqueológica, como visto a partir da Revista da SAB.

A Arqueologia tem se mostrado tímida quanto aos estudos dos cultos afro-brasileiros. Em sua maioria, as pesquisas já desenvolvidas versam sobre aspectos da religiosidade de africanos e seus descendentes, em especial os processos de crioulização, na denominada Arqueologia da Escravidão e Diáspora. Contudo, inicia-se um lento processo em que estas religiosidades têm sido abordadas pela Ciência do Passado. Estes estudos, se não versam sobre o Candomblé, pelo menos indicam processos aqui indicados como Africanistas e aqui como Crioulistas sobre a cultura material. Porém, pouco ou nada tem se dado de atenção a uma Arqueologia dos Candomblés, ou seja, de seus processos internos de organização ou mesmo da formação de seu registro arqueológico. (PEREIRA; CHEVITARESE, 2019 p.114).

Portanto, essa timidez da Arqueologia em reconhecer a potência da temática das religiões de mat(ra)iz africanas deve ser superada. Os programas de Pós-graduação na área arqueológicas devem fomentar pesquisas com essa temática, bem como as comunidades de divulgação de produções científicas arqueológicas devem aprofundar e diversificar seus objetos, suas fontes, suas abordagens, para abrir espaços para as materialidades, os simbolismos, as lógicas de sentido produzidos por os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil.

Enquanto objetivo geral desta dissertação que buscou refletir sobre o interesse e a visibilidade da Arqueologia pelas materialidades associadas às práticas das religiões afro-brasileiras, o trabalho cumpriu com esse objetivo, à medida que contribuiu com os debates sobre a potência da materialidade produzida dentro dos terreiros e dos ritos afro religiosos, bem como apontou que existe, ainda, uma invisibilidade da temática das religiões afro-brasileiras na área da Arqueologia. Porém

que a Sociedade de Arqueologia Brasileira tem buscado romper com essa invisibilidade, visto que já possui um GT específico sobre cultura material afrodiáspórica e, já tem produções sobre a temática publicadas no seu periódico e, mais recentemente, dedicou um dossiê inteiro sobre a Arqueologia Negra, abrindo assim um espaço muito importante para a divulgação de pesquisas sobre essa temática.

A constatação que na Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira existem poucas publicações sobre esta temática é um indício de que não se trata de falta de interesse da Revista sobre a temática afrodiáspórica religiosa, mas de um sintoma que na Arqueologia ainda se está engatinhando nos estudos nesta área, convergindo para as afirmações de Harrison (2022)

Ao longo da última década, a arqueologia do passado recente e do “passado contemporâneo” desenvolveu-se pelos seus próprios meios como um subcampo discreto da arqueologia histórica mais recente e está começando a ter um impacto distintivo e significativo tanto teórica quanto metodologicamente dentro do campo da arqueologia e de outras disciplinas acadêmicas de modo mais amplo. No entanto, com algumas exceções dignas de nota, esse subcampo desenvolveu-se amplamente de modo independente da arqueologia histórica anglófona, com a qual ele pode compartilhar pelo menos fronteiras temporais, se não o potencial de fazer importantes contribuições intelectuais[...]

Demorou mais de uma década para a publicação de dois livros essenciais que se tornaram centrais para o estabelecimento da arqueologia do passado contemporâneo como uma subdisciplina no mundo anglófono: Matter, Materiality and Modern Culture, editado por Paul Graves Brown (2000b), e Archaeologies of the Contemporary Past7, editado por Victor Buchli e Gavin Lucas (2001b). Os dois volumes são parte de uma mudança significativa de orientação do foco etnoarqueológico de trabalhos mais antigos sobre arqueologia do passado contemporâneo para um foco mais específico na vida contemporânea que caracteriza esse subcampo[...]. Desde a publicação desses dois importantes volumes, a arqueologia do passado recente e contemporâneo passou por uma espécie de explosão. Foram publicados significativos volumes editados que tratam especificamente sobre o subcampo, p. ex., McAtackney et al. (2007), Holtorf & Piccini (2009), Harrison & Schofield (2009), Fortenberry & Myers (2010), Fortenberry & McAtackney (2012), May et al. (2012), González-Ruibal (2013), Olsen & Pétursdóttir (2014), e Orange (2015). Houve também a publicação de artigos dignos de nota em várias revistas, incluindo Current Anthropology, Journal of Material Culture, World Archaeology, e Archaeologies. Há ainda monografias sobre importantes projetos arqueológicos contemporâneos, p.ex. Andreassen et al. (2010), McAtackney (2014), e González-Ruibal (2014). Um passo importante ocorreu com a criação do grupo ‘Arqueologia Histórica e Contemporânea em Teoria’ (Contemporary and Historical Archaeology in Theory-CHAT), em Bristol, em 2003 (confira outras discussões em Holtorf & Piccini [2009:19]) (HARRISON, 2022, p. 85; 87; 88).

Desta forma, é importante, ao mesmo tempo reconhecer que, atualmente, podemos ver o aumento de pesquisas vinculadas ao período afrodiaspórico, de diferentes temáticas relacionadas à resistência negra no Brasil e tais trabalhos vêm a contribuir para a ciência arqueológica, tanto por romper com silenciamentos historiográficos, como também por possibilitar novas reflexões, novas perspectivas e, assim, pluralidade em temas sobre a experiência de povos afrodiaspóricos. Mas também apontar que ainda existe um longo caminho para ser percorrido pela Arqueologia Brasileira de compromisso político com a luta contra o racismo, a intolerância religiosa e com o reconhecimento da importância das experiências afrodiaspóricas para as ciências e da percepção das agências dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil.

Portanto, encerra-se esta produção com um desejo, a saber, que se tenha brevemente uma Arqueologia do Axé, das Religiões Negras, dos Candomblés, das Religiões de mat(ra)iz africanas, das Religiões afrodiaspóricas, que o racismo epistêmico na área arqueológica sobre a experiências dos povos afrodiaspóricos seja substituído por reconhecimento de suas agências, de suas potências e que, cada vez mais, trabalhos sobre essas temáticas sejam produzidos e amplamente divulgados e, sobretudo, que a Arqueologia Brasileira siga se comprometendo com a cidadania, com a justiça social e com a luta antirracista.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320 p.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas de Alcântara e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Vol. 1. Brasília: MMA, 2006.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Antropologia dos arquivos da amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8\ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, fascinais e fundos de posto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio- uso comum e conflito**. Belém: Cadernos Naea, 1998.
- ALMEIDA, A. W. B. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011. 122 p.
- ALMEIDA, F. G.; FREITAS, J. Experiências etnográficas para uma arqueologia quilombola: do alto sertão ao litoral baiano. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 317–344, 2022. DOI: 10.18224/hab.v20i2.12697. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/12697>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- AMADO, J. **Tenda dos milagres**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, M. **O turista aprendiz**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- BANDEIRA, A. M. **Aproximações entre a Etnografia Arqueológica e os Modos de Fazer na Comunidade Quilombola de Itamatatiu**. Alcântara – MA.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, M. W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BASTIDE, R. **As Religiões Africanas no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.
- BASTIDE, R. **As Religiões Africanas no Brasil – rito nagô**. Revista de Arqueologia Publica, Campinas, SP, 2018.

BASTIDE, R. Catimbó. In: BASTIDE, R. **Encantaria Brasileira, o livro dos Mestres, Caboclos e Encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004, p. 149.

BASTIDE, R. **Imagens do Nordeste místico em branco e preto**. Rio de Janeiro, 1945.

BASTOS, D. L. **O movimento indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988)**/ Danielle Bastos Lopes. – 2011.

BELLOTTI, K. K. **História das Religiões**: conceitos e debates na era contemporânea. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 55, p. 13-42, jul./dez., 2011.

BERKENBROCK, VOLNEY J. **A experiência dos orixás**: um estudo sobre a experiência religiosa no Candomblé. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

BRANDAO, T. M. P. **O escravo na formação social do Piauí**: perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 51.587, de 18 de junho de 2014**. Dispõe sobre a criação, a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 18 jun. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 11.446, de 21 de março de 2023**. Dispões sobre a Igualdade Racial, com a finalidade de apresentar proposta para o desenvolvimento de Programa de Enfrentamento do Racismo Religioso e Redução da Violência e Discriminação contra Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil. Presidência da República, Casa Civil – Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 21 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.653 de 18 de abril de 2018**. Regulamentação da profissão de arqueólogo. Presidência da República – Secretária-geral/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasil, 18 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República. DOU de 19.04.2018.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais**. 1a ed. Brasília, jan. 2013.

CAPUTO, S. G. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARNEIRO, E. **Religiões Negras/Negros Bantos – Notas de etnografia religiosa e de folclore**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pg. 96-110.

CARNEIRO, Abimael Gonçalves. **Intolerância religiosa contra as religiões afrobrasileiras: uma violência histórica.** In: IX Jornada Internacional de Política Pública, São Luís, 2019.

CARVALHO, Patrícia Marinho. **A travessia atlântica de árvores sagradas: Estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT.** São Paulo, 2012

CARVALHO, P. M. de. **Visibilidade do Negro: Arqueologia do Abandono na comunidade quilombola do Boqueirão- Vila Bela/MT.** 2018. 349 p. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CASCUDO, Luís da Câmara. In: **DEPOIMENTO: Cascudo.** Produção: Zita Bressane. São Paulo: TV Cultura, 1978.

CAVALCANTI, M. L. V. de C. **A Casa das Minas de São Luís do Maranhão e a saga de Nã Agontimé.** Sociologia & Antropologia, v. 9, n. 2, p. 387-429, 2019.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, G. E. dos S. **Mapeamento arqueológico dos sítios associados à diáspora africana no município de São Raimundo Nonato – PI.** São Raimundo Nonato – PI, 2018.

CONDURU, R. **Das casas às roças: comunidades de candomblé no Rio de Janeiro desde o fim do século XIX.** Revista Topoi, v. 11, n. 21, p. 178-203, jul.- dez. 2010.

COPPINI, Danilo Pereira. **Quimbanda: O Culto da Chama Vermelha e Preta.** Editora Via Sestra, 2014.

COSTA, D. M. **Algumas abordagens teóricas na Arqueologia Histórica brasileira.** 2013.

CRUZ, I. C. F. da. **As Religiões Afro-Brasileiras: subsídios para o estudo da angústia espiritual.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 125 – 163, 1994.

CRUZ, R. R. . **Um Panorama da Afro-Religiosidade Piauiense.** In: João Kennedy Eugênio. (Org.). **Escravidão Negra no Piauí e temas conexos.** 1ed.Teresina: EDUFPI, 2014, v. 1, p. 111-123.

CUNHA, J. **Conselho do povo de terreiro do estado do Rio Grande do Sul: protagonismo e ação política do movimento do povo de terreiro do Rio Grande do Sul.** In: HOSHINO, T. de A. P. et al. (Org.). **Direitos dos Povos de Terreiro 2.** Salvador: Editora Mente Aberta. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 30 de set. de 2020.

DIAS, J., C., T. Sincretismo...Essa Palavra Mal Dita. **Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas Identitários e Poder – UFS,** v.9, n 17, p. 224-245, 2021. ISSN 2318-3888.

DIAS, W. P. **São Raimundo Nonato, de Distrito- Freguesia a vila.** 1 ed.

DORNELES, D. R. ; SANTOS, L. H. S. . **Saberes, fazeres e educação na terreira:** ensinamentos durante o preparo dos Barquinhos de lemanjá. *Educação e Cultura Contemporânea* , v. 17, p. 513-532, 2020.

DORNELES, D. R. ; ANJOS, J. C. G. . Oferendas? Preparos e composições afro-religiosas em dois mundos. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** (Online) , v. 20, p. 130-141, 2021.

DORNELES, D. R. A importância da materialidade e dos fazeres na composição dos Barquinhos de lemanjá no Rio Grande do Sul. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 82–97, 2024. DOI: 10.24885/sab.v37i1.1151. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1151>. Acesso em: 8 jun. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/>. Acesso em: 11 fr junho de 2024.

EUGENIO, J., K. **Escravidão Negra no Piauí e temas.** Teresina: EDUFPI, 2014. 369p. ISBN 978-85-7463-770-9.

EUGÊNIO, R. W. **A bênção aos mais velhos:** poder e senioridade nos terreiros de candomblé. 2012. 92 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FARIA, A., T., D., P. de. **Comunidade quilombola de Lagoa.** Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

FARIA, B. V. de. **Era no tempo do coronel...”Eu não concordo muito com isso não!”:** arqueologia pública e interpretações colaborativas sobre a “Fazenda São Victor”, Piauí / Bruno Vitor de Farias Vieira; orientador Paulo Jobim de Campos Mello, co-orientador Leandro Domingues Duran. – Laranjeiras, 2017. 192 f.; il.

FERRETTI, M. **Encantaria de “Barba Soeira”:** Codó, capital da magia negra? São Paulo: Siciliano, 2001.

FERRETTI, S. E. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-197.

FERRETTI, S. F. Sincretismo e religião na festa do Divino. **Revista Anthropologicas**, ano 11, v. 18, n. 2, p. 105-122, 2007.

FILHO, O. F. de M. **Discriminação e Preconceitos Contra as Religiões de Matizes Culturais Africanas, Estudos da Situação Cultural.** Universidade Metropolitana de Santos. Núcleo de Educação a Distância. Faculdade de Educação e Ciências Humanas. Curso de História. Santos, 2017.

FLOR DO NASCIMENTO, W. Olhares sobre os Candomblés na encruzilhada. **Revista Calundu**, v. 1, p. 21-36, 2017.

FONSECA, D. R. da. **As raízes do sincretismo religioso afro-brasileiro**. Revista Eletrônica Língua Viva, Guajara-Mirim - RO, v. 2, n. 1, p. 96-136, jul./dez. 2012. ISSN: 2237-9800.

FRANCA, J. V. de. **O Piauí Colonial: O Piauí de Esperança Garcia, para além das aparências históricas: colônia, sofrimento e escravidão**. Edital Ministério da Cultura. Universidade Federal de Pernambuco. 2013.

FRANCO, G. P. **As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência**. Sacrilegens, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 30-46, jan-jun / 2021.

FUNARI, P. P. A. . Memoria Histórica e Cultura Material. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n.25, p. 17-31, 1993.

FUNARI, P. P. A. . Contribuições da Arqueologia para a interpretação do Quilombo dos Palmares. Fronteiras: **Revista de História** , Campo Grande, MS, v. 3, n.6/1999, p. 79-90, 2001.

FUNARI, P. P. A. **Repensando o Mundo Antigo**. Jean-Pierre Vernant, Pedro Paulo Funari, Richard Hingley, TD 47 Segunda edição revista e ampliada. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

FUNARI, P. P. A. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2130>. Acesso em: 06 mar. 2024.

FUNARI, P. P. A. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Revista Ciência e Cultura**, p. 23-25, 2013.

GAIA, R. da S. P. **Candomblé no Brasil: Resistência Negra na Diáspora Africana**. 1. ed. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2020. 108p.

GIL, A. C. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: UCAM, 2001.

GIMENES, Carlos Eduardo Reinaldo. **A importância do Patrimônio Cultural Imaterial na Avaliação de Impacto Ambiental**. Universidade de São Paulo. Escola Politécnica. Programa de Educação Continuada em Engenharia. MBA/USP – Gestão e Tecnologias Ambientais. 1o ciclo/2011. São Paulo, 2011.

GNECCO, C. **Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, [s. v], [s. n.], p. 15-26, 2009.

GOLDMAN, Marcio. “**Candomblé**”. In: LANDIN, L. (Org.). Sinais dos Tempos: Diversidade Religiosa no Brasil. Rio de Janeiro: ISER.1990, p. 123-129.

GONCALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GONZALEZ RUIBAL, A. de. **La Etnoarqueología a la Arqueología del presente.** In: SALAZAR, J. et al. (Coord). **Mundos Tribales: una vision etnoarqueologica.** Museu de Prehistoria de Valencia, 2008, p. 16-27.

GONZALEZ-RUIBAL, A. **Hacia otra arqueología: diez propuestas.** Complutum, v. 23, n. 2, p. 103-116, 2012.

GONZALEZ-RUIBAL, A. **Arqueologia Simetrica.** Un giro teorico sin revolucion paradigmatica. Complutum, v. 18, p. 283-319, 2007.

GONZALEZ-RUIBAL, A. **Etnoarqueología, arqueologia etnográfica y cultura material.** Complutum, v. 28, n. 2, p. 267-283, 2017.

GONZALEZ-RUIBAL, A. **Uma arqueologia da era contemporânea.** Londres: Routledge, 2019.

GROSGOUEL, R. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial.** Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

GUIMARÃES, C. M. . **O Quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia.** In: I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra, 1990, Porto Alegre -RS. I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra. Porto Alegre, 1990. v. 1. p. 161-174.

HAMILAKIS, Y. **Archaeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archaeology and anthropology.** Annual Review of Anthropology, v. 40, p. 399– 414, 2011.

HARRISON, R. **Arqueologias de futuros e presentes emergentes.** Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica, v. 12, n. 2, p. 83–104, 2022).

HEYWOOD, L. M. **Diáspora Negra no Brasil.** 2. ed. São Paulo, 2019.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade/bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla.** – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INGOLD, T. **The temporality of landscape.** World Archaeology, v. 25, p. 152-174, 1993.

INGOLD, T. **Da transmissão de representações à educação da atenção.** Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

Inventário nacional de referências culturais : manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual do INRC.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf). Acesso em: 11 de junho de 2024.

IPHAN. **Sítio arqueológico Cais do Valongo proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial.** 2016.

JARDIM, T. **Umbanda**: História, cultura e resistência. 2017. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) –Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. N. M. dos. **Arqueologia do trabalho imaterial**: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 106–115, 2008. DOI: 10.5007/1518-2924.2008v13nesp1p106. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13nesp1p106>. Acesso em: 9 mar. 2024.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. 1 ed. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012. 399 p.

LAW, J. Notes on the **Theory of the Actor-Network**: Ordering, Strategy and Heterogeneity". *Systems Practice*, n.5, p. 379-393, 1992.

LESSA, Andrea; TAVARES, Reinaldo Bernardes; CARVALHO-RODRIGUES, Claudia. **Paisagem, Morte e Controle Social**: o Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos no contexto escravocrata do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. *Revista Paisagens Híbridas*, v. 1, n. 1, p. 132-1

LIMA, M.A.D.S; ALMEIDA, M.C.P.; LIMA, C.C. **A utilização da observação participante e da entrevista semiestruturada na pesquisa de enfermagem**. 1999.

LIMA, T. A. **Os marcos teóricos da arqueologia histórica e suas possibilidades e limites**. *Estudos Ibero americanos*, v. 2, n.2, p. 7-23, 2002.

LIMA, T. de A. Arqueologia como ação sociopolítica: O caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 7, n. 1, jan – jun 2013. ISSN 1981-5875.

Lody, Raul. **Cultura Material Dos Xangôs E Candomblés**: Em Torno Da Etnografia Religiosa. FUNARTE, Instituto nacional do Folclore, 1987.

MACHADO, V. **Pele da cor da noite**. 2. ed. Salvador: EdUFBA, 2017

MAESTRI, M. **Silêncio, Marginalização, Superação e Restauração**: O Cativo Negro na Historiografia Brasileira. *In*: EUGENIO, J. K. (Org). *Escravidão Negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: Edufpi, 2014. p. 7-52.

MANZINI, E. J. **Entrevista Semiestruturada**: Análise de Objetivos e de Roteiros. Programa de Pós-graduação em Educação, Unesp, Marília, 2012.

MARQUES, N. L. V. **Casa de Mãe Eugêncina**: Arqueologia em uma casa de Santo na Cidade de São Raimundo Nonato – PI. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia 3e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, 2019.

MATOS, S. de O.; RODRIGUES, M. S. **Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território Quilombo Lagoas**. Associação de Trabalhadores Rurais do Povoado Lagoa das Emas, Comunidade Emas. São Raimundo Nonato, 2010.

MAURÍCIO, George. **O candomblé bem explicado**: Nações Bantu, Iorubá e Fon. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

MAY, T. **Pesquisa social**: Questões, métodos e processos. Porto Alegre, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Versão 2.8.2-294. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 de junho de 2024.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, M. R. de. **Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e as Nações do Candomblé**. Disponível em: religioepoder.org.br. Acesso em: 09 mar. 2024.

MORTARI, C. **Introdução aos Estudos Africanos e da Diáspora**. 1. ed. Florianópolis: DIOESC:UDESC, 2015, 207 p.

MOTT, L. Dedo de anjo e osso de defunto: Os restos mortais na feitiçaria luso-brasileira. **Revista USP**, São Paulo, v. 31, p. 112-119, set-nov 1996.

MOTT, L. Acotundá – Raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro. **Revista Escravidão** – homossexualidade e demonologia. São Paulo: Ícone, p. 87-114, 1988.

MOTT, L. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: APL FUNDAC, DETRAN, 2010.

MOURA, C. **Brasil**: raízes do protesto negro. São Paulo: Global Editora. Coleção Passado & Presente, 1983.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo é História, 1981.

MOURA, C. **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: Ed. Edfal, 2001.

MOURA, C. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 5 ed. Teresina: EdUESPI, 2021.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **A produção cultural e artística dos negros no Brasil**: religiosidade negra, resistência político-cultural. In: MUNANGA, K.; GOMES, N. L. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Editora Global, 2006. p. 139-151.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância panafricanista. Petrópolis: Vozes, 1980

NASCIMENTO, A. **Tradição, Tradução, Hibridismo e Resistência da Identidade Afro-Brasileira na Literatura Amadina**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Centro de Ciências Humanas e Naturais – Programa de Pós-graduação em Letras, Vitória, 2016.

NASCIMENTO, A. A. S. “**Candomblé e Umbanda**: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil”. *RBSE*, v. 9, n. 27, p. 923-944, dez. 2010. ISSN 1676-8965.

NASCIMENTO, B. **Kilombo e memória comunitária**: um estudo de caso. In: RATTTS, A. (Org.). *Eu sou atlântica*: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Instituto Kuanza, 2006a, p. 109-115.

NASCIMENTO, B. Por uma história do homem negro. In: RATTTS, A. (Org.). **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Instituto Kuanza, 2006c, p. 93-97.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTTS, A. (Org.). **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Instituto Kuanza, 2006b, p. 117-125.

NASCIMENTO, W. F. do. **Sobre os candomblés como modo de vida**: imagens filosóficas entre Áfricas e Brasis. *Ensaio Filosóficos*, v. 13, p.153-170, 2016.

NEUBAUER, Fernanda; SCHAEFER, Michael J. The feminist critique: incorporating gender, childhood and identity in archaeological research. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 145–161, 2017. DOI:10.24885/sab.v20i2.549. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/549>. Acesso em: 11 jun. 2024.

NEGREIROS, R. M. B. de. **As trilhas da morte no Sertão das Pimenteiras – PI (1769- 1815)**: Caracterização e reconhecimento arqueológico de um território. 2012.

NEUMANN, M. A. **Por uma arqueologia simétrica**. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, jan/dez 2008.

NOGUEIRA, L. C. **Superando o sincretismo**: por uma história das religiões afro-brasileiras à luz dos conceitos pós-coloniais. *Elisée, Rev. Geo. UEG – Goiás*, v.10, n.2, e102219, jul./dez. 2021.

NOGUEIRA, S. B. **Entrevista** [21 de agosto de 2018]. Campina Grande: TV Itacare. 2018. Programa Ideia Livre. Disponível em: <http://bit.ly/2Tnl9Gx>.

NOVAES, L. de C. N. Arqueología de axé: una etnografía del encanto de la arqueología. **Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana**, v. 14, p. 91, 2021.

NOVAES, L. de C. N. Arqueologia do axé: o exu submerso e a paisagem sagrada. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 16, n. 1, jan/jun 2022.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificación de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, A. S. de N.; ASSIS, N. P. D. de. **Colonização da região sudeste do Piauí**. In: OLIVEIRA, A. S. de N.; ASSIS, N. P. D.; GALVAO NETO, A. A. (Org.). **Sentidos do Patrimônio: Serra da Capivara e Sao Vitor, Teresina-PI: IPHAN**, 2017.

OLIVEIRA, E. **Epistemologia da Ancestralidade. Entrelugares**: revista de socio poética e abordagens afins, v. 1, p. 1-10, 2009.

OLIVEIRA, J. E. **Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da Terra Indígena Sucuri'y**. Revista de Arqueologia, São Paulo, v. 19, p. 29-50, 2006.

OLIVEIRA, J. E. **Sistema de Assentamento e Processo de Territorialização entre os Terena da Terra Indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil**. Revista Habitus, Goiania, v. 9, n.1, p.169-199, 2011.

OLIVEN, R. G. **A antropologia de grupos urbanos**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLSEN, B.; WITMORE, C. **Archaeology, symmetry, and the ontology of things: A response to critics**. Archaeological Dialogues, v. 22, p.187-97, 2015.

OLSEN, B. **Genealogías de la asimetría: por qué nos hemos olvidado de las cosa**. Complutum, v. 18, p. 283-319, 2007.

ORSER; C. E; FUNARI, P. P. A. **Pesquisa arqueológica inicial em palmares**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. 18, n. 2, p. 53-69, 1992.

ORSER JÚNIOR, C. The archaeology of the African diaspora. **Annual Review of Anthropology**, (27): p. 63-82, 1998.

ORTIZ, R. **Cultura e modernidade: a França no século XIX**. São Paulo, Brasiliense.1991

PASSOS, Lara de Paula; CARVALHO, Patrícia Marinho de. Reconhecendo vestígios de uma arqueologia negra coletivamente atuante no Brasil. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 3–7, 2024. DOI: 10.24885/sab.v37i1.1199. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1199>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PARES, L. N. **A Formação do Candomblé: História e Ritual da Nação Jeje na Bahia**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PARES, L. N. **A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

PARES, L. N. A religiosidade que veio da África: construções, conceitos e resistências. Temporalidades – **Revista de História**, ed. 22, v. 8, n. 3, set/dez, 2016.

PEREIRA, J. de J. Africanidades nos subterrâneos da formação do Novo Mundo. *In*: SOUZA FILHO, B (Org.). **Entre dois Mundos, escravidão e a diáspora africana**. São Luís: EDUFMA, 2013.

PEREIRA, L. de J. Diversidade Cultural: Candomblé, a diversidade de religião na cidade Carinhanha. *In*: PEREIRA, L. de J. **Religião e Escola: O trabalho docente e discente do Colégio Estadual Coronel Joao Duque**. Brasília, 2015. 97 f.: il.

PEREIRA, R. Análise do espaço e da cultura material no extinto Terreiro da Goméia (Duque de Caxias/RJ): um estudo etnoarqueológico. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v. 9, n.11, p. 220-230, 2015.

PEREIRA, R. Como a arqueologia pode auxiliar na reconstituição da memória, na defesa da tolerância religiosa e nas políticas culturais. **Revista Arqueologia Publica**, Campinas, v.11, n.1, p.18. jul. 2017.

PEREIRA, R.; CHEVITARESE, A. L. **Por uma Arqueologia dos Candomblés: contribuições da ciência do passado aos estudos dos fenômenos religiosos**. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, n. 20, p. 112-136, jan./abr. 2019.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: Denise Bottmann. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Versão: 3.82.6. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em 11 de junho de 2024.

PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**. Ilustrações de Pedro Rafael. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRANDIS, R. As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais: Uma Conferência, uma Bibliografia. *IN*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO SOBRE RELIGIÃO E ETNICIDADE, 11, 2006, São Bernardo do Campo- SP. **Anais do XI Congresso latino-americano sobre religião e etnicidade [...]** São Paulo: BEB, 2007, n. 63, p. 5-287.

PROENCA, W. de L. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revista Aulas**. Dossiê Religião, n. 4, abr/jul 2007. INSS 1981 – 1225.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1991.

RABELO, M. C. M.; SANTOS, R. M B. Notas sobre o aprendizado no candomblé. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 35, p. 187-200, jan./jun. 2011.

RAMOS, A. **As culturas negras no Novo Mundo**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

RAMOS, Arthur. **O folclore negro do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da Casa do Estudante, 1954

RAO, I. K. **Métodos quantitativos em biblioteconomia e ciência da informação**. Brasília: ABDF, 1986.

REIS, Mirian Ribeiro. **Negros Feitiços! As representações das práticas mágico religiosas no periódico caxiense Cruzeiro nas décadas de 1930 e 1940**. Caxias, 2010. (Monografia apresentada ao Departamento de História e Geografia do CESC-UEMA).

RIBEIRO, J. A. **Bitá do Barão**: saberes e fazeres de práticas afro-religiosas na Tenda Espírita de Umbanda Rainha Iemanjá. In: GAIOSO, V. G.; MARTINS, C. C. (Orgs.). *Insurreição de Saberes 2: reinterpretações em movimento*. 1ed. Manaus: UEA Edições, v. 1, 2013.

RIBEIRO, J. C. A. **Cura, feitiçaria e magia em Codó-MA**: um caso de polícia, ciência e imprensa. Terra De Pretos: Revista Multidisciplinar, v. 1, n.1, p.51–71. Disponível em:
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/terradepretos/article/view/15230>

RIBEIRO, J. C. A. **De “Terra da Macumba” à “Cidade de Deus”**: as lutas de classificação, o conflito dos estereótipos e a polissemia das representações acerca da cidade de Codó-MA (1930-2000). 2020.

RIBEIRO, J. C. A. R. **O perigo de uma história única**: a “invenção” de Codó-MA como terra da macumba (1950 a 1990). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

RIBEIRO, J. C. A. **Das perseguições policiais à “moralização e sistematização das práticas e crenças religiosas”**: o lugar do feiticeiro na cultura nacional. Anais dos Simpósios da ABHR. São Luís: UFMA, v. 13, 2012.

RIBEIRO, J. C. A. **Saberes e fazeres das práticas afro-religiosas**: a representação de Codó como meca da macumba maranhense e a construção dos estigmas de Bitá do Barão de 1950 a 1990. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Caxias, 2012.

RIBEIRO, L. Cobra, cadeia e assombração: O passado outro nas narrativas garimpeiras sobre os sítios arqueológicos. In: RIVOLTA, M. C; MONTENEGRO, M.; FERREIRA, L. M. (Orgs.). **Multivocalidad y activaciones patrimoniales en arqueología**: perspectivas desde Sudamerica. Buenos Aires: Fundacion de História Natural Felix de Azara, 2015, p. 303-326.

RIBEIRO, L. Cativos do Diamante. Etnoarqueologia, garimpo e capitalismo. **Revista Espinhaço**, v. 2, p. 153-167, 2013.

RIBEIRO, R. **Cultos afrobrasileiros do Recife**: um estudo de ajustamento social. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco, Recife, 1952.

RODET, M.J., DUARTE-TALIM, D. e Fernandes, H.L.A. 2013. Experimentações da percussão sobre bigorna no cristal de quartzo. **Revista Espinhaço** . 2, 2 (dez. 2013). DOI:<https://doi.org/10.5281/zenodo.3967739>.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, [1933]. 1977

RODRIGUES, R. N. **O animismo fetichista dos negros bahianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

RODRIGUES, Igor M. Mariano; COSTA, Rodrigo Lessa; SILVA, Fabíola Andréa. Perspectivas arqueológicas e etnográficas sobre tecnologias perecíveis: uma introdução. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 3–14, 2021. DOI: 10.24885/sab.v34i3.980. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/980>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, F. A. Aula Magna: **Arqueologia como tradução do passado no presente**. *Amazônica*, v. 3, n. 2, p. 260-267, 2011.

SALLES, S. G. de. **À sombra da Jurema**: a tradição dos mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra. *Revista Antropológicas*, ano 8, v. 15, n. 1, p. 99-122, 2004

SALLES, S. G. de. **À sombra da Jurema encantada, mestres juremeiros na umbanda de Alhandra**. Recife: Ed. Universitária, 2010, p. 17-18.

SAMPAIO, R. C. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. *In*: SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. Coleção Metodologias de Pesquisa. Brasília: Enap, 2021. 155 p.

SANTOS, W., P. **História, Cultura e Intolerância acerca das Religiões de Matrizes Africanas no Brasil**. *Revista Calundu*, vol. 2, n.1, jan/jun, 2019.

Santos, A. R. **Intolerância religiosa no Brasil entre as ciências das religiões e o direito / caso da menina Kaylane** / André Rodrigues Santos. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2019.

SANTOS, M. B. dos. **O sincretismo religioso e a relevância sociocultural da literatura de Jorge Amado**. *A Cor Das Letras*, 2022, 126–140.

SANTOS, C. A. I. dos; DIAS, B. B.; SANTOS, L. C. I. dos. **II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil**. *In*: SANTOS, C. A. I. dos; DIAS, B. B.; SANTOS, L. C. I. dos. *América Latina e Caribe*. 1. ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2023.

SANTOS, W.F.; SODRÉ, L.F.; PELÚZIO, J.M.; SILVA, R.M.; SALES, V.H.G.; MELO, M.P. **Efeito de baixo e alto nitrogênio em genótipos de milho cultivado em Tocantins**. *Revista Cereus*, v.11, n.2, p.12-20, 2019.

SENE, G. M.; VIANA, S. A.; MOURA, M. C. O. De. Gênero em Arqueologia e Antropologia. **Revista Habitus** - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 1, p. 1–4, 2018.

SCHIFFER, M. B. **Archaeological context and systemic context**. *American Antiquity*, Washington DC, v. 37, p. 156-165, 1972.

SCHWARTZ, S. B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 216.

SILVA, C. R. **O sabá do sertão**: feiticeiras, demônios e jesuítas no Piauí colonial (1750-58). 2013. 222 f.

SILVA, D. G. **Arranjos de sobrevivência**: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871- 888). 2013. 113 f. Dissertação, (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História Social, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013

SILVA, E. M. da. **Religião, Diversidade e Valores Culturais**: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. Revista de Estudos da Religiao, n. 2, p. 1-14, 2004. ISSN 1677-1222.

SILVA, F. A. O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 25, n.2, p.24-42, 2012.

SILVA, F. A.; BESPALAZ, E.; STUCHI, F. F. **Arqueologia colaborativa na Amazônia**: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. *Amazônica*, Belém, v.3, n.1, p. 32-59, 2011.

SILVA, L. H. O.; Xavier, R. C. L. **Pensando a Diáspora Africana**. História, São Paulo, v. 37, 2018. ISSN 1980 – 4369.

SILVA, R. C. **Escravidão urbana no Piauí**: trabalho e condições de vida de escravizados. Parnaíba (sec. XVIII - XIX). In: XXIII Seminario de Iniciacao Cientifica UFPI, 2014, Teresina. Anais doXXIII Seminario de Iniciacao Cientifica VI Seminario em Desenvolvimento Tecnologico e Inovacao [...] Teresina, 2014.

SILVA, R. C. **A Fragmentação da escravidão no Piauí**: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca. *Voices, Preterito & Devir*, ano 5, v. 8, n. 1, 2018. ISSN: 2317-1979.

SILVA, V. L. da. **Arqueologia Pública, Memória e Valorização do Patrimônio Cultural em um Território Quilombola**: estudo de caso da Roda de São Gonçalo na comunidade Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato – PI. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Vale do Sao Francisco, Arqueologia e Preservação Patrimonial, São Raimundo Nonato, Piauí, 2017.

SILVA, V. L da; AMARAL, A de M. **Uma Festa Para o Santo de Amarante em um Quilombo do Piauí**: A Roda de São Gonçalo em Lagoa das Emas. *Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio*, v1i3. P. 22 – 37, 2018.

SINGLETON, Theresa A. **The archaeology of slavery in North America**. Annual Review of Anthropology, v. 24, 1995.

SINGLETON, Teresa. **Cultural interaction and African American identity in plantation archaeology**. In: Cusick, James (Org.). *Studies in culture contact: interaction, culture change, and archaeology*. Carbondale: Center for Archaeological Investigations. p.172-189. 1998.

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da UNIVASF/UNIVASF**. 4. ed. Petrolina, 2019. 115 f.:il.; 29 cm.

SOARES, A. M. L. **Sincretismo afro-católico no Brasil: lições de um povo em exílio**. Revista de Estudos da Religião, n. 3, p. 45-75, 2002. ISSN 1677- 1222.

SOARES, D., L., C.; LIMA., O., S. **Escravidão e Liberdade: Discursos dos Presidentes de Província e da Historiografia Contemporânea no Piauí**. Anais do XXVI Simposio Nacional de História – ANPUH [...] Sao Paulo, jul. 2011.

SOARES, P. B.; CARNEIRO, T. C. J.; Calmon, J. L.; CASTRO, L. O. da C. de O. **Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, jan./mar. 2016.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002. 184 p.

SOLARI, A., ALVES-PEREIRA, A.B., ESPINOLA, C.S., MARTIN, G., COSTA, I.P., SILVA, S.F.S.M. **Escavações arqueológicas no abrigo funerário Pedra do Cachorro, Buíque - PE**. CLIO Série Arqueológica, 2016, v. 31: 105-135.

SOUSA, L. B.; BARROSO, M. G. T. Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 1, p. 150-155, mar., 2008.

SOUZA, L. de M. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, M. A. T. de. Introdução: arqueologia da diáspora africana no Brasil. Vestígios - **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 7, n. 1, jan/jun 2013. ISSN 1981-5875

SUCHANEK, M. Povos indígenas no Brasil: De escravos à tutelados. Uma difícil reconquista da liberdade. Confluências | **Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito**, v.12, n. 1, p. 240-274, 2012.

SU, HsinNing; LEE, Pei Chun. **Mapping Knowledge Structure by Keyword Co-Occurrence: a first look at journal papers in technology foresight**. Scientometrics, Budapest, v. 85, n. 1, p. 65-79, June 2010.

SYMANSKI, L. C. **A Presença Africana no Vale do Guaporé (MT)**. Projeto Fronteira Ocidental, Relatório geral do ano de 2007. São Paulo, 2007.

SYMANSKI, L. C. P.; SOUZA, M. A. T. de. **“O registro arqueológico dos grupos escravos: Questões de visibilidade e preservação”**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 33, p. 215-243, 2007.

SYMANSKI, L. C.; GOMES, F. **Arqueologia da escravidão em fazendas jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa**. História, Ciências, Saúde, Rio de Janeiro, v.19, p.309-317, dez. 2012.

SYMANSKI, L. C., GOMES, F. **Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação**: perspectivas comparadas em arqueologia e história. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, 7, 1: 293-338, 2013.

TAVARES, A. C. P. **Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador**: postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista. 2006. 124 f. Dissertação – Universidade Federal de Pernambuco – CFCH - Arqueologia, Recife, 2006.

TERRITÓRIOS NEGROS. **Informativo de apoio as Comunidades Negras Rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo**. *Koinonia*, ano 3, n. 4, 2003.

THIESEN, B. V. **Antes da poeira baixar**: Reflexões sobre uma arqueologia do passado recente: Santa Catarina, v. 1, dez. 2013.

THORNTON, J. K. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400 1800)**. Tradução: Marisa Rocha Morta. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsivier, 2004.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais** - A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. ISBN 8522402736.

VANPOOL, C. S.; NEWSOME, E. The Spirit in the Material: A Case Study of Animism in the American Southwest. *American Antiquity*, v. 77, n. 2, p.243-262, 2012.

VALADA, Walter. **Zumbi dos Palmares**: Por uma educação antirracista/ Alter Valada – Ponta Grossa, PR: Monstro dos Mares, 2020. 71 p. ; il. pb. ISBN 978-65-86008-03-6.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Usos e Abusos da Antropologia na Pesquisa Educacional**. *Pro-Posições*, v. 7, n.20, p. 54-64, 1995.

THIESEN, B. V. . **Antes da Poeira Baixar**: reflexões sobre uma arqueologia do passado recente. *Memorare* , v. 1, p. 222-226, 2013.

VIEIRA, B. V. de F. **Era no tempo do coronel...”Eu não concordo muito com isso não!”**: arqueologia pública e interpretações colaborativas sobre a “Fazenda São Victor”, Piauí. 2017. 192 f. Tese. Laranjeiras, 2017.

VIEIRA, J. G. Catimbó e Toré: práticas rituais e xamanismo do povo potiguara da Paraíba. *Revista de Antropologia Vivencia*, n. 54, p. 41 – 64, 2019.

Olsen, B.; C. Witmore. **Archaeology, symmetry and the ontology of things**. A response to critics. *Archaeological Dialogues*. 2015 22 (2): 187–197.

WOLFF, L. S. P. **Seres materiais entre sons e afetos**: uma etnografia arqueológica dos objetos em terras de Pelotas/RS. 2016. 149 f. Pelotas, 2016.

ZEDENO. M. N. The Archaeology of Territory and Territoriality. **The Handbook of Landscape Archaeology**, Left Coast Press, Walnut Creek, California, p. 210-217.

Zhu, G. Organization Theory: History and Genre. Nanjing University Press, Nanjing, 1999.